



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO

2006

DEPEN

1 . Informações Gerais sobre a Unidade Jurisdicionada

1.1 Dados Gerais

Designação	Departamento Penitenciário Nacional
Unidade Gestora	200332, 200333, 200013 e 200321 ¹
CNPJ	00394494/0072-20
CNPJ	00394494/0008-02
Natureza	Órgão da Administração Pública
Vinculação	Ministério da Justiça - 30000
Endereço	Esplanada dos Ministérios, Anexo II do Ministério da Justiça, 6º andar, sala 633, Brasília – DF, CEP 70. 064-900
Telefone	3429-3187
Fax	3226-2942
Página Institucional	www.mj.gov.br/depen

1.2. Finalidade e Competências da Unidade Jurisdicionada

O Depen é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da LEP e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. A previsão legal de constituição encontra-se no art. 71 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal – LEP.

Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

¹ A UG 200321- CEF - Departamento Penitenciário Nacional foi criada para a operacionalização do Contrato nº 003/2004. A Tomada de Contas Anual – TCA desta UG, realizada pela Caixa, encontra-se anexa a este relatório.

As principais atribuições do Depen são as expressas no artigo 72 da LEP: acompanhar a fiel aplicação das normas da execução penal em todo o território nacional; inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais; assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos em Lei; colaborar com as Unidades Federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais; colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado; coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais.

1.3. Estrutura Organizacional

No exercício de 2006, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN - conviveu com duas estruturas organizacionais. Até 05/07/2006, por força do Decreto nº 4.991, de 18/02/2004, o DEPEN contava com 1 (uma) Diretoria-Adjunta, 1 (uma) Assessoria, 1 (uma) Ouvidoria, 5 (cinco) Coordenações-Gerais, 7 (sete) Coordenações e 6 (seis) Divisões.

Em 05/07/2006, por intermédio do Decreto nº 5.834, o DEPEN passou a contar com a estrutura regimental apresentada à fl. 04. Esta nova configuração criou melhores condições para o enfrentamento da missão institucional do Departamento Penitenciário Nacional, substancialmente incrementada após a consolidação do Sistema Penitenciário Federal.

O Regimento Interno do Departamento, vigente em 31.12.2006, foi aprovado pela Portaria GM nº 156, de 06/02/2006. Todavia, este ainda retrata a estrutura anterior.

Um novo Regimento, decorrente do Decreto nº 5.834/2006, foi recentemente concluído pela área técnica do Departamento e encaminhado ao setor do competente Ministério para análise.

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO (CARGO/FUNÇÃO)	DAS
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL GABINETE	1	Diretor-Geral	101.6
	1	Ouvidor do Sistema Penitenciário	101.4
	1	Assessor	102.4
	1	Chefe	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA-EXECUTIVA	1	Diretor-Executivo	101.5
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	7	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral do Fundo Penitenciário Nacional	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisa e Análise da Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	5	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL	1	Diretor	101.5
Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal	1	Corregedor-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Diretorias de Presídio Federal	4	Diretor	101.4
Divisão	8	Chefe	101.2
Serviço	8	Chefe	101.1

1.4 Competências

As competências do Departamento e de suas Diretorias são estabelecidas nos artigos 24 a 27 do Decreto nº 5.834/06:

“Art. 24. Ao Departamento Penitenciário Nacional cabe exercer as competências estabelecidas nos arts. 71 e 72 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984, e, especificamente:

I - planejar e coordenar a política penitenciária nacional;

II - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional;

III - inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;

IV - assistir tecnicamente às unidades federativas na implementação dos princípios e regras da execução penal;

V - colaborar com as unidades federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;

VI - colaborar com as unidades federativas na realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado;

VII - coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais;

VIII - processar, estudar e encaminhar, na forma prevista em lei, os pedidos de indultos individuais;

IX - gerir os recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN; e

X - apoiar administrativa e financeiramente o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 25. À Diretoria-Executiva compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades de planejamento, de orçamento, de administração financeira, de recursos humanos, de serviços gerais, de informação e de informática, no âmbito do Departamento;

II - elaborar a proposta orçamentária anual e plurianual do Departamento, assim como as propostas de programação financeira de desembolso e de abertura de créditos adicionais;

III - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades, considerando as diretrizes, os objetivos e as metas constantes do plano plurianual; e

IV - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário.

Art. 26. À Diretoria de Políticas Penitenciárias compete:

I - planejar, coordenar, dirigir, controlar e avaliar as atividades relativas à implantação de serviços penais;

II - promover a construção de estabelecimentos penais nas unidades federativas;

III - elaborar propostas de inserção da população presa, internada e egressa em políticas públicas de saúde, educação, assistência, desenvolvimento e trabalho;

IV - promover articulação com os órgãos e as instituições da execução penal;

V - realizar estudos e pesquisas voltados à reforma da legislação penal;

VI - apoiar ações destinadas à formação e à capacitação dos operadores da execução penal;

VII - consolidar em banco de dados informações sobre os Sistemas Penitenciários Federal e das Unidades Federativas; e

VIII - realizar inspeções periódicas nas unidades federativas para verificar a utilização de recursos repassados pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.

Art. 27. À Diretoria do Sistema Penitenciário Federal compete:

I - promover a execução da política federal para a área penitenciária;

II - coordenar e fiscalizar os estabelecimentos penais federais;

III - custodiar presos, condenados ou provisórios, de alta periculosidade, submetidos a regime fechado, zelando pela correta e efetiva aplicação das disposições exaradas nas respectivas sentenças;

IV - promover a comunicação com órgãos e entidades ligados à execução penal e, em especial, com os Juízos Federais e as Varas de Execução Penal do País;

V - elaborar normas sobre direitos e deveres dos internos, segurança das instalações, diretrizes operacionais e rotinas administrativas e de funcionamento das unidades penais federais;

VI - promover a articulação e a integração do Sistema Penitenciário Federal com os demais órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações e ações integradas;

VII - promover assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa aos presos condenados ou provisórios custodiados em estabelecimentos penais federais;

VIII - planejar as atividades de inteligência do Departamento, em consonância com os demais órgãos de inteligência, em âmbito nacional;

IX - propor ao Diretor-Geral os planos de correições periódicas; e

X - promover a realização de pesquisas criminológicas e de classificação dos condenados.”

1.5 Força de Trabalho

No exercício de 2006, após 22 anos de vigência da Lei de Execução Penal, o Ministério da Justiça concretizou a intenção do legislador e consolidou a implementação do Sistema Penitenciário Federal.

Por meio de concurso público, o quadro efetivo do Ministério da Justiça recebeu um grande contingente de novos servidores públicos, 470 (quatrocentos e setenta) Agentes Penitenciários Federais, visando operacionalizar as Penitenciárias Federais de Catanduvas/PR e Campo Grande/MS. Ressalte-se que não há força de trabalho específica para área administrativa das Penitenciárias Federais (Unidades Descentralizadas – área meio), sendo que tais atividades vêm sendo desempenhadas pelos próprios Agentes. Ainda, não há contrato de prestação de serviço terceirizado de apoio administrativo nas Penitenciárias Federais.

A força de trabalho do Depen (Unidade Central) continua com uma quantidade pequena de servidores ativos, do quadro permanente do serviço público, apenas 30,52 % do total, dentre os do quadro permanente do Ministério e aqueles requisitados de outros órgãos públicos.

A mão-de-obra terceirizada corresponde a 54,55% da força de trabalho do Departamento, compreendendo estagiários e os seguintes contratos:

a) Contrato nº 115/2006, Processo nº 08008.002843/2005-03, com a empresa Fortesul Serviços Construções e Saneamento Ltda., cujo objeto é a execução de serviços de suporte operacional, recepção e apoio administrativo, substituiu o com a empresa Conservo Brasília Serviços Gerais Ltda.

b) Contrato nº 002/2003, Processo nº 08005.000454/2002-12, para fornecimento de serviços de tecnologia da informação, cuja contratada é a empresa Politec Ltda.

c) Contrato nº 003/2005, firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, cujo objeto é a utilização da mão-de-obra formada por reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal. Substituiu o instrumento, Contrato nº 001/2004, que possuía a mesma finalidade.

Os ocupantes de cargos comissionados, sem vínculo com o serviço público, representam 14,94% da força de trabalho do Departamento.

A utilização da mão-de-obra terceirizada, mesmo não se apresentando como a solução ideal e permanente, tem contribuído para o exercício das atribuições do Depen e para o

alcance dos resultados. De modo geral observa-se que os terceirizados tem atuado de forma responsável e comprometida com a missão do Depen.

O Depen tem envidado esforços junto aos órgãos competentes do Ministério da Justiça, no sentido da realização de concurso para ampliar a força de trabalho formada por servidores públicos.

A tabela abaixo contém a distribuição da força de trabalho do Departamento Penitenciário Nacional por categoria, discriminada por Unidade.

Força de Trabalho						
Categoria	Quantidades					
	Unidade Central		Unidades Descentralizadas			
	Área Fim	Área Meio	Catanduvas/PR	Campo Grande/MS	Mossoró/RN	Porto Velho/RO
Servidores do Quadro	10	15	234	236	-	-
Sem Vínculo	18	3	1	-	1	-
Requisitados	16	4	1	1	-	-
Estagiários	5	3	-	-	-	-
Terceirizados Contrato nº 115/2006 - Fortesul	47	11	-	-	-	-
Terceirizados Contrato nº 08/2001 - Politec	7	-	-	-	-	-
Contrato nº 003/2005 - FUNAP	11	-	-	-	-	-
Total	114	36	236	237	1	-

Abaixo apresentamos a distribuição de cargos comissionados do Departamento Penitenciário Nacional, discriminada por Unidade.

Distribuição de Cargos Comissionados						
Categoria	Quantidades					
	Unidade Central		Unidades Descentralizadas			
	Área Fim	Área Meio	Catanduvas/PR	Campo Grande/MS	Mossoró/RN	Porto Velho/RO
DAS 101.6	1	-	-	-	-	-
DAS 101.5	2	1	-	-	-	-
DAS 101.4	10	1	1	1	1	1
DAS 101.3	11	3	-	-	-	-
DAS 101.2	5	7	2	2	2	2
DAS 101.1	-	2	2	2	2	2
DAS 102.4	1	-	-	-	-	-
DAS 102.3	3	-	-	-	-	-
DAS 102.2	5	-	-	-	-	-
DAS 102.1	1	-	-	-	-	-

Total	39	14	5	5	5	5
--------------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------

Conforme mencionado no item **1.3. Estrutura Organizacional**, o Departamento Penitenciário Nacional teve sua estrutura regimental modificada em meados de 2006, por meio do Decreto nº 5.834/06. Além de criar uma estrutura gerencial mais robusta para o enfrentamento da missão de supervisionar e coordenar o Sistema Penitenciário Federal, o mencionado Decreto atribuiu maior autonomia administrativa ao Departamento. Atividades relacionadas a serviços gerais, licitações e compras, recursos humanos e informática passaram a integrar o rol das competências do Departamento.

Ocorre que, de fato, a autonomia administrativa vem sendo incorporada gradativamente pelo Departamento, em razão, principalmente, de falta de estrutura material e de força de trabalho insuficiente.

O Departamento Penitenciário Nacional ainda não possui Unidade Pagadora (UPAG) e seu setor de RH vem desenvolvendo uma atividade de interface entre o Agente Penitenciário e o órgão setorial do SIPEC do Ministério da Justiça. Trata-se, portanto, de um setor em fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento para poder atender a crescente demanda que o Sistema Penitenciário Federal impõe para seu correto e adequado funcionamento.

Diante do exposto, não se aplicam ao Departamento as informações relativas aos incisos iii) e iv), da alínea “c”, do item 3.3.3.4 da Norma de Execução nº 03, de 28.12.2006, constante do Anexo I da Portaria CGU nº 555, de 28.12.2006.

2. Objetivos e Metas

2.1 Programa no Plano Plurianual - PPA

O Departamento Penitenciário Nacional tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 0661 - Modernização do Sistema Penitenciário Nacional, previsto no Plano Plurianual 2004/2007. Este Programa é composto por projetos e atividades que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

Dados fornecidos pelos Estados por meio do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – Infopen (módulo estatística) – referência Dez/06 – revelam uma população penitenciária de 339.580 indivíduos para uma lotação padrão de 236.148 vagas, representando um déficit de 103.432 vagas, considerando o somatório dos sistemas penitenciários locais.

Esta situação de superlotação, que atinge a maior parte dos Estados, representa prejuízo à condição de ser humano dos detentos, afrontando garantias descritas na Constituição, nas regras mínimas previstas pela Organização das Nações Unidas – ONU e demais tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Com a superpopulação prisional as normas de segurança são contrariadas, criando-se condições para elevação do índice de consumo de drogas; corrupção; abusos sexuais; um ambiente propício à violência; deficiências no serviço médico e a quase ausência de perspectivas de reinserção social.

Além disso, a situação de caos do Sistema Penitenciário tem permitido o controle de grupos organizados sobre a população prisional, com a consequência de rebeliões, motins e ações criminosas fora dos presídios.

O Programa também financia a construção, o aparelhamento e a manutenção das Penitenciárias Federais.

2.2 Público-Alvo

O público-alvo específico do Programa 0661 são as pessoas presas, internadas e egressas de estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional e seus dependentes.

Todavia, devido a sua característica de programa finalístico, o público-alvo principal é a própria sociedade brasileira, que espera ver os indivíduos delinquentes segregados do convívio social e, ao mesmo tempo, exige respeito à condição de ser humano do preso, enquanto aguarda a sua reinserção.

2.3 Ações do Programa 0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

Em 2006, o Programa foi composto por 12 (doze) ações orçamentárias, sendo 6 (seis) projetos, 4 (quatro) atividades e 2 (duas) operações especiais. São elas:

- **Projetos:** 1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional; 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais; 11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais; 11TY – Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais; 1701 – Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais; e 3908 – Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional.

- **Atividades:** 2272 – Gestão e Administração do Programa; 2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso; 2316 – Serviço Penitenciário Federal; e 2526 – Capacitação em Serviços Penais.

- **Operações Especiais:** 0B01 – Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas e 0B02 – Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias.

2.4 Operacionalização das Ações

As ações, em sua grande maioria, são executadas de forma descentralizada, por meio de transferências voluntárias dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN às Unidades da Federação, principalmente, e às Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos.

O instrumento que viabiliza essa transferência é o convênio, firmado nos termos da Lei nº 11.178 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de 20/09/2005; da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000; da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), de 21/06/1993 e da Instrução Normativa STN nº. 01/97, de 15/01/1997.

As ações 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais e 11TY – Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais são viabilizadas por intermédio do

Contrato nº 003/2004, firmado com a Caixa Econômica Federal. Esta instituição firma contratos de repasse com os Estados, atuando como mandatária do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, ficando a seu encargo a formalização, acompanhamento e prestação de contas que envolvem a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Cabe ressaltar que os custos das obras são verificados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido pela Caixa Econômica Federal. No caso de materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os custos da construção civil como parâmetro.

Os projetos precisam, ainda, estar compatíveis com a Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Esclarecemos que foi revogado o disposto na Resolução nº 16, de 12 de dezembro de 1994.

Especificamente os projetos relacionados ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário devem seguir as regras estabelecidas na Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09/09/2003.

No que tange o Sistema Penitenciário Federal, a ação 2316 – Serviço Penitenciário Federal é executada de forma direta, bem como a ação 11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais, esta última com assessoramento técnico da Caixa Econômica Federal por meio do contrato n.º 001/2003.

2.5 Quadros Demonstrativos

A seguir apresentamos quadros descritivos de cada uma das ações que compõe o Programa 0661 - Modernização do Sistema Penitenciário Nacional, contendo o detalhamento de parâmetros como finalidade, descrição e implementação, além de informações sobre as metas físicas e financeiras, restrições de execução e medidas corretivas.

Cabe esclarecer, que na produção deste documento verificamos algumas incompatibilidades nas metas físicas lançadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN. Assim, os quadros demonstrativos abaixo já apresentam as correções efetuadas pelas respectivas equipes técnicas.

PROGRAMA	0661 - Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	11TW - Construção de Estabelecimentos Penais		
FINALIDADE	Apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça.		
DESCRIÇÃO	Apoio a projetos que assegurem a geração de vagas nos sistemas penitenciários estaduais e do Distrito Federal, por meio da construção e ampliação de estabelecimentos penais.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de contratos de execução descentralizada ou convênios com governos estaduais, consubstanciados em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	3.268 vagas disponibilizadas	8.088 vagas disponibilizadas	7.720 vagas disponibilizadas
FINANCEIRAS	R\$ 36,178 milhões	R\$ 171,878 milhões	R\$ 170,135 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	Os convênios de construção são plurianuais, demandando um prazo que varia de 12 a 18 meses, contados a partir do início da execução da obra. Por esta razão o quantitativo de vagas é computado no exercício da celebração, embora o projeto ainda não esteja concluído e as vagas não tenham sido efetivamente geradas.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	Demora no envio de documentação técnica para assinatura dos Contratos de Repasse por parte das Unidades da Federação e morosidade nos procedimentos licitatórios para contratação de empresa para realização das obras.		
MEDIDAS CORRETIVAS	Solicitar às Unidades da Federação maior agilidade no envio de documentação técnica do Convênio e na realização dos procedimentos licitatórios.		
RESPONSÁVEL	Eurico de Salles Cidade – Coordenador de Engenharia e Arquitetura – DEPEN/DIRPP/CGPAI/COENA		

PROGRAMA	0661 - Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	11TY - Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais		
FINALIDADE	Apoiar as reformas em edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, visando recuperar ou readequar a estrutura física dos estabelecimentos penais estaduais.		
DESCRIÇÃO	Objetiva a execução de reformas em edificações, visando recuperar ou readequar a estrutura física dos estabelecimentos penais estaduais.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de contratos de execução descentralizada ou convênios com governos estaduais, consubstanciados em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	6 unidades reformadas.	26 unidades reformadas.	08 unidades reformadas.
FINANCEIRAS	R\$ 3,000 milhões	R\$ 13,000 milhões	R\$ 12,373 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	O Depen tem procurado restringir o atendimento de pleitos das Unidades da Federação relativos a reformas de Estabelecimentos Penais, tendo em vista tratar-se, na maioria das vezes, de unidades não adequadas às normas atuais, principalmente à Resolução nº 03, de 23/09/2005, do CNPCP. Dessa forma, o custo benefício mostra-se desfavorável ao volume de investimento necessário para fazer as correções respectivas.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	Demora no envio de documentação técnica para assinatura dos Contratos de Repasse por parte das Unidades da Federação e morosidade nos procedimentos licitatórios para contratação de empresa para realização das obras.		
MEDIDAS CORRETIVAS	Solicitar às Unidades da Federação maior agilidade no envio de documentação técnica do Convênio e na realização dos procedimentos licitatórios.		
RESPONSÁVEL	Eurico de Salles Cidade – Coordenador de Engenharia e Arquitetura – DEPEN/DIRPP/CGPAI/COENA		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais		
FINALIDADE	Construir edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado local.		
DESCRIÇÃO	Assegura a construção e a ampliação de edificações destinadas à custódia de presos de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das Unidades da Federação e desarticular a estrutura do crime organizado local.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de contratos de execução centralizada, consubstanciados em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	600 vagas disponibilizadas.	600 vagas disponibilizadas	208 vagas disponibilizadas
FINANCEIRAS	R\$ 56,036 milhões	R\$ 44,798 milhões	R\$ 30,758 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	A Unidade Penal de Catanduvás foi inaugurada em junho de 2006 e encontra-se em operação, tendo disponibilizado 208 vagas. A Construção das Penitenciárias Federais Mossoró/RN e Porto Velho/RO estão em andamento, com aproximadamente 60,0% e 21,0% de obra executada, respectivamente, com percentuais aferidos em dezembro de 2006. A obra de Campo Grande encontra-se em fase de recebimento, com 99,68% de seus serviços concluídos.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Atraso com as chuvas e ajustes na segurança ocasionaram a assinatura de termos aditivos de prazo para as penitenciárias de Campo Grande e Catanduvás, prorrogando a conclusão das obras para junho e novembro de 2006. • O terreno doado pelo Estado do Espírito Santo foi considerado inapropriado para a construção, após os laudos de terraplanagem e drenagem. Assim, o lançamento do edital da quinta unidade está suspenso. • A documentação da Penitenciária Federal de Campo Grande apresenta algumas pendências. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • As modificações quanto à segurança foram incorporadas à construção das demais unidades federais, para que o cronograma não seja comprometido. • Novos terrenos estão sendo verificados junto à GRPU/SPU/MP, em Estados da Região Sudeste, para a construção da quinta Unidade. • A Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS fez licitação para remover o lixão de seu local próximo a Penitenciária, e as documentações solicitadas estão sendo apresentadas ou foram revistas e não serão necessárias. 		
RESPONSÁVEIS	Erika Hatano – Chefe de Divisão - DEPEN/DIRPP/CGPAI/COENA		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	1A18 – Construção da Escola Penitenciário Nacional		
FINALIDADE	Criar espaço físico adequado à concepção, ao planejamento e à execução de ações voltadas para a formação e capacitação do pessoal penitenciário no país. Tendo em vista a consolidação do sistema penitenciário federal e a criação de diversas carreiras penitenciárias no âmbito da União, a ação vai dotar o Departamento Penitenciário Nacional de melhores condições para a promoção de capacitação dos servidores de estabelecimentos penais federais e das Unidades da Federação e no aperfeiçoamento da administração penitenciária.		
DESCRIÇÃO	Nesta ação são alocados os recursos orçamentários para custear as despesas com a construção da Escola Penitenciária Nacional – ESPEN.		
IMPLEMENTAÇÃO	Definição do terreno para a edificação; processo de cessão do uso do terreno a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia junto à Gerência Regional do Patrimônio da União no DF; após a conclusão de projeto básico será iniciado o procedimento licitatório visando contratar a empresa responsável pela execução das obras.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	20% de execução física	8% de execução física	-
FINANCEIRAS	R\$ 3,000 milhões	R\$ 1,200 milhões	-
AVALIAÇÃO DAS METAS	<ul style="list-style-type: none"> Foi elaborado o anteprojeto arquitetônico e encaminhado ao setor responsável do Ministério para abertura de procedimento licitatório objetivando a contratação de Projeto Executivo. A fase de anteprojeto encontra-se concluída desde junho/2006. Em junho/2006, o processo foi enviado para o órgão do Ministério responsável pela realização da licitação para o desenvolvimento do projeto executivo. É o principal motivo para a não realização de nenhum percentual da meta. 		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Lei Orçamentária Anual-LOA somente em Maio de 2006. Morosidade dos procedimentos licitatórios para a contratação do projeto executivo da Escola. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	Solicitar ao Órgão responsável pela realização das licitações do Ministério agilização nas etapas referentes ao procedimento licitatório para a contratação de empresa que desenvolverá o projeto executivo da Escola.		
RESPONSÁVEL	Eurico de Salles Cidade – Coordenador de Engenharia e Arquitetura – DEPEN/DIRPP/CGPAI/COENA		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	1701 – Aparelhamento e Reparcelamento de Estabelecimentos Penais		
FINALIDADE	Apoiar o aparelhamento ou reparcelamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais.		
DESCRIÇÃO	Apoio, por meio de convênios ou outros instrumentos legais, à aquisição de veículos especiais, máquinas, equipamentos e instalações destinados, exclusivamente, aos serviços essenciais dos estabelecimentos penais.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de contratos para aquisição centralizada ou convênios com os governos estaduais, consubstanciado em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	42 unidades aparelhadas/reaparelhadas	135 unidades aparelhadas/reaparelhadas	159 unidades aparelhadas/reaparelhadas
FINANCEIRAS	R\$ 22,500 milhões	R\$ 72,500 milhões	R\$ 68,547 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	<p>Em 2006, grande parte da dotação orçamentária foi utilizada para celebração de convênios firmados com as Unidades Federativas. A aquisição de equipamentos beneficiou também as Penitenciárias Federais, onde foram adquiridos os seguintes equipamentos: microcomputadores, servidores de rede, circuito fechado de televisão, portal detector de metal, aparelhos de raios-X, monitores, impressoras. Foram adquiridos ainda, equipamentos médico-ambulatoriais necessários para o bom funcionamento dos serviços de saúde do sistema penitenciário dos Estados beneficiados.</p> <p>Nas aquisições diretas, utilizou-se a modalidade de pregão, ocasionando uma redução considerável no preço final dos itens adquiridos em relação às pesquisas de preço.</p>		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Lentidão no trâmite interno do Ministério para conclusão de alguns procedimentos licitatórios; • Demora por parte dos Estados Proponentes na apresentação dos documentos necessários para conclusão dos convênios. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar maior agilidade aos demais setores do Ministério para que as aquisições possam ser concluídas dentro do exercício financeiro. • Solicitar aos Estados Proponentes a apresentação da documentação em prazo hábil para celebração dos convênios. 		
RESPONSÁVEL	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade - Coordenador-Geral de Políticas, Pesquisa e Análise da Informação		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	2316 - Serviço Penitenciário Federal		
FINALIDADE	Manutenção dos serviços dos estabelecimentos penais federais.		
DESCRIÇÃO	Trata do custeio das despesas com o Sistema Penitenciário Federal, como materiais de consumo, serviços de alimentação, manutenção predial, água, luz, terceirização e outros, que possibilitem operacionalizar os estabelecimentos penais federais.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de execução direta, sob responsabilidade do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	1.000 presos mantidos	400 presos mantidos	113 presos mantidos
FINANCEIRAS	R\$ 4,935 milhões	R\$ 4,935 milhões	R\$ 3,004 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	<ul style="list-style-type: none"> • A meta física inicial foi superestimada, pois a previsão inicial seria de inaugurar 05 (cinco) penitenciárias federais com a capacidade de receber, cada uma, 208 (duzentos e oito) presos. Todavia, o exercício de 2006 foi encerrado com a ativação de apenas duas unidades devido a atrasos na execução das obras, ajustes de segurança, bem como indefinição do local de construção da quinta penitenciária federal. • O valor despendido no ano foi para a aquisição de materiais diversos para operacionalização das penitenciárias, por exemplo: equipamentos para proteção dos agentes, uniformes, serviços de limpeza e para fornecimento de alimentação. 		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Lentidão de procedimentos licitatórios para atender a operacionalidade das penitenciárias. • Falta de pessoal técnico para atender os objetivos da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal como um todo. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Promover gestões junto ao setor técnico do Ministério para que as licitações possam ser efetuadas com maior celeridade. • Solicitar a criação de vários cargos para atender os objetivos das penitenciárias federais. 		
RESPONSÁVEL	Wilson Salles Damazio – Diretor do Sistema Penitenciário Federal - DISPF/DEPEN		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	0B01 – Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e de Medidas Alternativas		
FINALIDADE	Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento da execução de penas e de medidas alternativas.		
DESCRIÇÃO	Financiamento da implementação de serviços de acompanhamento da execução das penas e medidas alternativas, inclusive com a aquisição de bens e serviços. A ação contribui para a diminuição do fluxo de entrada nos estabelecimentos penais (redução do déficit de vagas) e evita o convívio de réus primários pelo ambiente hoje observado nas penitenciárias.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de convênios com órgãos ou instituições, consubstanciado em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	4 serviços apoiados	04 serviços apoiados	08 serviços apoiados
FINANCEIRAS	R\$ 1,600 milhão	R\$ 1,600 milhão	R\$ 0,963 milhão
AVALIAÇÃO DAS METAS	Os projetos visaram fomentar a criação de Varas ligadas aos Tribunais de Justiça, de Centrais de Apoio ligadas as Secretarias e os Núcleos de Execução de Penas Alternativas no Interior dos Estados e não mais implantar os serviços. Com essa nova metodologia há uma divisão de responsabilidades e de custos da implantação das Centrais com as Unidades da Federação. Em alguns casos, os custos foram muito reduzidos devido à existência de uma estrutura operacional já organizada. Por esse motivo houve a superação da meta.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Devido à reestruturação do Departamento (Decreto nº 5.834/06), houve atraso na análise, aprovação dos projetos e formalização dos convênios. • Inadimplência dos Estados prejudicou a liberação de parcelas dos convênios celebrados. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • A estruturação da equipe deverá otimizar a formalização dos projetos no novo exercício. • Republicação do Manual de Convênios, com novos critérios para aprovação de projetos e definição de indicadores de resultado e de impacto. 		
RESPONSÁVEL	Márcia de Alencar Araújo Matos – Coordenadora-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas - CGPMA		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	2526 - Capacitação em Serviços Penais		
FINALIDADE	Induzir e apoiar iniciativas locais destinadas a promover a melhoria da qualificação do pessoal envolvido na execução de penas privativas de liberdade e medidas de segurança, a fim de propiciar a consolidação de padrões de referência na prestação dos serviços penais em consonância com as regras e princípios estabelecidos na Lei de Execução Penal.		
DESCRIÇÃO	Prestação de suporte técnico e financeiro a ações educativas dirigidas ao pessoal envolvido na execução de penas privativas de liberdade e medidas de segurança.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio do oferecimento de cursos de execução centralizada ou convênios com os governos estaduais, consubstanciado em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	1.452 servidores capacitados.	2.519 servidores capacitados.	2.476 servidores capacitados.
FINANCEIRAS	R\$ 2,720 milhões	R\$ 4,720 milhões	R\$ 3,786 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	A meta física alcançou quase 100% de execução devido, principalmente, com a parceria firmada com o Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, beneficiando 1.850 servidores. Foram capacitados 490 Agentes Penitenciários Federais, que estão atuando nas unidades penais de Catanduvas/PR e Campo Grande/MS e mais 136 servidores estaduais.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • As Unidades da Federação ainda estão assimilando a prática de desenvolver atividades próprias de formação, capacitação e valorização de pessoal, o que gera alguma dificuldade na apresentação dos projetos. • A capacitação direta dos Agentes Penitenciários Federais demandou muito tempo da equipe técnica, desviando o foco, até então único, de política de capacitação em serviços penais junto aos Estados. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma estratégia técnica e política para o fortalecimento e aplicabilidade da Matriz Curricular e do Guia de Gestão nas unidades da federação, como instrumentos referenciais a uma Política de Educação em Serviços Penais; • Inserir para os próximos exercícios uma política escalonada de capacitação para os agentes penitenciários federais, bem como ampliar a equipe, de forma a não prejudicar a Política de Capacitação em Serviços Penais junto aos Estados. • Inserir uma dinâmica sistemática de capacitação por ação direta do DEPEN, visando a estruturação de cursos sequenciais nas regiões brasileira, como forma de atender diversas demandas. 		
RESPONSÁVEL	Rosângela Peixoto Santa Rita – Coordenadora de apoio ao Ensino		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso		
FINALIDADE	Prestar a assistência devida ao cidadão preso, internado e ao egresso, nos termos da Lei de Execução Penal.		
DESCRIÇÃO	Articulação para a inclusão de políticas públicas de governo no sistema penitenciário e apoio às instituições públicas ou privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo assistir à população penitenciária, nos limites da lei. Incluem-se nessa ação, as formações educacional, cultural e profissional do preso.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de convênios com os governos estaduais, órgãos e instituições, consubstanciado em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	25.000 pessoas beneficiadas	45.000 pessoas beneficiadas	39.875 pessoas beneficiadas
FINANCEIRAS	R\$ 2,500 milhões	R\$ 4,500 milhões	R\$ 3,774 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	<p>Parte da execução financeira refere-se à continuação de convênios celebrados em exercícios anteriores, cujas metas físicas foram computadas nos respectivos exercícios. Foram celebrados 26 novos instrumentos.</p> <p>Por meio do Projeto Educando para a Liberdade - Ministério da Educação foram atendidos 39.875 presos.</p> <p>Quanto ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional – PNSSP, Portaria Interministerial nº 1777/2003, foi descentralizado, para o Ministério da Saúde, o valor do incentivo para BA, DF, GO, MG, MT, PE, RO, RJ, SP e TO. Os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Tocantins forma contemplados com recursos para aquisição de equipamentos médicos e odontológicos destinados para as unidades de saúde prisionais.</p>		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • A reestruturação administrativa do DEPEN ocasionou atraso na análise, aprovação dos projetos e formalização dos convênios; • O Manual de Convênios, que regula os critérios de financiamento e fixa prazo para o recebimento de novos pleitos, foi publicado apenas em junho de 2006; • Inadimplência dos Estados impedindo repasse de parcela conveniada. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar equipe técnica para elaboração de notas e pareceres, gestão de convênios, execução orçamentária e financeira, dentre outros; • Republicar o Manual de Convênios, com novos critérios e indicadores de resultado e de impacto; • Capacitar os órgãos estaduais repensáveis pela execução penal para apresentação de pleitos ao DEPEN. 		
RESPONSÁVEL	Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva – Coordenadora-Geral de Reintegração Social - CGRES		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	0B02 – Apoio à Implantação e ao Reparcelamento de Escolas Penitenciárias		
FINALIDADE	Apoiar as iniciativas estaduais voltadas à melhoria da qualificação do pessoal penitenciário, visando proporcionar tratamento penal adequado às disposições da lei de execução penal.		
DESCRIÇÃO	Aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos de informática e mobiliário a serem empregados em atividades de ensino, treinamento e capacitação voltados ao pessoal penitenciário.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de contratos para aquisição centralizada, ou convênios com os governos estaduais, consubstanciado em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	03 escolas apoiadas	03 escolas apoiadas	07 escolas apoiadas
FINANCEIRAS	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 841.231,03
AVALIAÇÃO DAS METAS	As metas realizadas superaram as expectativas. Foram aprovados projetos para a implantação das Escolas nos Estados de AL; AM; PE; RN; GO e CE, bem como o reparcelamento no RS.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade dos Estados em formular os projetos em consonância com as exigências legais, resultando no atraso dos procedimentos de análise pelo corpo técnico; • Dificuldades para a realização de transferências voluntárias, em função da inadimplência de algumas Unidades da Federação. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Investir na promoção de oficinas, em nível estadual, visando à disseminação do Manual de Convênios; • Informar os Estados sobre normas relativas à celebração de convênios no âmbito da administração pública. 		
RESPONSÁVEL	Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva – Coordenadora-Geral de Reintegração Social e Ensino - CGRES		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	2272 - Gestão e Administração do Programa		
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.		
DESCRIÇÃO	Nesta ação são alocados os recursos orçamentários para custear as despesas de manutenção do Fundo Penitenciário Nacional, tais como diárias, passagens, hospedagem e alimentação, publicações, aquisição de material permanente, além dos contratos de prestação de serviços com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF e a Caixa Econômica Federal.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	A ação não possui meta física		
FINANCEIRAS	R\$ 4,662 milhões	R\$ 5,762 milhões	R\$ 4,956 milhões
AVALIAÇÃO DA AÇÃO	São financiados os seguintes contratos: a) Contrato nº 003/2005, firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, cujo objeto é a utilização da mão-de-obra formada por reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal; b) Contrato nº 001/2003, firmado com a Caixa Econômica Federal, cujo objeto é o gerenciamento da construção de penitenciárias federais; c) Contrato nº 003/2004, firmado com a Caixa Econômica Federal, cujo objeto é a prestação de serviços na operacionalização do Programa, lastreado com recursos do Orçamento Geral da União, destinado à construção de estabelecimentos penais nas Unidades da Federação.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	Não há.		
MEDIDAS CORRETIVAS	Não há.		
RESPONSÁVEL	Ana Cláudia Alves de Medeiros – Coordenadora-Geral de Administração		

PROGRAMA	0661 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional		
AÇÃO	3908 – Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional.		
FINALIDADE	Informatizar e sistematizar as informações penitenciárias em todos os níveis gerenciais, de forma a promover a integração com os demais sistemas de segurança pública.		
DESCRIÇÃO	Criação de banco de dados; aquisição de equipamentos; desenvolvimento de soluções lógicas; implementação, em cada estabelecimento penal, de sistema informatizado de administração carcerária, com banco de dados centralizado, devidamente integrados em plataforma gerencial de nível nacional; disponibilização de informações gerenciais, estratégicas e de inteligência, em todos os níveis, utilizando-se da rede mundial de computadores web/internet.		
IMPLEMENTAÇÃO	Por meio de contratos para aquisição de bens e serviços centralizado ou convênios com os governos estaduais, consubstanciado em projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.		
METAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	REALIZADAS
FÍSICAS	43% do Sistema Integrado Implantado	43% do Sistema Integrado Implantado	38,7% Sistema Integrado Implantado
FINANCEIRAS	R\$ 5,175 milhões	R\$ 5,175 milhões	R\$ 3,573 milhões
AVALIAÇÃO DAS METAS	Em 2006 a primeira iteração da ferramenta Infopen – Gestão foi implementada na Penitenciária Federal em Catanduvas – PR e disponibilizada para início de testes em Pernambuco e Espírito Santo juntamente com a aquisição de equipamentos para utilização da ferramenta em cada unidade penitenciária dos estados.		
RESTRICÇÕES NA EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de disponibilização de recursos materiais e humanos para desenvolvimento do programa, dado à especificidade do tema; • Os equipamentos são adquiridos por procedimentos licitatórios que, muitas vezes, possuem um prazo de tramitação muito dilatado; • Dificuldades para a sensibilização das Unidades Federativas quanto à adesão ao Infopen Gestão e ao preenchimento do Infopen Estatística; • Atraso no desenvolvimento do componente no padrão ANSI/NIST referente ao módulo de reconhecimento biométrico. 		
MEDIDAS CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Alocação específica de materiais e técnicos para trabalharem exclusivamente em função da ação. • Realizar gestões para agilização dos procedimentos licitatórios, junto ao órgão responsável no Ministério da Justiça. • Contatos institucionais e políticos para elucidação da importância estratégica e política do Infopen. 		
RESPONSÁVEL	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade – Coordenador-Geral de Políticas, Pesquisa e Análise da Informação		

2.3 Aspectos Orçamentários e Financeiros

2.3.1 Execução Orçamentária

O orçamento autorizado para o Fundo Penitenciário em 2006 foi de R\$ 364,2 milhões. Excluindo-se a Reserva de Contingência, no valor de R\$ 32,2 milhões, a dotação autorizada foi de R\$ 332,0 milhões. Todavia, por força do Decreto 5.780/2006 (Decreto de Programação Financeira), houve um contingenciamento de R\$ 21,2 milhões.

A execução orçamentária atingiu o patamar de R\$ 303,4 milhões. Quando comparado com a dotação autorizada, o percentual de utilização de crédito alcança o índice de 91,4%, ao passo que, em relação à dotação disponibilizada (com contingenciamento), o percentual de utilização de crédito chega a 97,6%.

A Tabela abaixo contém os valores, para cada ação, do crédito inicial, crédito adicional, crédito final, crédito empenhado e, por fim, o percentual de utilização do crédito, representado pela relação entre crédito empenhado e crédito final.

Execução Orçamentária

R\$ 1,00

Projeto/Atividade	Crédito Inicial	Crédito Adicional	Crédito Final	Crédito Empenhado	Percentual de Utilização do Crédito
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=((d)/(c))*100
0119 - Contribuição ao Instituto Latino Americano para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinqüentes - ILA-NUD	30.000	0	30.000	30.000	100,0%
0B01 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas	1.600.000	0	1.600.000	963.473	60,2%
0B02 - Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias	900.000	0	900.000	823.051	91,4%
11TW - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais	36.178.225	135.700.000	171.878.225	170.135.879	98,9%
11TX - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais	56.036.951	(11.238.213)	44.798.738	30.758.869	68,6%

Projeto/Atividade	Crédito Inicial	Crédito Adicional	Crédito Final	Crédito Empenhado	Percentual de Utilização do Crédito
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=((d)/(c))*100
11TY - Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais	3.000.000	10.000.000	13.000.000	12.373.391	95,1%
1701 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais	22.500.000	50.000.000	72.500.000	68.547.145	94,5%
1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional	3.000.000	(1.800.000)	1.200.000	0	0,0%
2272 - Gestão e Administração do Programa	4.662.274	1.100.000	5.762.274	4.956.314	86,0%
2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso	2.500.000	2.000.000	4.500.000	3.774.411	83,8%
2316 - Serviço Penitenciário Federal	4.935.687	0	4.935.687	3.004.083	60,8%
2526 - Capacitação Profissional do Servidor de Estabelecimentos Penais	2.720.000	2.000.000	4.720.000	3.786.643	80,2%
2C52 – Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	0	1.000.000	1.000.000	763.725	76,3%
3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional	5.175.076	0	5.175.076	3.573.689	69,0%
Total	143.238.213	188.761.787	332.000.000	303.490.673	91,4%

A execução orçamentária apresentada na tabela acima refere-se ao Fundo Penitenciário Nacional, Unidade Orçamentária 30.907. Grande parte da dotação autorizada foi movimentada para outros órgãos, por meio da Unidade Gestora 200333 – Departamento Penitenciário Nacional, visando a obtenção de melhores resultados das ações. A execução orçamentária do Fundo, por Unidade Gestora, é ilustrada na Tabela abaixo:

UG Executora	Crédito Empenhado (R\$ 1,00)
150028-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC	491.000
150123-Coordenadoria de Organização Administrativa/UFF/MEC	21.501

UG Executora	Crédito Empenhado (R\$ 1,00)
153018-CEFET/PB/MEC	38.500
153056-Universidade Federal Fluminense/MEC	36.255
153115-Universidade Federal do Rio de Janeiro/MEC	36.500
153164-Universidade Federal de Santa Maria/MEC	42.000
154042-Fundação Universidade Federal do Rio Grande/MEC	49.000
154358-Universidade Tecnológica Federal do Paraná/MEC	43.000
200005-Coordenação Geral de Logística/MJ	8.195.808
200006-Coordenação Geral de Recursos Humanos/MJ	861.510
200021-Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/PR	763.725
200118-7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MJ	348.516
200140-Defensoria Pública da União/MJ	21.658
200321-CEF-DEPEN/MJ	182.035.736
200333-Departamento Penitenciário Nacional/MJ	109.066.060
200340-Academia Nacional de Polícia/MJ	281.672
257001-Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	1.158.232
Total Geral	303.490.673

2.3.2 Execução Financeira

Na tabela abaixo, apresenta-se a execução financeira por ação do PPA. A coluna Pagamentos do Exercício (a) refere-se aos desembolsos gerados pela emissão de empenhos no exercício de 2006, enquanto a coluna Restos a Pagar (b) refere-se aos pagamentos gerados pela emissão de empenhos no exercício de 2005.

Execução Financeira

R\$ 1,00

Projeto/Atividade	Pagamentos do Exercício	Restos a Pagar	Total
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)
0119 - Contribuição ao Instituto Latino Americano para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinqüentes - ILANUD	30.000	0	30.000
0B01 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas	100.387	381.354	481.741
0B02 – Apoio à Implantação e ao Reparcelhamento de Escolas Penitenciárias	0	1.016.960	1.016.960
11TW - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais	34.640.663	47.584.833	82.225.496
11TX - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais	9.242.591	11.704.849	20.947.440
11TY - Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais	4.472.257	1.000.000	5.472.257

Projeto/Atividade	Pagamentos do Exercício	Restos a Pagar	Total
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)
1701 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais	59.633.574	5.683.121	65.316.695
1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional	0	0	0
2272 - Gestão e Administração do Programa	4.133.158	233.269	4.366.427
2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso	1.746.917	592.997	2.339.914
2316 - Serviço Penitenciário Federal	1.481.297	2.521.592	4.002.889
2526 - Capacitação Profissional do Servidor de Estabelecimentos Penais	2.746.433	2.018.465	4.764.898
2C52 – Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	0	0	0
3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional	1.341.497	3.000.000	4.341.497
Total	119.568.774	75.737.440	195.306.214

A insuficiência de limite de pagamento, aliada ao exíguo prazo para a adequação dos projetos de engenharia financiados, convergiram para um patamar elevado de Restos a Pagar inscritos em 2007, cerca de R\$ 194,9 milhões.

Em 2006, o Departamento Penitenciário Nacional concluiu e editou material específico sobre o Fundo Penitenciário Nacional, intitulado “Funpen em Números”, que aborda os aspectos orçamentários e financeiros, incluindo a arrecadação de recursos, relativos ao período de 1994 a 2005. Trata-se da segunda edição, revista e atualizada, de um trabalho editado em 2005, e que abrange o período de 1994 a 2003. O material pode ser acessado por meio da página institucional do Departamento na Internet - www.mj.gov.br/depen .

2.3.3 Gastos com Cartão de Crédito

Para viabilizar o funcionamento das recém inauguradas Penitenciárias Federais, tornou-se necessário a concessão de Suprimentos de Fundos movimentados por meio de **Cartão de Pagamento do Governo Federal**.

Conforme tabela abaixo, o uso de cartões implicou em despesas no valor de R\$ 44.065,00, (quarenta e quatro mil, sessenta e cinco reais), para pagamento, principalmente, dos seguintes elementos de despesa: material de consumo. Serviços de pessoas física e jurídica e pagamento de contribuições previdenciárias.

Nº do Cartão	Saque	Fatura
29.726.404	6.813,00	8.747,69
30.695.669	13.363,00	-
32.638.010	1.649,00	2.123,47
33.048.342	3.990,00	3.378,87
33.356.068	1.000,00	2.999,97
Total Geral	26.815,00	17.250,00

Não houve gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal em exercícios anteriores a 2006.

3. Indicadores ou Parâmetros de Gestão

O indicador Coeficiente de Reincidência Criminal ainda não foi mensurado, porque este tipo de análise só estará disponível no Sistema de Informações Penitenciárias – Infopen, após implantação do módulo “acompanhamento de penas”, em janeiro de 2007.

Com relação ao indicador Déficit de Vagas no Sistema Prisional abaixo segue o cálculo:

$\text{Déficit de Vagas} = \text{População do Sistema} \div \text{Lotação Padrão}$
--

Para os três últimos exercícios, apresentamos a seguinte aferição do indicador:

$$\text{Dez/04} = 262.710 \div 200.417 = 1,31$$

$$\text{Dez/05} = 296.919 \div 206.559 = 1,43$$

$$\text{Dez/06} = 339.580 \div 236.148 = 1,44$$

Sobre o numerador dessa relação atuam as ações de cunho social, contribuindo para reintegração e redução dos índices de reincidência; no denominador da relação, agem a construção de estabelecimentos penais e a ampliação daqueles já existentes.

Observa-se uma variação negativa do valor do indicador, ao compararmos os exercícios de 2004, 2005 e 2006. No período de Dez/04 a Dez/06 a população prisional (considerado apenas o sistema penitenciário) cresceu 29,26% enquanto a lotação padrão, ou seja, o número de vagas existentes no sistema penitenciário, cresceu 17,83%.

Novamente, fica claro que o volume de recursos disponíveis para o Programa é insuficiente, frente ao enorme déficit de vagas do Sistema Penitenciário. Com o atual patamar de recursos aplicados e transferidos aos Estados, é tarefa extremamente difícil uma melhora no indicador, aproximando-o de 1,00. Evidentemente, caso não fosse a atuação do Departamento Penitenciário Nacional na gestão dos recursos do Programa, a situação atual do sistema penitenciário nacional seria ainda mais preocupante.

O Departamento está estudando outros indicadores que possam aferir de forma mais eficiente os benefícios que a execução do Programa traz para o público-alvo, ou seja, a população penitenciária.

A partir da determinação exarada no item 9.2.1, do Acórdão nº 1.742/2006 – Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU passamos a mensurar os indicadores abaixo relacionados:

Percentual de educandos no Ensino Fundamental = Total de pessoas privadas de liberdade cursando o Ensino Fundamental em 2006 ÷ Total de pessoas privadas de liberdade no país Lotação Padrão
--

$$\text{Dez/06} = 28.795 \div 401.060 = 0,071\% (7,1\%)$$

Percentual de treinandos em qualificação profissional = pessoas privadas de liberdade capacitadas ÷ Total de pessoas privadas de liberdade no país Lotação Padrão

$$\text{Dez/06} = 2.884 \div 401.060 = 0,0071 (0,71\%)$$

Os demais indicadores não foram aferidos em 2006.

4 Resultados Alcançados

4.1 Sistemas Penitenciários locais

Foram financiadas, no exercício de 2006, 7.720 (sete mil, setecentos e vinte) novas vagas nos sistemas penitenciários locais, por meio do Contrato nº 003/2004, celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 27/12/2004, cujo objeto é a prestação de serviços de operacionalização do Programa destinado a Construção de Estabelecimentos Penais nos Estados.

Esta instituição firma contratos de repasse com os Estados, atuando como mandatária do Depen, ficando a seu encargo a formalização, acompanhamento e prestação de contas que envolvem a execução das obras abarcadas pelas ações 11TW - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais e 11TY - Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais.

Os projetos aprovados pelo Depen, enviados para formalização da Caixa, precisam estar compatíveis com a Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Os custos das obras são verificados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido pela Caixa. No caso de materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os preços de mercado da construção civil como parâmetro.

Em 2006, o Depen enviou 36 (trinta e seis) projetos (seleções) à Caixa, com vistas à celebração de contratos de Repasse com as Unidades Federativas, a seguir relacionadas.

Vagas Financiadas em 2006

UF	CONTRATO DE REPASSE	OBJETO	VAGAS
AC	0209264-03	Construção da Unidade de Recuperação Social no Município de Senador Guiomard	324
AM	0209262-56	Construção da Unidade Penal de Itacoatiara	120
BA	0206242-79	Construção da Penitenciária de Vitória da Conquista	466
CE	0211729-56	Construção da Cadeia Pública de Crateús	144
DF	0207140-62	Construção do Bloco de Recepção e Revista da Penitenciária II	0
DF	0209265-18	Obras Diversas 2006	0
DF	0211731-98	Substituição da Cobertura do Centro de Progressão Penal - CPP - DF	0
MG	0213278-47	Construção do Presídio de Ribeirão das Neves	526
MS	0204699-49	Construção de Cadeia Linear Lateral no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande	110

UF	CONTRATO DE REPASSE	OBJETO	VAGAS
MS	0204700-70	Recuperação do Presídio de Segurança Máxima - Campo Grande	0
MS	0193726-21	Recuperação do Presídio Harry Amorim Costa - Dourados	0
MS	0206241-65	Construção da Cadeia Linear Lateral no Presídio Harry Amorim Costa - Dourados	180
MT	0207802-79	Construção do Centro de Detenção Provisória do Município de Juína	150
MT	0207803-83	Construção do Centro de Detenção Provisória de Pontes e Lacerda	150
MT	0208576-56	Construção do Centro de Detenção Provisória do Município de Tangará da Serra	150
PA	0207485-36	Construção do Centro de Recuperação Regional no Município de Breves	128
PA	0207804-97	Construção do Centro de Recuperação Regional no Município de São Felix do Xingú	136
PE	0207486-40	Ampliação da Penitenciária de Igarassu	400
PI	0209267-36	Construção da Casa de Detenção Provisória de Altos	112
PR	0207805-01	Construção da Penitenciária no Município de Cruzeiro do Oeste	720
RN	0209260-68	Construção da Cadeia Pública na Comarca de Nova Cruz	168
RO	0211730-84	Construção da Penitenciária de Ariquemes	360
RO	0213279-52	Construção da Penitenciária Feminina de Porto Velho	95
RR	0213280-80	Construção do Presídio Masculino de Rorainópolis	160
RS	0207488-69	Construção do Albergue Padrão 78 - Caxias do Sul	78
RS	0207490-00	Construção do Albergue Padrão 78 - Charqueadas - I-PEP	78
RS	0207491-14	Construção da Penitenciária Regional de Passo Fundo	336
RS	0207487-55	Construção do Albergue Padrão 78 - Porto Alegre - CAF	78
RS	0207806-15	Reforma do Alojamento "F" da Casa do Albergado Padre Pio Buck	0
RS	0207807-29	Reforma Geral do Presídio Estadual de Espumoso	0
RS	0207489-73	Construção do Albergue Padrão 78 - Venâncio Aires - IPM	78
RS	0207808-33	Reforma para ampliação de Alojamentos do Instituto Penal de Viamão - IPV	72
SC	0209261-72	Construção da Unidade Prisional do Vale do Itajaí	360
SP	0205937-59	Construção do Centro de Detenção Provisória de Franca	768
SP	0205939-77	Construção do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul	768
SP	0213703-91	Reforma, Adequação e Ampliação da Penitenciária de Presidente Bernardes	505
TOTAL			7.720

As obras financiadas pelo Fundo têm a finalidade precípua de gerar vagas para atender às demandas das Unidades Federativas, mas, colaboram, também, na criação de novos postos de trabalho na construção civil, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

No exercício de 2006 foram concluídos 31 Convênios, dos quais 16 sobre Construção de Estabelecimentos Penais, com geração de 6.992 vagas provenientes de instrumentos celebrados em exercícios anteriores.

Vagas Recebidas em 2006

UF	CONVÊNIO	OBJETO	VAGAS
BA	055/2003	Implantação do Sistema de Segurança Eletrônica no Presídio de Salvador	0
BA	056/2003	Implantação do Sistema de Segurança Eletrônica na Penitenciária Lemos Brito	0
BA	058/2003	Implantação do Sistema de Segurança Eletrônica no Conjunto Penal de Feira de Santana	0
BA	062/2002	Construção do Conjunto Penal de Itabuna	430
BA	062/2003	Construção da Penitenciária de Lauro de Freitas	430
CE	039/2003	Ampliação do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa	240
MG	016/2002	Construção da Penitenciária Regional de Uberaba	396
MG	038/2002	Construção da Penitenciária Regional de Patrocínio	396
MG	028/2002	Construção da Colônia Penal de Vespaziano	172
MG	030/2002	Construção da Penitenciária Regional de Muriaé	396
MG	037/2002	Construção da Penitenciária Regional de Três Corações	396
MG	036/2002	Construção da Penitenciária Regional de Santa Luzia	200
MG	015/2003	Aquisição do Sistema de CFTV nas Penitenciárias de São Joaquim de Bicas, Pará de Minas e Uberlândia	0
MG	060/2003	Aquisição e Instalação do CFTV para Penitenciárias de Juiz de Fora e Francisco Sá	0
MS	063/2003	Aquisição de Equipamentos para Cozinha Industrial da Penitenciária Harry Amorim Costa – Dourados	0
MS	193/2001	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí	208
MT	093/2003	Construção da Unidade Prisional de Água Boa	336
PA	184/2001	Construção do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	120
PA	086/2003	Construção de 01 Bloco Carcerário na Cadeia Pública de Mocajuba	64
PE	131/2000	Ampliação e Recuperação do Presídio de Itamaracá	93
PE	036/2001	Ampliação e Recuperação da Penitenciária de Barreto Campelo	267

PE	087/2003	Construção da Cadeia de 12 Celas – Lajedo	60
PE	088/2003	Construção da Cadeia de Afogados da Ingazeira	50
PE	089/2003	Construção da Cadeia de 12 Celas – Buíque	60
PI	069/2003	Reforma e Ampliação da Colônia Agrícola Major César Oliveira	100
RJ	004/2001	Construção da Penitenciária Bangu VI	512
RJ	229/2001	Construção da Casa de Custódia Federal no Complexo de Bangu	336
RO	082/2003	Conclusão da Penitenciária Modelo Edvan Mariano Rozendo – Porto Velho	240
RO	009/2004	Recuperação e Ampliação da Penitenciária Dr. Mário A. da Silva – Urso Branco – Porto Velho	80
RS	019/2000	Reforma e Ampliação do Presídio Central de Porto Alegre	601
SE	022/2003	Reforma e Ampliação do Presídio Senador Leite Neto	5
SE	021/2003	Reforma da Penitenciária Estadual de Areia Branca	36
SP	005/2002	Construção do Centro de Detenção Provisória de Bauru	768
TOTAL			6.992

Cabe ressaltar que apesar dos projetos de reforma de estabelecimentos penais, financiados em 2006, não ensejarem a geração de vagas, são relevantes para o adequado funcionamento das unidades.

Procurou-se, ainda, no exercício de 2006, dar continuidade à política de saneamento das obras inacabadas ou com pendências diversas. Saliente-se que em nenhum dos casos foi constatado desvio de recursos durante a execução do Convênio.

Obras Saneadas em 2006

CONVÊNIO	OBJETO	PROVIDÊNCIAS
106/00	Reforma da Penitenciária Alfredo Tranjan – Bangu II – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
107/00	Reforma da Cozinha na Penitenciária Esmeraldino Bandeira – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
108/00	Reforma e Recuperação da Cozinha da Casa de Custódia Milton Dias Moreira – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
109/00	Reforma e Recuperação da Cozinha do Presídio Plácido de Sá Carvalho – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
110/00	Reforma e Recuperação da Cozinha da Penitenciária Lemos de Brito – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.

CONVÊNIO	OBJETO	PROVIDÊNCIAS
111/00	Reforma e Recuperação da Cozinha do Hospital Penal Fábio Soares Maciel – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
189/01	Reforma da Penitenciária Talavera Bruce – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
190/01	Reforma e Ampliação do Presídio Plácido de Sá Carvalho – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
195/01	Reforma da Penitenciária Lemos Brito – RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
001/03	Construção de Cinturão de Proteção das unidades de Segurança Máxima de Bangu - RJ	Elaborado e concluído levantamento do percentual de serviços executados.
004/01	Construção da Penitenciária de Bangu VI – RJ	Assinado Termo de Ajustamento de Conduta, em 27.03.3006. Obra concluída e assinado Termo de Aceitação Definitiva.
229/01	Construção da Casa de Custódia Federal no complexo Penitenciário de Bangu – RJ	Assinado Termo de Ajustamento de Conduta, em 27.03.3006. Obra concluída e assinado Termo de Aceitação Definitiva.

4.2 Sistema Penitenciário Federal

O Sistema Penitenciário Federal será formado por 05 (cinco) penitenciárias de segurança máxima especial, gerando 208 vagas por estabelecimento, em um total de 1040 (um mil e quarenta) vagas. O objetivo deste Sistema é receber os condenados de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões e desarticular o crime organizado.

A primeira Penitenciária Federal foi inaugurada em 23/06/2006 no Município de Catanduvas, Estado do Paraná. A unidade encontra-se em plena operação e encerrou o exercício com uma população prisional de 113 (cento e treze) presos.



Foto panorâmica da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR



Cerimônia de inauguração da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR

A segunda unidade Federal foi inaugurada em 21/12/2006 no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. A unidade está em fase final de testes e instalação de equipamentos com vistas a entrar em operação em breve.



Foto Panorâmica da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS



Cerimônia de Inauguração da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS

A terceira Penitenciária Federal está sendo edificada no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte (contrato nº 004/2005). As obras encerraram o exercício (ref. Dez/06) com percentual de execução física em torno de 60%. A previsão para conclusão das obras é junho de 2007.

A quarta unidade está sendo edificada no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia (contrato nº 01/2006). As obras encerraram o exercício (ref. Dez/06) com percentual de execução física em torno de 21%. A previsão para conclusão das obras é setembro de 2007.

O local para construção da quinta unidade prisional federal ainda não foi definido. O terreno doado pelo Estado do Espírito Santo foi considerado inapropriado para a construção, após os laudos de terraplanagem e drenagem. Assim, o lançamento do edital da quinta penitenciária está suspenso. O DEPEN está promovendo gestões políticas junto aos governos dos Estados da Região Sudeste e também junto à Gerência Regional de Patrimônio da União – GRPU, da Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de viabilizar um terreno adequado que possa ser utilizado na construção do quinto estabelecimento.

O gerenciamento das obras das penitenciárias federais está sendo realizado pela Caixa Econômica Federal, conferindo ao processo maior transparência no uso dos recursos públicos e maior rigor e eficiência na fiscalização das obras.

As transferências para o Sistema Penitenciário Federal foram regulamentadas por meio da Resolução nº 502/2006 do Conselho da Justiça Federal que atribui a Justiça Federal a competência para deliberar acerca das remoções.



A Força Aérea Brasileira tem apoiado as remoções por meio de suas aeronaves



Presos da Penitenciária “Urso Branco” sendo embarcados em Rondônia

Sobre o que se convencionou denominar “perfil” do preso, restou consolidado que a transferência para as Penitenciárias Federais é medida que se justifica no interesse da segurança pública ou da própria pessoa presa, nos termos das Leis nº 7.210, de 11/07/1984 e nº 8.072, de 25/07/1990.

Dos 113 (cento e treze) presos removidos até o momento, o perfil jurídico é o constante da tabela abaixo:

PERFIL JURÍDICO	QUANTIDADE	%
Provisórios	50	44,24
Condenados	16	14,15
Provisórios e Condenados (simultaneamente)	47	41,59
TOTAL	113	100%

4.3 Sistema de Informações Penitenciárias - Infopen

O Sistema de Informações Penitenciárias – Infopen constitui um instrumento de integração dos órgãos de administração penitenciária de todo o Brasil com o fim de proporcionar a execução de ações articuladas dos agentes na proposição de políticas públicas.

A idéia anterior era desenvolver Infopen em três fases: Infopen – Estatística; Infopen – Assistência Jurídica e Infopen – Gestão e Inteligência. Todavia, com instituição de um corpo funcional próprio para cuidar do Sistema, a partir de maio de 2004, este escopo foi totalmente reestruturado e reformulado.

Assim, sua implantação passou a ser:

1ª) Infopen Estatística: trata-se de um software disponibilizado a todas as Unidades da Federação, por meio de convênio, para que estas possam se responsabilizar pela alimentação mensal do sistema. É composto por indicadores estatísticos que possibilitam a criação de bancos de dados sobre estabelecimentos penais e populações prisionais.

2ª) Infopen Gestão: um novo software, composto de vários módulos, que contemplam todos os aspectos da administração de um estabelecimento penal, o acompanhamento da execução penal e a extração de dados individuais e consolidados. Este programa reúne todas as aplicações do sistema, interliga os dados individuais da população penitenciária para alimentação automática dos indicadores estatísticos, além de controlar, em tempo real, processos e rotinas de administração dos estabelecimentos penais.

3ª.) InfoPen Inteligência: uma coletânea de softwares integrados, que possibilitará o cruzamento dinâmico de informações, a criação de cenários a fim de permitir a previsibilidade dentro das realidades penitenciárias do Brasil, a criação de índices e indicadores, a intercomunicação com outros sistemas e a inclusão de variáveis a qualquer momento, proporcionando um acervo de conhecimento a ser utilizado pela Inteligência Penitenciária objetivando mitigar possíveis riscos e antecipar situações indesejáveis dentro da realidade penitenciária brasileira.

Por intermédio dos convênios firmados para o Infopen Estatística, o DEPEN viabilizou a cessão do software, o treinamento de gestores estaduais e a doação dos equipamentos necessários à alimentação do sistema. Em 2005 a utilização efetiva do InfoPen Estatística consolidou-se, proporcionando ao DEPEN a publicação de relatórios analíticos e estatísticos no seu sítio de internet, com acesso por toda a sociedade.

Alguns cruzamentos de informações geradas a partir do InfoPen Estatística balizaram decisões do DEPEN com relação às políticas públicas a serem adotadas.

O DEPEN mantém uma equipe específica para o desenvolvimento e evolução do sistema, tendo em vista as diversas solicitações realizadas para extração ou complementação de dados nele contidos, assim como o interesse de outros atores na utilização do referido sistema.

Inicialmente, para a implantação do InfoPen Gestão, o módulo Cadastro de Preso foi testado na Penitenciária Federal de Catanduvas e em mais dois Estados, Espírito Santo e Pernambuco. Estes fazem parte do Projeto Piloto do InfoPen Gestão em conjunto com os Estados do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte.

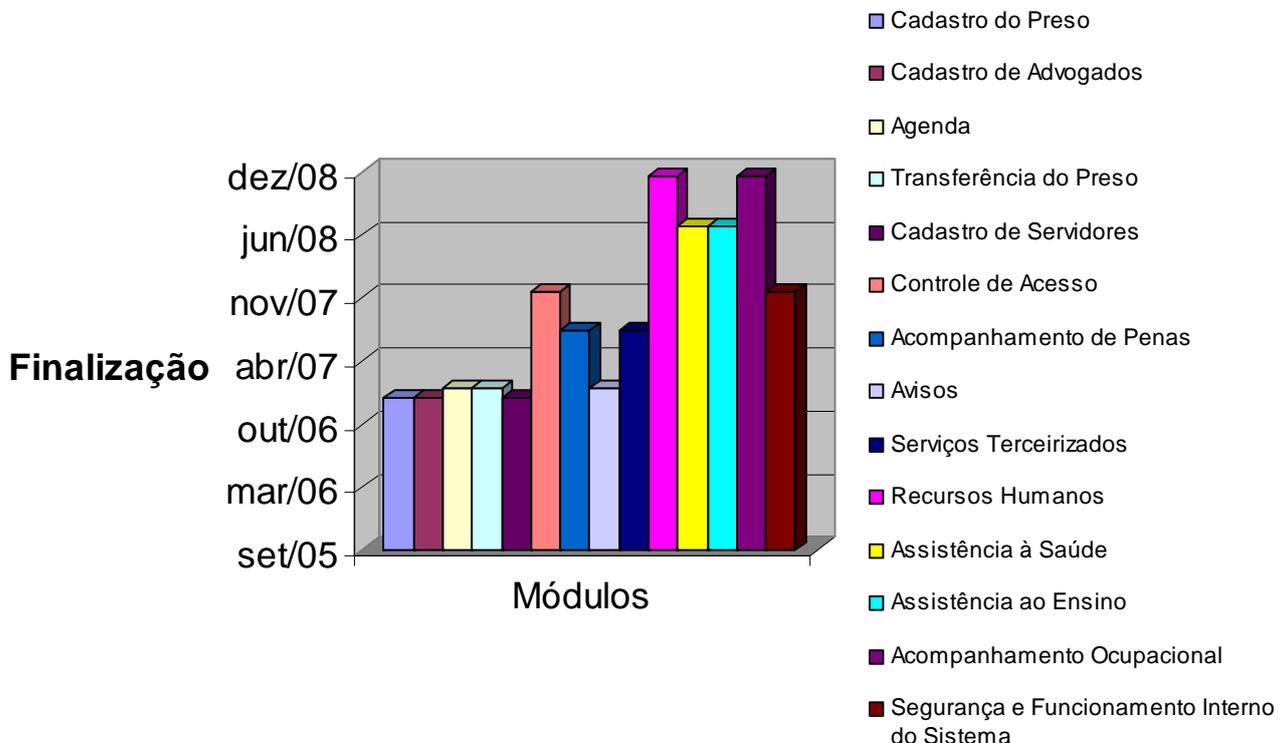
Em alguns Estados já foram definidos protocolos de interoperabilidade entre os respectivos sistemas de gestão penitenciária e o Infopen Gestão. Pretende-se promover gradual ampliação dessa experiência piloto aos demais entes federativos.

O DEPEN manteve, também, uma equipe dedicada às manutenções decorrentes das sugestões do Projeto Piloto e da Penitenciária Federal, a fim de otimizar os recursos do sistema de acordo com a real necessidade dos estabelecimentos penais.

A partir do primeiro semestre de 2006, o MJ intensificou as ações necessárias para adaptar suas tecnologias a fim de atender aos requisitos governamentais do e-ping (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), especificamente para interoperabilidade de aplicativos, proporcionando alterações no InfoPen Estatística e no InfoPen Gestão.

As mudanças anteriormente expostas, bem como a quantidade pequena de recursos humanos alocada na ação, causaram prejuízos ao cronograma de desenvolvimento do InfoPen Gestão, conforme quadro abaixo:

Cronograma de Implantação do Infopen Gestão



Relativamente ao Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, ao final de 2006, o preenchimento do módulo Estatística, efetuado pelas Unidades Federativas, alcançou a casa dos 80% nos meses de outubro e novembro. Pretende-se que, a partir de fevereiro de 2007, inicie-se a implantação efetiva do InfoPen Gestão no Território Nacional.

Ainda, em 2006, foi realizada a aquisição de 543 (quinhentos e quarenta e três) microcomputadores com o objetivo de fortalecer as estruturas de tecnologia da informação do Departamento e dos Estados participantes do projeto piloto, bem como dar suporte à implantação do INFOPEN .

Encontra-se em fase final de tramitação o processo para formalização da doação de microcomputadores às cinco unidades federativas, o que concretizará a adesão, por parte desses Estados ao novo software.

Microcomputadores Adquiridos em 2006

DESTINO	QUANTIDADE
Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	38
Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	32
Secretaria de Justiça e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte	16
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná	42
Secretaria de Segurança Pública e defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina	72
Penitenciária Federal de Mossoró - RN	80
Penitenciária Federal de Porto Velho – RO	80
Penitenciária Federal de Catanduvas – PR	30
Penitenciária Federal de Campo Grande/MS	30
DEPEN	123
T O T A L	543

4.4 Penas e Medidas Alternativas

O DEPEN vem fomentando soluções para a melhoria das atividades desenvolvidas nas Unidades da Federação, no âmbito das alternativas penais, por meio de uma ação integrada com atividades de normatização, suporte, orientação, acompanhamento, monitoramento e disseminação de experiências de sucesso, resultantes da implementação de políticas públicas sustentáveis de prevenção criminal e inclusão social.

Penas e Medidas Alternativas – Convênios Aprovados 2006

UF	OBJETO	SERVIÇO IMPLANTADO
PE	Programa de Apoio Técnico-Operacional às Medidas e Penas Alternativas de Combate à Violência Doméstica em Pernambuco	01
AC	Fomento ao Núcleo de Execuções de Penas Alternativas - Cruzeiro do Sul	01
PE	Operacionalização da Vara de Execução de Penas Alternativas na Região Metropolitana do Recife	01
RN	Projeto de Fiscalização e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado do Rio Grande do Norte	01

CE	Projeto para Fortalecimento das Ações de Inclusão Social de Pessoas em Cumprimento de Penas e Medidas Alternativas do Estado do Ceará	01
AP	Implantação da Central de Penas Alternativas do Estado do Amapá - C.P.A.- AP	01
PA	Penas Alternativas Ano – 2006 do Estado do Pará	01
GO	Projeto de Operacionalização e Manutenção da Central de Penas e Medidas Alternativas(CPMA) e dos Núcleos Instalados no interior do Estado de Goiás;	01
TOTAL		08

Além disso, em 2006 o DEPEN em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, aprovou o Projeto: BRA/05/038 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional, para realização de duas pesquisas: Pesquisa de Opinião e Pesquisa de Gestão sobre Penas e Medidas Alternativas no Brasil.

A primeira pesquisa refere-se ao processo de formação de opinião da sociedade brasileira sobre o tema das alternativas penais. A segunda diz respeito ao processo de gestão do monitoramento da execução de penas e medidas alternativas em alguns estados brasileiros, com vistas a propor ferramentas gerenciais para o desenvolvimento da política de fomento às penas e medidas alternativas do DEPEN.

Foi realizada a II reunião da Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas – CONEPA, no período de 20 a 22 de novembro, em Recife/PE. Neste encontro, verificou-se a importância da parceria entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para a efetivação das boas práticas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Sistema Prisional do País.

Nesta reunião, também, foram divulgadas as conclusões do Levantamento Nacional sobre Execução de Penas Alternativas, fruto do convênio 039/2004, com Instituto Latino-Americano para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquentes - ILANUD.

Esta pesquisa representa o primeiro diagnóstico de abrangência nacional acerca da realidade da execução das penas alternativas, apresentando um retrato da situação em nove capitais (Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal, descrevendo a caracterização sócio-econômica das pessoas que recebem penas alternativas como substituição da pena privativa de liberdade, dados sobre

seu efetivo cumprimento, a identificação dos crimes que mais ensejam a substituição e as modalidades de penas alternativas mais aplicadas pelo Poder Judiciário.

Penas e medidas alternativas no Brasil – 2006²

APLICAÇÃO	EXECUÇÃO
305.075	64.335

Ademais, o país conta hoje com nove varas especializadas integradas ao sistema nacional de monitoramento de penas e medidas alternativas que agregam cerca de mais de cem centrais de apoio no Brasil.

4.5 Capacitação em serviços penais

Para otimizar as ações diretas em termos de educação em serviços penais, foi editada a Portaria nº 09 de 10 de fevereiro de 2006³, que institui o cadastro nacional de especialistas no conhecimento e no ensino de temas relativos à execução penal e à gestão prisional e disciplina procedimentos para a contratação e remuneração dos seus inscritos. Esta portaria criou condições mais adequadas e eficazes para a operacionalização de ações de educação permanente do pessoal que atua no sistema penitenciário brasileiro.

Ao longo do ano de 2006, alguns docentes foram selecionados, dentro dos critérios da Portaria, para ministrarem disciplinas relacionadas à temática da execução penal. A principal capacitação foi a de Agentes Penitenciários Federais. Estes servidores foram treinados com aulas práticas e teóricas, em cursos cuja carga horária média foi de 416 horas-aula.

Capacitações em 2006

Objeto	Beneficiados
Capacitação sobre o módulo procedimento, segurança e controle (Projeto de Melhoria na Gestão Penitenciária) no Espírito Santo	91
Capacitação para gestores do sistema penitenciário do Estado do Amazonas	45
Capacitação de Agentes Penitenciários Federais	490
TOTAL	626

² Dados referentes ao período de janeiro a setembro de 2006.

³ Alterações: Portaria nº 138 de 20 de julho de 2006 e Portaria nº 69 de 6 de novembro de 2006.

Em relação à parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Projeto Educando para a Liberdade”, foram realizadas oficinas e atividades de formação continuada com os servidores penitenciários (docentes, agentes penitenciários, técnicos, etc) nas unidades da federação.

Para fortalecer a relação com os estados e permitir outros espaços de discussão, foram firmados convênios entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC e as seguintes Secretarias de Educação Estaduais: CE, GO, PB, RJ, RS, TO, AC, ES, MA, MS, PA e PE.

Foi realizada em Brasília-DF uma Oficina Nacional – “Educação em Serviços Penais: Consolidando uma Trajetória de Mudança”, com a participação de representantes da área de educação das Secretarias de Administração Penitenciária, dividida em dois blocos, conforme tabela abaixo:

Blocos	Data	UF	Representantes
Primeiro	22, 23 e 24/05/2006	PB, CE, AP, PE, SC, ES, GO, RR, PI, TO, PR e MS.	15
Segundo	29, 30 e 31/05/2006.	RN, MT, RO, SP, AM, PA, RS, RJ, SE, MG, MA, DF, BA, AL, AC.	22

Por meio de uma cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD foi elaborado o Projeto PNUD BRA/05/005, que consolidou os Referenciais Políticos-Pedagógicos – Matriz Curricular Nacional e Guia de Gestão da Educação em Serviços Penais, após trabalho de campo nas Escolas Penitenciárias dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Estes Produtos contribuem para a consolidação de uma proposta política de melhoria dos serviços penais, principalmente no elenco das principais competências, habilidades, saberes e atitudes que devem ser trabalhados junto aos servidores penitenciários, possibilitando uma atuação de forma interdisciplinar e de valorização do processo de integração de políticas públicas.

Ainda, em 2006, foram firmados os convênios abaixo relacionados cuja execução ocorrerá no exercício de 2007:

Convênios Firmados em 2006

UF	OBJETO	META
GO	“Curso de Formação Específica em Gestão Prisional” - FUNCER	80
MT	Capacitação para Agentes de Escolta	65
MT	Treinamento Básico para Docentes	30
PI	Projeto EDHUCAR: Educação em Direitos Humanos e Serviços Penais	200
SE	Programa de Qualificação Profissional no âmbito da Justiça e Cidadania	469

4.6 – Escolas Penitenciárias

No novo desenho da política de Educação em Serviços Penais, as Escolas de Administração Penitenciárias ocupam um papel de grande relevo, atuando numa rede para a educação. Esta proposta visa contribuir para o melhor desenvolvimento institucional na execução penal, pauta-se pela perspectiva de criação de um ambiente para a valorização, capacitação e reflexão constante dos profissionais que a integram, acerca de suas próprias práticas e seus processos de trabalho.

Seis (06) Unidades da Federação (AL, AM, PE, RN, GO e CE) foram beneficiadas com recursos para a implantação de escolas penitenciárias. Apenas o Estado do Rio Grande do Sul foi contemplado com o reaparelhamento de sua escola.

Nesta ação, o recurso financeiro foi destinado para a compra de material permanente, incluindo acervo bibliográfico, mobiliário e equipamentos.

4.7 - Educação de Jovens e Adultos no Sistema Penitenciário

Desde o ano de 2005 se iniciou uma importante articulação entre o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, visando ao delineamento conjunto de uma política pública voltada à alfabetização e à elevação de escolaridade da população presa e egressa no contexto das políticas de Educação de Jovens e Adultos, por meio do “Projeto Educando para a Liberdade”.

Atualmente, existem 12 convênios, firmados a partir do projeto, em execução nos seguintes Estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará,

Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins. Todos os Estados formaram comitês gestores com a atribuição de planejar, executar e acompanhar as ações previstas no convênio. Destes comitês participam representantes da Secretaria de Educação e a Secretaria responsável pela administração penitenciária.

Como resultados alcançados pelo projeto podemos elencar: a formação de professores e de agentes; a produção de material referencial para educação nas prisões, bem como o didático.

Convênios de 2006

Indicadores	Quantitativo
Presos beneficiados (indireto)	39.875
Educadores formados	379
Servidores da execução penas formados	1.850
Unidades prisionais atendidas	90

A parceria com o MEC inclui ainda a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que incorporou o tema da educação prisional na agenda de duas importantes iniciativas internacionais das Nações Unidas: a “Educação para Todos” e a “Década das Nações Unidas para a Alfabetização”.

Esses convênios serão avaliados, em 2007, por intermédio de cooperação técnica entre o DEPEN, a SECAD e o PNUD.

Foi realizado, em 20/12/06, uma Oficina de Trabalho entre os representantes do DEPEN/MJ, SECAD/MEC e UNESCO para avaliação e planejamento das ações do projeto para o ano de 2007.

Em Junho de 2006, foi realizado um Encontro em Cartagena de Las Índias na Colômbia com a participação de representantes de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, Honduras e Uruguai. Foi definida a criação de uma Rede Latino-Americana de Educação nas Prisões, com uma articulação inicial com a European Prison Education Association (EPEA). Participantes do encontro conheceram experiências na área realizadas pela França, Irlanda e Grécia, em visita à Europa.

Para a consolidação da Rede Latino-Americana foi agendado um Encontro com representantes dos países citados acima, em Belo Horizonte (MG), durante o Fórum de Educação do Mercosul, no período de 20 a 26 de Novembro de 2006. Além de permitir a consolidação da

rede, houve a oportunidade de sensibilizar os Ministros presentes da importância da educação nas prisões, acordar metas, estratégias de funcionamento e financiamento.

Em julho de 2006, visando consolidar a proposta das diretrizes para educação de jovens e adultos no sistema penitenciário, foi realizado em Brasília, o Seminário Nacional, com a participação de representantes de todas as regiões e de todos os segmentos envolvidos na oferta de educação no sistema penitenciário.

Para garantir que também os presos e as presas participassem na formulação das Diretrizes o Centro do Teatro do Oprimido foi convidado para realizar oficinas, utilizando a metodologia do teatro-fórum em unidades prisionais nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As sugestões apontadas pelos presos e presas foram incorporadas no documento de sistematização das diretrizes.

Paralelamente, o Ministério da Educação estabeleceu um diálogo com o Consórcio Eurosocial, cujo objetivo é estabelecer condições que permitam, por meio de políticas educacionais, aumentar o grau de coesão social nas sociedades latino-americanas. Busca-se prestar apoio aos responsáveis pela definição e implementação das políticas a fim de aumentar e melhorar as formas de acesso e permanência, no sistema penitenciário, das populações mais vulneráveis.

Também com o MEC, contando com o apoio da Unesco, foi preparada minuta de edital do Concurso Literário “Escrevendo a Liberdade”, por meio do qual os presos poderão expressar seus anseios para com o sistema prisional, o que subsidiará a construção de um plano pedagógico específico voltado à realidade prisional.

Convênios Firmados em 2006

UF	CONVÊNIO	Nº de Beneficiados	Valor a ser repassado
Nacional	073/2006	Detentos de 173 presídios e 326 penitenciárias	R\$ 73.765,26

A parceria com o MEC resultou na edição da Resolução nº 23/2005 do Programa Brasil Alfabetizado, que consolidou a população prisional como um dos públicos prioritários estabelecendo incentivos específicos para os alfabetizadores atuantes no Sistema Penitenciário e uma abordagem metodológica diferenciada para o ambiente prisional. Após pouco mais de um ano de trabalho conjunto entre os dois ministérios, o Cadastro do Programa Brasil Alfabetizado

2005/2006 registrou 5.954 alfabetizando matriculados em turmas no Sistema Prisional em 20 Estados e no Distrito Federal.

4.8 - Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

Em 2006 o Depen deu continuidade à trajetória de aproximação dos organismos internacionais, buscando apoio técnico e financeiro para o aperfeiçoamento das políticas penitenciárias em âmbito nacional.

Com recursos concedidos pelo Governo do Japão em 2005 e em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no seio do projeto “Educando para a Liberdade”, do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação, o Departamento realizou cinco seminários regionais e um seminário nacional acerca da temática da educação em ambientes prisionais. Tal esforço resultou no primeiro conjunto de diretrizes nacionais para as ações educacionais nas prisões, consolidadas na publicação “Educando para a Liberdade – trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras”, ao lado de alguns artigos de especialistas estrangeiros.

Além disso, o Depen avançou no trabalho conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio dos projetos BRA 05/005 – Suporte à Política Brasileira de Educação em Serviços Penais e BRA 05/038 – Modernização do Sistema Penitenciário Nacional, ambos com recursos TRAC e de execução direta daquela agência internacional. O primeiro deles foi concluído no final do exercício de 2006, com a produção da “Matriz curricular nacional para a educação em serviços penais” e do “Guia de referência para a gestão da educação em serviços penais”. Os dois documentos são inéditos e fundamentais para a melhoria da qualidade das ações educacionais voltadas aos servidores do Sistema Penitenciário em todo o país.

Em relação ao segundo projeto, cuja implementação ocorreu de maneira mais lenta, este passou a figurar como um instrumento central para o fortalecimento institucional do órgão diante da reestruturação sofrida pelo Departamento, contribuindo diretamente para a disseminação de informações e boas práticas em nível nacional e a elevação da capacidade técnica de diferentes áreas do Depen. Sua execução ainda está na etapa inicial, mas pretende-se promover a prorrogação do seu prazo de vigência e assim como a readequação do seu conteúdo à nova estrutura com a qual o Departamento passou a contar em 2006.

Finalmente, O Depen estabeleceu contatos promissores com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC, com a finalidade de promover o intercâmbio internacional de experiências promissoras e bem sucedidas nas áreas de redução da reincidência criminal, melhorias das condições de vida nas prisões, atenção à saúde no Sistema Penitenciário, entre outros. No entanto, não houve ainda qualquer aporte de recursos até o momento.

4.9 Plano Nacional de Saúde

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário - PNSSP, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1777, de 09/11/2003 (Anexo I), é uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça. Seu objetivo é garantir o acesso integral aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS – à população prisional em estabelecimentos penais masculinos e femininos, bem como nas unidades psiquiátricas, além de organizar o sistema de informação de saúde dos presos e contribuir, de forma efetiva, para o controle e redução das doenças mais frequentes, como por exemplo, DST/AIDS, tuberculose, pneumonia, dermatose, hepatite, hanseníase e outras.

São cento e quarenta (140) equipes cadastradas em dez (10) Unidades Federativas, promovendo o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos. Cada equipe é constituída por médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário.

Os recursos relativos ao Incentivo para a Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, previsto no art. 5º da referida Portaria, foram descentralizados para o Fundo Nacional de Saúde, o Departamento arca com 30% do valor total, conforme tabela abaixo:

Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário	
UF	RECURSOS REPASSADOS
	Valores em R\$ 1,00
BA	12.002,40
DF	62.012,40
GO	19.671,60
MG	150.196,70
MT	46.509,30
PE	46.694,00
RJ	312.845,20

UF	RECURSOS REPASSADOS Valores em R\$ 1,00
RO	30.506,10
SP	546.109,20
TO	9.001,80
TOTAL	1.235.548,70

Ainda, cabe ressaltar que, na segunda etapa de implantação do plano, serão equipadas através de convênio, diretamente com as Unidades Federadas. Em 2006, foram firmados, 03 (três) convênios com objetivo de equipar as unidades prisionais de atenção à saúde, onde serão beneficiadas 85 unidades penitenciárias, conforme tabela abaixo:

Convênios Firmados em 2006

UF	CONVÊNIO	OBJETO	Nº DE UNIDADES PRISIONAIS	VALOR A SER REPASSADO (R\$ 1,00)
MG	017/2006	Aquisição de Equipamentos de Saúde	09	213.426,00
RO	029/2006	Projeto Unidades de Saúde	06	175.604,74
SP	071/2006	Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário	70	717.077,97
TOTAL			85	1.106.108,71

Cabe ressaltar que a execução destes instrumentos ocorrerá apenas no próximo exercício, sendo as metas computadas em 2007.

4.10 Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso

O Departamento tem promovido projetos de apoio jurídico, psicológico, social e assistencial às pessoas privadas de liberdade. Tais atividades englobam, ainda, os familiares das pessoas envolvidas com o crime na busca pela manutenção do vínculo e a redução dos efeitos da prisão para a estrutura familiar.

Além da humanização no sistema intramuros, a pessoa privada de liberdade recebe oportunidades de aprendizagem e profissionalização, possibilitando que, ao sair da prisão, o indivíduo seja capaz de manter o seu sustento e o de sua família, diminuindo, desta forma, a reincidência criminal.

O DEPEN tem buscado interagir de forma multidisciplinar com vários órgãos públicos, por meio do fortalecimento de Parcerias Interministeriais que contribuam na reintegração do preso à sociedade e na redução dos índices de reincidência criminal.

4.10.1 Ministério do Trabalho e Emprego -MTE

Ao longo do ano de 2006 foram realizados alguns encontros entre o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, especificamente, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Foi, então, formalizado um Termo de Referência para a promoção de ações conjuntas voltadas à inclusão de presos, egressos e seus familiares em iniciativas de economia solidária, oferecendo uma alternativa empreendedorista de trabalho e renda às pessoas excluídas do meio social.

4.10.2 Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA

Da articulação com o MDA surgiram dois projetos o “Arca das Letras” e o “Nascer da Terra”. O primeiro Projeto, denominado Arca das Letras é objeto de um Protocolo de Intenções firmado entre os Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, da Cultura e do Meio Ambiente, cujas ações propostas visam ao desenvolvimento social, cultural e educacional, com base no livro e no incentivo à leitura.

Dentre as atividades está a confecção de arcas pelos próprios detentos, que serão abastecidas por livros, materiais didáticos, literários e culturais e, ao final, fornecidas para a comunidade. Os sentenciados recebem bolsas de trabalho e reduzem suas penas, por meio da remição.

Cada biblioteca, organizada na arca, tem cerca de 220 títulos obtidos por doação, entre literatura infantil, literatura para jovens e adultos, livros didáticos, de pesquisa e técnicos (sobre cidadania, saúde, agricultura), incluindo assuntos de interesse das populações rurais em suas realidades específicas.

No ano de 2006, o DEPEN repassou R\$ 59.130,00 (cinquenta e nove mil, cento e trinta reais) ao Estado de Pernambuco, a fim de implementar o Projeto, capacitando 37 internos e produzindo 600 arcas. Também, foram destinados recursos para os Estados listados abaixo, cujas metas serão computadas apenas em 2007.

Convênios Firmados em 2006 - Projeto Arca das Letras

UF	BENEFICIADOS	ARCAS	VALOR
CE	20	600	R\$ 30.000,00
MA	20	600	R\$ 17.245,89
RN	20	600	R\$ 23.400,00
RO	22	300	R\$ 38.421,00
TOTAL	82	2100	R\$ 109.066,89

O segundo Projeto fruto da parceria com o MDA é o “Nascer da Terra” que objetiva implantar e desenvolver um projeto de reinserção social para os sentenciados e seus familiares, mediante capacitação profissional na área agrícola e agroindústria, agricultura familiar e, posteriormente, a inclusão dos mesmos nos Programas de Reforma Agrária do MDA/INCRA.

O Projeto Nascer da Terra apresenta-se como uma alternativa para o enfrentamento da vulnerabilidade ocasionada pela exclusão social, pois proporciona à pessoa privada de liberdade, de origem rural, o retorno às suas origens, valorizando o trabalho na terra como forma de inserção social.

Foram aprovados dois convênios dentro do escopo do projeto, conforme tabela abaixo:

Convênios Firmados em 2006 - Projeto Arca das Letras

UF	BENEFICIADOS	VALOR
Rio Grande do Norte	60	R\$ 223.854,93
Alagoas	40	R\$ 220.113,40
VALOR TOTAL	100	R\$ 443.968,33

4.10.3 Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM

O DEPEN, por meio de visitas de inspeção às unidades penitenciárias femininas, constatou que as mulheres privadas de liberdade convivem, além do problemas relacionados com a população masculina, com outros relacionados à discriminação de gênero:

- a maioria das construções arquitetônicas prisionais para mulheres é improvisada, visto que a destinação original dos locais atualmente ocupados era abrigar homens em cumprimento de pena;

- em muitos Estados não há, sequer, um estabelecimento prisional específico para as mulheres, restando-lhes a alternativa aviltante de ocupar uma ala ou cela feminina inserida no interior de complexos prisionais masculinos;
- os espaços que deveriam ser apropriados para a sua condição biogenética, de ser mãe são indignos e não oferecem condições de se adaptar um berçário;
- o trabalho prisional ofertado se limita, na maioria dos casos, às atividades típicas do lar, como costura, limpeza, alimentação, entre outras, não favorecendo uma atividade profissional que possibilite auferir renda adequada, quando do retorno ao convívio com a família e a sociedade.

Em face deste contexto, em conjunto com a SPM foi elaborado um Termo de Cooperação Técnica, estabelecendo a forma de colaboração de cada um dos órgãos para a implantação de uma política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à maternidade, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares. O mencionado Termo está aguardando, apenas, a assinatura do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça.

Também foram feitas ações de mobilização de alguns órgãos que, por atribuição legal, podem auxiliar no enfrentamento dos problemas carcerários femininos, como por exemplo, Ministério Público da União, Ministério da Saúde, Associação das Mulheres Profissionais do Direito, Associação de Juízes para a Democracia, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Social e Pastoral Carcerária.

Foi inserida no Fundo Penitenciário uma programática ligada à ação "Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência" (0911) do Programa "Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres", cuja gerência é da SPM e cujo objetivo é custear as despesas de manutenção de casas de abrigo destinadas à vítimas de violência doméstica como forma de promover a política nacional de prevenção, atendimento e combate à violência contra a mulher, de responsabilidade do Estado Brasileiro.

4.10.4 Órgãos que compõem o Sistema 'S'

Visando estabelecer uma política nacional de capacitação e profissionalização digna para os cidadãos privados de liberdade, o Departamento propôs reunião, em 06/06/2006, com representantes alguns órgãos que compõem o Sistema "S", o Serviço Nacional de Aprendi-

zagem Industrial – Senai, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, o Serviço Social do Comércio – Sesc, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e o Serviço Social da Indústria – Sesi.

Considerando as atividades institucionais desenvolvidas pelos citados órgãos, dentre as quais destacam-se cursos de capacitação profissional e educacional, ações assistenciais e práticas voltadas ao empreendedorismo, cuja certificação possui credibilidade nacional, o DEPEN propôs a formação de um grupo técnico para elaboração de um Protocolo de Intenções para melhoria da profissionalização no Sistema Penitenciário Nacional.

Além disso, foi elaborado um projeto piloto, no Espírito Santo, intitulado de Maria-Marias, o qual prevê ações de capacitação profissional e educacional, assistência social e à saúde, dentre outras, direcionadas às presas, às egressas, suas famílias, aos agentes penitenciários, bem como a sensibilização da sociedade. Em 2006, do total de recursos do projeto foram repassados cerca de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Convênio Firmado em 2006

UF	Convênio	Beneficiados	Valor
ES	036/2006	310 mulheres	R\$ 826.572,61

4.10.5 Centro Integrado da Empresa Escola – CIEE / Nacional

O CIEE é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, cuja principal função é proporcionar a jovens estudantes, oportunidades de inserção no mercado de trabalho, por meio de qualificações profissionais e programas de estágio, desenvolvendo, ainda, programas relacionados ao enfrentamento de problemas sociais.

Assim, considerando a expertise da referida instituição e o seu comprometimento com as questões sociais, o DEPEN buscou alternativas para ofertar cursos de capacitação profissional e educação básica às pessoas privadas de liberdade e aos egressos, com vistas a maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

As capacitações profissionais devem estar voltadas para práticas que priorizassem os valores éticos, humanos e o empreendedorismo, sem perder o foco na área educacional e nas atividades de lazer, cultura, esporte. Por outro lado, as ações a serem desenvolvidas devem, também, abranger os servidores e agentes penitenciários, pois são responsáveis pela boa convivência no ambiente prisional.

Foi aprovado um projeto piloto, denominado Novos Horizontes, no Espírito Santo, contemplando ações de profissionalização do preso e do egresso, capacitação de agentes penitenciários federais e sensibilização da sociedade e do empresariado com vistas à inclusão social. Em 2006, do total de recursos do projeto foram repassados cerca de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Convênio Firmado em 2006

Estado	Convênio	Nº de Beneficiados	Valor a ser repassado
SC	030/2006	175 presos/egressos 25 agentes penitenciários	R\$ 495.000,00

Além de todas as parcerias acima retratadas, em 2006 foram firmados 23 Convênios, voltados para a assistência ao preso, ao egresso e a seus dependentes. Os Convênios firmados têm como objeto assistir 18.675 pessoas, conforme o disposto na tabela abaixo:

Convênio	Projeto	UF	Valor Total	Público Alvo
016/2006	Mãos que Florescem	AL	37.820,00	40 Pessoas
019/2006	Projeto Libertas - do Outro Lado do Muro	MA	43.740,00	80 privados de liberdade e 20 familiares
020/2006	Projeto "Brinquedoteca - A Arte de Brincar"	CE	54.992,56	100 crianças
028/2006	Em Defesa dos Direitos dos Presos	SP	364.600,00	14.400 processos
033/2006	Brinquedoteca - Brincar também é Ressocializar	AM	35.065,30	161 reeducandos e 239 crianças
034/2006	Projeto "implantação de Fábricas de Artefatos de Concreto Pré-moldados nas Unidades Prisionais do Estado de Mato Grosso	MT	65.655,00	60 pessoas
037/2006	Qualificação Profissional do Reeducando	GO	86.328,00	400 reeducandos
042/2006	Plantando Mudas para Mudar Vidas	RO	63.995,20	60 pessoas
046/2006	Projeto Educação Profissional	MA	64.568,46	241 pessoas
048/2006	Fábrica de Saneantes para o Sistema Prisional do Estado	MT	196.929,68	48 detentos
049/2006	Projeto Brinquedoteca - Desafios e Descobertas	AP	20.783,00	40 mulheres: 28 companheiros e 62 crianças
055/2006	Projeto Mente Livre: Yoga nas Prisões	RN	41.847,92	200 pessoas privadas de liberdade
060/2006	Projeto Reconstruindo a Dignidade	RO	109.703,99	210 reeducandos (170 homens e 40 mulheres)

Convênio	Projeto	UF	Valor Total	Público Alvo
061/2006	Projeto Justiça com Justiça	GO	74.006,20	2.186 pessoas
062/2006	Projeto KK - trabalho e Cidadania	RJ	218.895,26	100 pessoas privadas de liberdade

4.11 Participação Social

A Ouvidoria do Sistema Penitenciário é o principal canal de comunicação entre a sociedade, o público-alvo do Programa 0661 e o Departamento. As principais atribuições da Ouvidoria são opinar e manter em boa ordem os processos de indulto, remoção por risco de vida e transferências; apurar reclamações e denúncias, instruindo os respectivos processos e informando aos interessados sobre os resultados obtidos e os procedimentos legais adotados.

Em 2006, foram abertos 1.649 processos relacionados às denúncias, remoções por risco de vida, transferências, indultos individuais (Graça) e pleitos diversos. Todavia, estão em tramitação cerca de 1.642 processos oriundos de exercícios anteriores. Somando-se todos os pleitos obtivemos o total de 3.291 processos tramitando atualmente na Ouvidoria.

Processos Instaurados em 2006

TIPO DE PLEITO	QUANTIDADE
Denúncias	156
Remoção Risco-de-Vida	29
Indulto Individual (Graça)	1.434
Outros Pleitos	30
TOTAL	1.649

Processos Arquivados em 2006	2.553
-------------------------------------	--------------

Os processos são arquivados quando atingem o objetivo proposto, por lapso temporal, término da pena e pareceres contrários à concessão de Graça.

Cerca de 5.514 cartas, com diversas solicitações, foram enviadas aos órgãos competentes de cada Estado. Cumpre informar que tais solicitações, depois de analisadas, não ensejaram a necessidade de instauração de processo.

Tramitação de Documentos

DOCUMENTOS RECEBIDOS	QUANTIDADE
Ofícios	898
Memorandos	73
Cartas	8.169
TOTAL	9.140
DOCUMENTOS EXPEDIDOS	QUANTIDADE
Ofícios	2.168
Memorandos	172
Cartas	1.483
Nota Técnica	226
Pareceres de graça	707
TOTAL	4.756

Os processos de Graça e Comutação de Pena são encaminhados à Consultoria Jurídica - CJ do Ministério para análise da procedência dos pedidos, bem como verificação das formalidades necessárias. Foram analisados e encaminhados para à CJ setecentos e sete (707) processos.

Quanto às denúncias recebidas em 2006, foram instaurados 156 processos novos, adicionados aos 169 processos de anos anteriores, totalizando 325 processos de denúncia, dos mais diversos tipos, tais como: Cadeia Pública; Corpo Funcional da Penitenciária; Penitenciária; Polícia/Sistema Penitenciário; Remoção; Sistema Penitenciário; Integridade Física; Tratamento Médico.

Os pedidos de remoção por risco de vida levaram a instauração de 29 processos, sendo que já tramitavam 42 processos sobre o mesmo assunto, num total de 71 processos.

A competência para decidir sobre a transferência de presos é do Poder Judiciário, porém, a Ouvidoria, diante de casos excepcionais em que fica verificada latente irregularidade, instaura processo referente a pedidos de remoção simples, a fim de agilizar a transferência e evitar possível desvio de execução. Neste sentido, no ano de 2006 foram instaurados 14 processos de remoção, sendo que já tramitavam 43 processos de outros anos, totalizando 57 processos.

A Ouvidoria possui um correio eletrônico institucional (ouvidoria.depen@mj.gov.br), por meio do qual o cidadão pode encaminhar suas manifestações. Geralmente, as mensagens recebidas são pedidos de informações sobre o andamento do Processo de

Graça, denúncias de maus-tratos e pedidos de remoção. Todas as mensagens são devidamente respondidas e arquivadas.

E-MAILS OUVIDORIA	
RECEBIDOS	ENVIADOS
490	304

A Ouvidoria acompanha as reuniões da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, em cumprimento à determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA, face às atrocidades ocorridas no interior da Casa de Detenção José Mário Alves “Urso Branco” e para proceder à apuração de violações de direitos humanos no sistema carcerário do Estado do Espírito Santo

Acompanhamos, ainda, o caso das pessoas privadas de liberdade na Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira” em Araraquara, São Paulo, em razão das medidas provisórias decretadas pela Corte, a pedido da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, realizando visita ao estabelecimento juntamente com o Relator Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para Condições de Detenção; inclusive participando da Audiência Pública junto à Corte, realizada em 28/07/06, na cidade de San José, Costa Rica.

Integramos o Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil - CNPCT, de acordo com o Decreto de 26/06/2006 e o Grupo Móvel de Combate à Tortura, vinculado ao CDDPH.

E ainda integra o Grupo de Trabalho para a constituição do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, conforme Portaria Interministerial n.º 1.055 de 17/05/2006, cuja iniciativa é do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para ampliar os canais de comunicação entre o Poder Público e a sociedade, por meio da constituição de um mecanismo para o acolhimento de denúncias e o monitoramento externo das instituições que lidam com pessoas com transtornos mentais, incluídas as crianças e adolescentes, pessoas com transtornos decorrentes do abuso de álcool e outras drogas, bem como pessoas privadas de liberdade.

4.11.1 Inspeções

Durante o ano de 2006 foram realizadas pela Ouvidoria, 30 (trinta) Inspeções em estabelecimentos penais de 10 (dez) Estados, algumas em conjunto com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e outras com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Os relatórios foram encaminhados ao CNPCP e aos demais Órgãos responsáveis pela execução penal nos respectivos Estados. Abaixo apresentamos tabela sobre as inspeções:

Inspeções Ouvidoria 2006

UF	Nº RELATÓRIOS	MÊS	DATA	ESTABELECIMENTOS PENAIS INSPECIONADOS	CIDADE
AC	01	Fev	10	Unidade de Recuperação Social “Dr. Francisco D’ Oliveira Conde”	Rio Branco
PB	01	Fev	14	Presídio “Des. Sílvio Porto” em João Pessoa	João Pessoa
RS	05	Mar	8 a 10	Instituto Psiquiátrico Forense, Presídio Central de Porto Alegre, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas e Colônia Agrícola – General Dalton Filho	Porto Alegre e Charqueadas
ES	05	Mar	13 a 15	Penitenciária de Segurança Máxima – PS-MA, Casa de Custódia de Viana – CAS-CUVI, Penitenciária de Segurança Média II – PSME II, Penitenciária Estadual Feminina – PEF e Delegacia de Polícia Judiciária de Vila Velha	Viana, Cariacica e Vila Velha
MT	02	Mar	22	Unidade Prisional Regional Pascoal Ramos e Unidade Prisional Regional Ana Maria do Couto-May (Feminina)	Cuiabá
SP	03	Abr	09 a 13	Penitenciária III de Franco da Rocha, Penitenciária Feminina do Butantã “Dr ^a . Marina Marigo Cardoso Oliveira”, Penitenciária Feminina de Sant’Ana	Franco da Rocha e São Paulo
RO	03	Mai	10 a 12	Penitenciária Edvam Mariano Rosendo “Panda”, Casa de Detenção José Mário Alves – “Urso Branco” e Penitenciária Feminina do Estado de Rondônia	Porto Velho
PR	03	Jun	21 e 22	Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, Cadeia Pública Laudemir Neves, Penitenciária Industrial de Cascavel	Foz do Iguaçu e Cascavel
AM	04	Jul	13	Penitenciária Feminina de Manaus, Penitenciária Masculina “Anísio Jobim”, Unidade Prisional de Puraquequara, Instituto Penal Antônio Trindade e Delegacia da Polícia Federal de Manaus	Manaus
TO	02	Set	15	Casa de Prisão Provisória de Palmas e Ca-	Palmas e La-

				deia Pública Padrão V de Lageado - Feminina	geado
AC	01	Out	13	Unidade de Recuperação Social “Manoel Neri da Silva”	Cruzeiro do Sul
Total					
10	30				17

4.11.2 Conselho da Comunidade

Foi atribuída a Ouvidoria a responsabilidade de tratar dos assuntos relacionados à implantação dos Conselhos da Comunidade em todo o território nacional, tendo em vista que o Diretor-Geral do DEPEN é o presidente da Comissão para Implementação de Conselhos da Comunidade, através da Portaria/MJ n.º 2.710, de 23/09/2004, revigorada pela Portaria/MJ n.º 164, de 15/02/2006.

E-MAILS CONSELHO DA COMUNIDADE	
RECEBIDOS	ENVIADOS
9	49

5. Medidas para sanear disfunções detectadas

Além das restrições e medidas corretivas apresentadas nos quadros demonstrativos de cada ação (**item 2.5 Quadros Demonstrativos**), o Depen realizou o acompanhamento e monitoramento de todos os Convênios e Contratos vigentes.

Ademais, durante todo o exercício o Depen procurou adotar recomendações e determinações advindas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União.

5.1 PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO

FUNDAMENTAÇÃO	RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
Processo TC nº 019.493/2005-7, Acórdão 215/2006 – Plenário.	1. Não houve recomendação para o DEPEN	Estado do Mato Grosso de Sul foi noticiado do teor do Acórdão, por meio do Ofício nº 441/2006-DEPEN/GAB, de 08.03.2006, em virtude das determinações estarem relacionadas com a Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, na execução das obras de Construção do Presídio Federal de Segurança Máxima de Dois Irmãos do Buriti.
Ofício nº 576/2006-TCU/SECEX-6, de 07.07.2006 – Processo TC nº 011.850/2005-5	Solicita a apresentação de cópia dos seguintes documentos: a) Contrato nº 01/2003 e seus aditivos, firmado com a CEF para gerenciamento da construção das penitenciárias federais, do projeto básico, da justificativa de preço e dos pareceres que declaram a dispensa de licitação; b) Orçamento detalhado que expresse a composição dos custos unitários do contrato nº 01/2003; c) Contrato nº 03/2004 e seus aditivos, firmado com a CEF para que esta atue como mandatária da União na operacionalização das construções de estabelecimentos penais, do projeto básico, da justificativa de preço, dos pareceres que declaram a dispensa de licitação; d) Relatório sobre a execução dos ajustes mencionados nas alíneas “a” e “c”, sobre todos os serviços realizados e pagamentos efetuados; e) Nota Técnica nº 010/2004-DEPEN/GAB e dos Memos nº 034/2004-CGASPE/DEPEN e 357/2004-DEPEN/GAB.	Solicitação atendida por meio do Ofício nº 1429/2006-DEPEN/GAB, de 24.07.2006.
Ofício nº 0699/2006-TCU/SECEX-PB, de 17.07.2006 – Processo TC nº 010.543/2006-8	Solicita as seguintes informações: a) Situação atual da prestação de contas do Convênio nº 086/2000, bem como informações da análise e aprovação das prestações de contas dos convênios nº 017/2000, 096/2000 e	Solicitação atendida por meio do Ofício nº 1644/2006-DEPEN/DIGER, de 15.08.2006.

FUNDAMENTAÇÃO	RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
	050/1999. b) Se existe convênio celebrado entre o DEPEN e o Estado da Paraíba para a Construção do Presídio Regional de Catolé do Rocha e, se positivo, qual a situação da prestação de contas.	
Processo TC nº 004.586/2006-0, Acórdão 770/2006 – Plenário.	Decidiu que as ações financiadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, não se submetem, excepcional e provisoriamente, às sanções de suspensão de transferências voluntárias a que se refere o art. 25, § 3º, da Lei Complementar 101/2000.	Em virtude do Contrato nº 03/2004, firmado com a CEF para que esta atue como mandatária da União na operacionalização das construções de estabelecimentos penais, foi enviado o Ofício 1398/2006-DEPEN/GAB, de 20.07.06 àquela Instituição, informando da decisão do TCU.
Ofício nº 0700/2006-TCU/SECEX-PI, de 06.09.2006 – Processo TC nº 015.787/2005-8	Encaminha cópia do Acórdão nº 2434/2006-TCU-1ª Câmara, para conhecimento e cumprimento das determinações, no sentido de, se ainda não o fez, ultime o exame da prestação de contas do Convênio nº 069/2003, informando sobre o resultado da análise e as providências adotadas, quanto às pendências, imperfeições e impropriedades relacionadas no Relatório de Vistoria de Obras e Pareceres Técnicos emitidos pelo DEPEN.	Determinação respondida por meio do Ofício nº 2363/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 08.11.2006, que esclarece que as irregularidades foram corrigidas e a prestação de contas final do convênio foi aprovada.
Ofício nº 089/2006 – SECOB/TCU, de 15.09.06. Ofício de Requisição nº 01, de 18.09.2006; Ofício de Requisição nº 02, de 22.09.2006; Questionário de Auditoria nº 01, de 22.09.2006; Ofício de Requisição nº 03, de 29.09.2006; Ofício de Requisição nº 04, de 05.10.2006; Ofício de Requisição nº 05, de 06.10.2006.	Apresenta a Analista de Controle Externo designada para realizar auditoria, com vistas a avaliar os custos de construção e aferir se determinações anteriores estão sendo cumpridas.	Todas as informações solicitadas foram entregues à Analista responsável pela Auditoria.
Ofício nº 3308/2006-TCU/SECEX-MS, de 19.10.2006 – Processo TC nº 014.667/2004-7	Determina ao DEPEN que: a) quando da celebração de convênios envolvendo a execução de obras e serviços, avalie se o plano de trabalho proposto	Determinação atendida e respondida por meio do Ofício nº 038/2007-DEPEN/GAB, de 09.01.2007.

FUNDAMENTAÇÃO	RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
	<p>pelos interessados se apresenta com todos os elementos indicados no art. 2º da IN/STN 01/1997, bem como se o projeto básico fornecido em conformidade com o disposto no § 1º desse dispositivo contém todos os elementos definidos no art. 6º, IX, da Lei 8.666/1993.</p> <p>b) adote, se ainda não o fez, as providências necessárias no sentido de cobrar as prestações de contas parcial e final do convênio nº 193/2001, expirado em 28/03/2006.</p>	
Ofício nº 3300/2006-TCU/SECEX-PI, de 08.11.2006 – Processo TC nº 024.829/2006-7	Solicita informações acerca do tratamento dado à prestação de contas do convênio nº 013/2001.	Solicitação atendida por meio do Ofício nº 2800/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 14.12.2006.
Ofício nº 3341/2006-TCU/SECEX-PI, de 22.11.2006 – Processo TC nº 025.944/2006-3	Solicita informações acerca do tratamento dado às prestações de contas dos convênios nº 065/2000 e 091/2001.	Solicitação atendida por meio do Ofício nº 2800/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 14.12.2006.
Ofício nº 3422/2006-TCU/SECEX/PI, de 28.12.2006 – Processo TC nº 028.685/2006-3	Solicita informações acerca do tratamento dado à prestação de contas dos convênios nº 126/2001 e 160/2001, em face do Relatório de Fiscalização nº 0000495/2002, apresentado pela Controladoria-Geral da União, apontando irregularidades na execução das obras.	Solicitação respondida por meio do Ofício nº 423/2007-DEPEN/DIGER/GAB, de 22.02.2007
Ofício nº 3072/2006-TCU/SECEX/PI, de 03.10.2006 – Processo TC nº 000.070/2006-4	<p>Determinou:</p> <p>9.2.1. passe a informar, no relatório de gestão que acompanha suas tomadas de contas anuais, a evolução dos seguintes indicadores de desempenho: percentual de educandos no ensino fundamental, percentual de treinandos em qualificação profissional, número de apenados que trabalham em oficinas próprias e número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;</p> <p>9.2.2. informe, na tomada de contas do Depen, relativo ao exercício de 2006, os resultados alcançados pelo projeto implementado em conjunto com o Ministério da Educação, sob a supervisão deste último, desenvolvido em 7 Estados da Federação (GO, PB, CE, RS, RJ, SP e TO) para o fortalecimento de ações de educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais desses Estados.</p>	<p>O item 9.2.1 está parcialmente informado neste relatório de gestão.</p> <p>Em relação ao item 9.2.2 as informações constam do item 4.7 do presente relatório.</p>

5.2 PROCESSOS DE CONTROLE INTERNO

FUNDAMENTAÇÃO	RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
Ofício nº 398/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 06.01.2006	Reitera o Ofício nº 34026-DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 30.11.2005, solicitando informações atualizadas acerca das medidas implementadas pelo DEPEN, com vistas à regularização dos convênios nºs 021/0996 e 050/1997, a fim de atender à diligência da SECEX/SE.	Solicitação atendida por meio do Ofício nº 442/2006-DEPEN/GAB, de 08.03.2006
Memorando nº 37/AECI/GM-MJ, de 01.03.2006, encaminha Ofício nº 3373/2006-CGU-PR, de 10.02.2006	Solicita informações acerca da prestação de contas do Convênio nº 038/2002 – Construção da Penitenciária Regional de Patrocínio/MG, para responder a questionamento enviado por meio eletrônico.	Solicitação respondida por meio do Memo nº 272/2006-DEPEN/GAB, de 17.03.2006.
Ofício nº 7138/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 16.03.2006	Encaminha relatório de Auditoria nº 166420, referente a auditoria de acompanhamento realizada na Unidade sobre os atos e conseqüentes fatos de gestão ocorridos no período de 01.01 a 31.08.2005, solicitando regularização das falhas apontadas, para as quais foram formuladas as respectivas recomendações.	Recomendações observadas
Solicitação de Auditoria nº 174786/007, de 31.03.2006	Solicita informações acerca da anuência do DEPEN com relação às alterações de serviço e o conseqüente descumprimento ao Plano de Trabalho do Convênio nº 185/2001 – Construção de 2 galpões para oficina da Cadeia Pública de Palmas/TO.	Solicitação respondida por meio da Nota Técnica nº 126/2006 e 130/2006-DEPEN/CGASP/COAAC/DIENG, de 04.04.2006 e 07.04.2006, e Informação nº 014/2006-DEPEN/GAB/CGASP, de 07.04.2006, entregue à equipe de auditoria.
Solicitação de Auditoria nº 174786/010, de 07.04.2006	Solicita as seguintes informações: a) Providências adotadas após o envio do Ofício nº 2781/2005-DEPEN-GAB à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública/MS; b) Situação atualizada das obras de Construção da Penitenciária Lauro de Freitas/BA; c) providências adotadas após o envio do Ofício nº 3130/2005-DEPEN-GAB, de 20.09.2005 à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social /DF;	Solicitação atendida por meio da Informação nº 015-DEPEN/CGASP, de 07.04.2006 Informação nº 051/2006-DEPEN/GAB/DIPCON, de 07.04.2006.

	d) providências adotadas no sentido de apurar os fatos descritos na Informação nº 033/2005-DEPEN-GAB, de 24.10.2005.	
Ofício nº 15141/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 17.05.2006 – Encaminha a Solicitação de Auditoria nº 174798, versão preliminar	Solicita informações acerca do Convênio nº 030/2000-BA, bem como cópia do Diário de Obras da Construção do Presídio Regional de Região Metropolitana de Salvador.	Solicitação respondida por meio do Ofício nº 930/2006-DEPEN/GAB, de 25.05.2006, e complementada pelo Ofício nº 1001/2006-DEPEN/GAB, de 02.06.2006.
Ofício nº 16320/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 26.05.2006 – Encaminha o Relatório Preliminar de Auditoria nº 176806	Relatório contendo os fatos e constatações relativas ao processo de Tomada de Contas da Unidade Gestora 200321-CEF/DEPEN, que deverão compor o Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão Agregado da Secretaria Nacional de Justiça a ser remetido ao TCU.	Enviado Ofício nº 1077/2006-DEPEN/GAB, de 12.06.2006, contendo os esclarecimentos trazidos pela Caixa Econômica Federal.
Ofício nº 16655/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 31.05.2006	Solicita informações acerca do recebimento de projeto estadual para a Construção de Presídio no Município de Brumado/BA, no intuito de atender a demanda da Polícia Federal.	Solicitação respondida por meio do Ofício nº 999/2006-DEPEN/GAB, de 02.06.2006
Ofício nº 28412-DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 31.08.2006	Envia cópia do Relatório de Fiscalização nº 002/2006 elaborado pela Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins, no convênio nº 093/2001 – TO.	Não houve recomendação para o DEPEN.
Ofício nº 31063/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 26.09.2006	Solicita informações atualizadas a respeito das providências implementadas pelo DEPEN, relacionadas no Ofício nº 775/DEPEN/GAB, de 24.03.2003, no tocante ao atendimento às recomendações constantes das Notas Técnicas nº 00177 e nº 00178, encaminhadas por meio do Ofício nº 01174-DSSEG/SFC/CGU-PR, de 24.02.2003.	Solicitação atendida por meio Ofício nº 21669/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 13.10.2006
Ofício nº 32052/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 05.10.2006	Solicita atualização das informações constantes do Ofício nº 2197/2004-DEPEN/GAB, de 09.07.2004, referente ao Acórdão/TCU nº 496/2004-2ª Câmara.	Solicitação respondida por meio do Ofício nº 2213/2006-DEPEN/GAB, de 17.10.2006
Solicitação de Auditoria Prévia nº 183664/001, de 08.11.2006	Apresenta a equipe de auditoria e solicita a apresentação dos processos relacionados, de prestação de contas e de convênios celebrados no exercício de 2006.	Processos entregues à equipe de auditoria por meio do Memo nº 66/200-CARCOF/CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 14.11.2006, bem como pelo livro de

		protocolo, em 16.11.2006
Solicitação de Auditoria n° 183664/002, de 20.11.2006	Relaciona quinze processos de prestação de contas e solicita a apresentação dos mesmos.	Processos entregues por meio do Memo n° 68/200-CARCOF/CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 20.11.2006
Solicitação de Auditoria n° 183664/003, de 21.11.2006	Solicita as seguintes informações: a) Situação dos convênios constantes da conta “a aprovar”, com identificação da data de apresentação da prestação de contas e/ou o número de data do expediente solicitando a documentação; b) Relação dos convênios fiscalizados em 2006 e as providências adotadas quando identificadas impropriedades, apresentando relatório de fiscalização ou documento que comprove sua realização; c) Justificativa da permanência de quatro convênios na conta “a comprovar”, uma vez que suas vigências se encontram expiradas; d) Situação atual dos convênios relacionados, registrados nas contas de inadimplência efetiva e suspensa; e) Se houve diligências ou expedientes procedentes do TCU, no presente exercício, e quais as providências adotadas e, em caso positivo, fornecer cópia dos expedientes.	Solicitação atendida por meio do Memo n° 1186/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 24.11.2006
Solicitação de Auditoria n° 183664/004, de 22.11.2006	Solicita o que segue: a) Apresentação do convênio n° 002/2006 – Aquisição e instalação de equipamentos de segurança e inteligência nas unidades prisionais do Estado de São Paulo; b) Informar se houve manifestação do convenente tendo em vista o Ofício n° 2304/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 31.10.2006, onde foi informado que na data de 10.12.2006 a vigência do convênio será expirada; c) Informar se o convenente apresentou relatório trimestral sobre a execução física e financeira do convênio, conforme art. 5° da Portaria n° 3746, de 17.12.2004, que instituiu o Programa	Solicitação atendida por meio do Memo n° 1186/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 24.11.2006

	de Transparência do MJ.	
Solicitação de Auditoria nº 183664/005, de 08.11.2006	<p>Solicita a apresentação de justificativas/esclarecimentos acerca do seguinte:</p> <p>-Convênio 063/2003-MS:</p> <p>a) Ausência de cópia do termo de convênio, aditivo e plano de trabalho no processo de prestação de contas;</p> <p>b) Celebração de aditivo referente ao aporte de R\$ 89.550,00, uma vez que o valor já liberado era suficiente para a execução do objeto pela empresa contratada;</p> <p>c) Morosidade no levantamento das pendências constantes do Relatório de Vistoria nº 067/2005-DEPEN, de 20.05.2005 e do Parecer Técnico nº 0318/2005-DEPEN, de 08.11.2005, as quais impediram a emissão do termo de aceitação definitiva, e, conseqüentemente a análise e aprovação da prestação de contas final;</p> <p>d) Ausência no processo de prestação de contas dos documentos relacionados no Termo de Aceitação Definitiva, os quais teriam encaminhado a documentação referente ao saneamento das falhas detectadas.</p> <p>-Convênio nº 052/2002-PE:</p> <p>a) Falta de detalhamento no plano de trabalho, de forma a possibilitar a verificação do cumprimento do objeto conveniado;</p> <p>b) Ausência dos comprovantes de conclusão do Módulo I pelos participantes informados como concluintes;</p> <p>c) Ausência de aplicação dos recursos em caderneta de poupança, conforme dispõe o inciso I do § 1º do art. 20 da IN/STN nº 01/97;</p> <p>d) Inobservância ao prazo de aprovação da prestação de contas, visto que a mesma foi encaminhada ao DEPEN em 04.03.2004 e aprovada apenas em 31.05.2006.</p>	Solicitação respondida por meio do Memo nº 1212/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 30.11.2006.

Solicitação de Auditoria n° 183664/006, de 27.11.2006	Solicita a apresentação dos documentos que comprovam o atendimento às recomendações contidas no Relatório de Auditoria n° 174786, referente à avaliação da gestão do DEPEN no exercício de 2005.	Solicitação respondida por meio do Memo n° 1212/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 30.11.2006.
Solicitação de Auditoria n° 183664/007, de 27.11.2006	<p>Solicita a apresentação de justificativas/esclarecimentos acerca do convênio n° 031/2003-PA:</p> <p>a) Aplicação dos recursos repassados em fundo de renda fixa, quando sua previsão para utilização era superior a 30 dias;</p> <p>b) Demora na inscrição do convênio na conta de inadimplência, em 29nov2005, uma vez que a instituição estava sendo notificada desde 16fev2005, por meio de vários ofícios devido à irregularidade constadas no âmbito da execução do convênio em epígrafe;</p> <p>c) Inobservância ao prazo de aprovação da prestação de contas, visto que a prestação de contas final foi apresentada pelo conveniente em 08jun2004 e foi aprovada pelo DEPEN apenas em 16fev2006;</p> <p>d) Cadastramento no SIAFI com vigência final até 01.10.2004, em desacordo com o 2º Termo Aditivo que prorrogou a vigência até 17.08.2004;</p> <p>e) Notas Fiscais nºs 00502, 005614, 005617, 00535, 005715, 005715, 005619, 005743 (Empresa DM Construtora de Obras Ltda), fls. 278 a 288, sem constar o número e título do convênio;</p> <p>f) Descumprimento do Cronograma de Desembolso;</p> <p>g) Ausência de Alteração do Plano de Trabalho à época da prorrogação da vigência por meio do 2º Termo Aditivo;</p> <p>h) Ausência nos autos do processo da documentação relacionada a seguir, a qual foi mencionada na informação n° 008/2006-DFEPEN/GAB, fls. 351 e 352, dificultando a análise do referido processo por parte desta equipe de auditoria;</p> <p>i) Ausência nos autos do processo da documentação relacionada a seguir, a qual foi mencionada no Termo de Aceitação da Obra, fls. 336^a338, dificultando a análise do referido processo por parte desta equipe de auditoria;</p> <p>j) Ausência nos autos do processo da documentação relacionada a seguir, a qual foi mencionada no Ofício n°</p>	Solicitação respondida por meio do Memo n° 1212/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 30.11.2006.

	4337/DEPEN/GAB, de 05dez2005, fls. 335, dificultando a análise do referido processo por parte desta equipe de auditoria.	
Solicitação de Auditoria nº 183664/008, de 27.11.2006	<p>Solicita a apresentação das justificativas/esclarecimentos acerca do convênio nº 184/2001-PA:</p> <p>a) Devolução do saldo de convênio proveniente das receitas obtidas das aplicações financeiras posterior ao prazo de trinta dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do convênio, conforme Cláusula Terceira – Das Obrigações – Item II – Letra “f” do convênio;</p> <p>b) Morosidade na apreciação da Prestação de Contas, uma vez que esta foi encaminhada ao DEPEN em 15/12/2004 e somente foi aprovada em 31.05.2006;</p> <p>c) Notas Fiscais emitidas pela Empresa Construtora Amazonas Ltda. (fls. 82 a 105), sem constar o número e título do convênio, bem como ausência nas referidas Notas Fiscais da discriminação dos serviços executados nas medições;</p> <p>d) Ausência no processo de prestação de contas de documentos relacionados no Termo de Aceitação Definitiva;</p> <p>e) Informar se o objeto do convênio foi concluído e se o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico foi ocupado e encontra-se em operação, tendo em vista que no Termo de Aceitação Definitiva optou-se pela aceitação da obra sem a realização de nova vistoria ao local.</p>	Solicitação respondida por meio do Memo nº 1212/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 30.11.2006.
Solicitação de Auditoria nº 183664/009, de 01.12.2006	<p>Solicita a apresentação de justificativas/esclarecimentos acerca do seguinte:</p> <p>-Convênio nº 069/2003-PI:</p> <p>a) Aplicação dos recursos repassados em fundo de renda fixa, quando sua previsão para utilização era superior a 30 dias;</p> <p>b) Falta de reformulação do Plano de Trabalho, tendo em vista a celebração do 2º Termo Aditivo, o qual alterou a cláusula terceira, que trata do cronograma de desembolso;</p> <p>c) Ausência no processo de cópias do 6º, 7º e 8º Termos Aditivos, bem como dos respectivos comprovantes de publicação na imprensa oficial;</p> <p>-Convênio nº 036/2001-PE:</p>	Solicitação respondida por meio do Memo nº 1245/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 06.12.2006.

	<p>a) Ausência do Plano de Trabalho – Anexo I, dos Termos Aditivos celebrados (1º, 2º, 3º e 4º) objetivando a prorrogação do Convênio nº 036/2001, bem como dos respectivos comprovantes de publicação na imprensa oficial;</p> <p>b) Notas Fiscais nºs 0551, 0561, 0583, 0600, 0619/2001, emitidas pela empresa Construtora e Incorporadora Contrata Ltda, sem constar o número e título do convênio;</p> <p>c) Morosidade na apreciação da Prestação de Contas Final, uma vez que esta foi encaminhada ao DEPEN em 10.10.2003 e somente foi aprovada em 28.04.2006;</p> <p>d) Emissão do Termo de Aceitação Definitiva da obra somente em 13.04.2006, pelo DEPEN, vez que desde 10.10.2003 o referido Departamento por meio da Portaria nº 061, publicada em 13.10.2003, retificada somente em 13.04.2006, designou comissão incumbida de promover vistoria técnica nas obras, tendo como objetivo a emissão do respectivo Termo de Aceitação Definitiva;</p> <p>-Convênio nº 107/2001-RS:</p> <p>a) Ausência do Plano de Trabalho – Anexo I referente aos Termos Aditivos celebrados;</p> <p>b) Aplicação dos recursos repassados em fundo de renda fixa, quando a previsão para a sua utilização era superior a 30 dias;</p> <p>c) Morosidade na aprovação da Prestação de Contas Final, uma vez que a mesma foi encaminhada ao DEPEN em 26.05.2004 e somente foi aprovada em 21.06.2006;</p> <p>d) Ausência nos autos dos mapas de medição das obras e serviços realizados, conforme previsto na Cláusula Nona do Termo de Convênio;</p> <p>e) Ausência de realização de fiscalização “in loco”;</p> <p>f) Ausência de atualização do valor de R\$ 16.925,03, referente à atualização de saldo remanescente, uma vez que o mesmo estava atualizado para pagamento em dezembro de 2005, tendo o pagamento sido realizado somente em 27.04.2006.</p>	
<p>Solicitação de Auditoria nº 183664/010, de 01.12.2006</p>	<p>Solicita a apresentação de seis processos de prestação de contas.</p>	<p>Processos entregues por meio do Memo nº 070/2006-CARCOF/CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 01.12.2006</p>

<p>Solicitação de Auditoria nº 183664/011, de 06.12.2006</p>	<p>Solicita a apresentação de justificativas/esclarecimentos acerca do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Convênio nº 048/98-GO: <ul style="list-style-type: none"> a) Informações atualizadas quanto as providências adotadas pelo DEPEN para acompanhamento das medidas implementadas pela Agência Goiânia de Transporte e Obras Públicas – AGETOP, executora do Convênio 48/98 – SIAFI 251801, com vistas ao cumprimento do Acórdão nº 554/2005-TCU – Plenário; b) Informações acerca das providências adotadas pela AGETOP em atendimento as determinações contidas no Acórdão nº 554/2005-TCU – Plenário; -Convênio nº 016/2004-GO: <ul style="list-style-type: none"> a) Descumprimento do cronograma de desembolso; b) Ausência de identificação do número do convênio nos documentos comprobatórios da despesa. -Convênio nº 078/2001-MG: <ul style="list-style-type: none"> a) Apresentar comprovante de recolhimento ao Tesouro Nacional do montante de R\$ 127.728,06, relativo ao saldo remanescente, não utilizado na execução do convênio. 	<p>Solicitação respondida por meio do Memo nº 1264/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 11.12.2006.</p>
<p>Solicitação de Auditoria nº 183664/012, de 07.12.2006</p>	<p>Solicita informações acerca dos seguintes convênios:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Convênio nº 026/2001-RN: <ul style="list-style-type: none"> a) Ausência nos autos de cópias do segundo e do sexto termo aditivo; b) Ausência de aplicação dos recursos em caderneta de poupança, conforme dispõe o inciso I do §1º do art. 20 da IN/STN nº 01/97; c) Ausência de realização de fiscalização “in loco”; d) Inobservância ao prazo de aprovação da prestação de contas, visto que a mesma foi encaminhada ao Departamento em 26.03.2004 e aprovada apenas em 24.04.2006; e) Não aplicação dos recursos da contrapartida na conta específica do convênio; f) Ausência nos autos dos mapas de medição das obras e serviços realizados, conforme previsto na Cláusula Nona do Termo 	<p>Solicitação respondida por meio do Ofício nº 2839/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 15.12.2006.</p>

	<p>de Convênio.</p> <p>-Convênio nº 211/2001-RN:</p> <p>a) Ausência nos autos de cópias do segundo e do terceiro termo aditivo, bem como da correspondente publicação resumida no Diário Oficial;</p> <p>b) Falta de coincidência entre o prazo de vigência do Convênio, dez/01 a set/04, conforme instrumento principal e Termos Aditivos do Convênio acostados ao mesmo, e os prazos discriminados em documentos constantes do processo de prestação de contas, a saber: Relatório de Execução Físico-Financeira (mar/02 a set/04) e Relação de Pagamentos (mar/01 a set/04);</p> <p>c) Ausência de aplicação dos recursos em caderneta de poupança, conforme dispõe o inciso I do § 1º do art. 20 da IN/STN nº 01/97;</p> <p>d) Falta de clareza no Demonstrativo de Rendimentos, fls. 60, em relação às datas das movimentações bancárias e os rendimentos mensais constantes dos Extratos da conta subjacente e dos Resumos Mensais das Aplicações Financeiras;</p> <p>e) Ausência dos Resumos Bancários referentes aos meses de dezembro de 2002 e de janeiro de 2003, por meio dos quais estariam explicitados os valores iniciais e finais da aplicação financeira;</p> <p>f) Aprovação da prestação de contas pelo DEPEN, apesar da contratação da Empresa Encal Engenharia, Comércio, Construção e Administração de Imóveis LTDA no valor de R\$ 145.559,00, ter sido efetivada por dispensa de licitação;</p> <p>g) Demora na realização de fiscalização “in loco” para emissão do Termo de Aceitação Definitiva, aferindo o cumprimento das etapas do Plano de Trabalho, visto que a documentação referente à prestação de contas do conveniente foi encaminhada em 15/10/2004 e o primeiro Relatório de Vistoria de Obra, nº 031/2005, foi expedido apenas em 15/03/2005 pelo conceden-</p>	
--	--	--

	<p>te;</p> <p>h) Inobservância ao prazo de aprovação da prestação de contas, visto que a mesma foi encaminhada ao Departamento em 15/10/2004 e aprovada apenas em 10/02/2006;</p> <p>i) Ausência nos autos do Ofício nº 1206/2005-GS/SEJUC, de 06/12/2005, do conveniente, que encaminha a documentação solicitada para o saneamento das pendências apontadas no Parecer Técnico nº 250/2005-DEPEN/CGASP/COAA/DIENG.</p>	
Solicitação de Auditoria nº 183664/013, de 08.12.2006	Solicita informar se os dezessete convênios relacionados forma cadastrados no SIASG, bem como se as informações cadastradas estão atualizadas, especialmente quanto à execução física e financeira.	Solicitação respondida por meio do Ofício nº 2839/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 15.12.2006.
Solicitação de Auditoria nº 183664/014, de 08.12.2006	<p>Solicita informações acerca do convênio nº 033/2004-PI:</p> <p>a) Ausência de realização de fiscalização “in loco”, objetivando a confirmação da execução do convênio de acordo com o termo de convênio;</p> <p>b) Notas Fiscais nºs 0010, de 28/01/2005, no valor de R\$ 42.200,00, e 0016, de 21/07/2006, no valor de R\$ 75.400,00, emitidas pela empresa “OCA-Organização de Condomínios Associados S.C”, sem discriminar com clareza quais os serviços executados, os profissionais que realizaram as atividades e os valores efetivamente pagos para execução do Projeto;</p> <p>c) Ausência de realização de procedimento licitatório, para execução do referido projeto, tendo sido verificada a contratação direta das seguintes empresas(...);</p> <p>d) Critério utilizado para a seleção dos profissionais que executam as atividades do Projeto, tendo em vista que alguns profissionais apresentam sobrenome semelhante, não tendo sido evidenciado no processo a razão da escolha dos mesmos;</p> <p>e) Ausência de Comprovante/Recibos dos pagamentos efetuados aos profissionais contratados para executarem as atividades relacionadas ao Projeto.</p>	Solicitação respondida por meio do Ofício nº 2839/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 15.12.2006, e complementada pelo Ofício nº 134/2007-DEPEN/DIGER/GAB, de 18.01.2007.

<p>Complementação da Solicitação de Auditoria nº 183664/006, de 12.12.2006</p>	<p>Complementação de SA, enviada por meio eletrônico, que solicita o envio de cópia do comprovante da devolução, referente ao Convênio nº 096/2002-PB, conforme recomendado no Relatório de Auditoria nº 174786, referente à avaliação da gestão do DEPEN, no exercício de 2005.</p>	<p>Solicitação respondida por meio do Ofício nº 2839/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 15.12.2006.</p>
--	--	---

6. Transferências de Recursos

6.1 Convênios

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
1	517501		08016.001 201/2004-07	032/04	23/12/04	11/02/07	Reeducando a Arte - AL	28/12/04	148.895,99	67.658,83	15.237,16	Superintendência de Administração Penitenciária do Estado	12.200.192/0001-69	Em prestação de contas. Cumprimento do Objeto ainda em análise
1	517706		08016.001 200/2004-54	040/04	23/12/04	23/06/06	Reciclando o Coco - AL	30/12/04	69.969,10	45.793,00	6.996,91	Superintendência de Administração Penitenciária do Estado	12.200.192/0001-69	Cumprimento do Objeto aprovado. Prestando Contas
1	517661		08016.001 197/2004-79	058/04	23/12/04	25/07/06	Implantação de uma Horta Orgânica na Penitenciária Masculina de Arapiraca - AL	30/12/04	121.417,12	50.000,00	21.417,12	Superintendência de Administração Penitenciária do Estado	12.200.192/0001-69	Cumprimento do Objeto aprovado. Prestando Contas
1	577571		08016.002 822/2006-61	006/06	22/12/06	22/12/07	Fomento ao Núcleo de Execução de Penas Alternativas do Cruzeiro do Sul - AC	26/12/06	34.310,00	0,00	3.431,00	Poder Judiciário do Estado do Acre	04.034.872/0001-21	O.B emitida em 08/03/2007. Execução iniciada
2	540480		08001.003 955/2005-33	018580 7-47	26/12/05	30/03/07	Reforma da Unidade Recuperação Social Dr. Francisco D'Oliveira Conde - Rio Branco - AC	11/01/06	639.103,50	500.000,00	139.103,50	Departamento de Administração Penitenciária	05.471.797/0001-29	CAIXA - 64,17% de execução.
2	581536		08016.003 456/2006-27	020926 4-03	11/12/06	30/06/08	Construção da Unidade de Recuperação Social de Senador Guimard - AC	28/12/06	5.012.303,98	0,00	501.230,40	Departamento de Administração Penitenciária	05.471.797/0001-29	CAIXA: obra não iniciada.
1	577522		08016.003 612/2006-91	016/06	22/12/06	22/06/07	Mãos que Florescem - AL	26/12/06	37.820,00	0,00	8.740,00	Secretaria Executiva de Ressocialização	06.064.264/0001-95	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577550		08016.003 602/2006-55	024/06	22/12/06	22/11/07	Projeto Político Pedagógico para a Escola Penitenciária - AL	26/12/06	148.792,21	0,00	14.879,22	Superintendência de Administração Penitenciária	12.200.176/0001-76	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577413		08016.003 576/2006-	063/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Nascer da Terra - AL	26/12/06	122.653,20	0,00	12.596,50	Superintendência de Adminis-	12.200.192/0001-69	Aguardando para receber os recur-

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
			65									tração Penitenciária		sos da primeira parcela
1	484659		08016.001926/2003-14	036/03	03/11/03	03/04/07	Construção da Penitenciária de Manaus - AM	06/11/03	13.539.081,71	1.750.825,61	1.746.847,75	Secretaria de Estado e Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	04.312.401/001-38	100% de execução. Em fase de aceitação definitiva.
1	577539		08016.003718/2006-94	033/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Brinquedoteca - Brincar também é Ressocializar - AM	26/12/06	35.065,30	0,00	3.506,53	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369/001-90	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577383		08016.003732/2006-98	045/06	22/12/06	22/08/07	Escola Penitenciária do Estado do Amazonas - AM	26/12/06	165.340,64	0,00	16.534,06	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369/001-90	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	576186		08016.001889/2005-06	0209262-86	04/12/06	04/12/07	Construção da Penitenciária de Itacoatiara - AM	13/12/06	5.883.259,21	0,00	588.325,92	Secretaria de Estado e Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	04.312.401/001-38	CAIXA: obra não iniciada.
1	577395		08016.003717/2006-40	018/06	22/12/06	22/10/07	Implantação da Central de Penas Alternativas do Estado do Amapá - AP	26/12/06	275.882,86	0,00	27.588,28	Tribunal de Justiça do Estado	38.870.576/001-21	O.B não emitida. Execução não iniciada.
1	577412		08016.003751/2006-14	049/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Brinquedoteca, Desafios e Descobertas - AP	26/12/06	20.783,00	0,00	2.100,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública	00.394.577/001-25	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	536880		08016.002481/2005-43	0176519-60	23/11/05	29/06/07	Reforma Pavilhão Triagem, I, II, III, Casa GG de 225kVA e aquisição de GG de 230kVA - Complexo Penitenciário do Amapá - AP	28/11/05	597.983,01	500.000,00	97.983,01	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Amapá	04.243.026/001-11	CAIXA: 82,10% de execução.
1	487643		08016.002152/2003-31	056/03	16/12/03	16/10/06	Implantação de Sistema de Segurança Eletrônica na Penitenciária Lemos Brito - BA	19/12/03	1.338.340,00	120.450,60	133.834,00	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia	14.504.377/001-92	Obra concluída e aceita.
1	487557		08016.002358/2003-61	062/03	17/12/03	17/12/06	Construção da Penitenciária de Lauro de Freitas - BA	22/12/03	7.563.994,88	2.126.835,85	756.399,49	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia	14.504.377/001-92	Obra concluída e aceita.
1	517713		08016.001100/2004-28	059/04	23/12/04	23/03/07	Curso de Especialização em Gestão Prisional - BA	30/12/04	179.677,00	79.170,50	21.336,00	Universidade do Estado da Bahia	14.485.481/001-40	Prorrogado até 23/06/07
1	538528		08016.002	003/05	27/12/05	27/08/06	Sistemática de	28/12/05	30.000,00	27.000,00	3.000,00	Secretária de	13.937.032/00	Recebeu a 1ª

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
			512/2005-66				Avaliação dos Resultados em Treinamento de Prog. e Projetos de Des. e Cap de Pessoal - BA					Justiça Cidadania e Direitos Humanos	01-60	parcela em 28/12/2006
2	536881		08016.002 478/2005-20	017649 8-12	09/12/05	30/12/07	Construção da Penitenciária de Eunápolis - BA	06/01/06	9.226.105,18	8.303.494,65	922.610,52	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia	14.504.377/00 01-92	CAIXA: obra não iniciada.
2	574311		08016.003 599/2006-70	020624 2-79	01/11/06	12/11/08	Construção da Penitenciária de Vitória da Conquista - BA	17/11/06	14.596.858,99	0,00	1.459.685,90	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia	14.504.377/00 01-92	CAIXA: obra não iniciada.
1	577529		08016.003 590/2006-69	011/06	22/12/06	22/09/07	Projeto de Fortalecimento das Ações e Inclusão Social de Pessoas em Cumprimento de Penas e Medidas Alternativas - CE	26/12/06	160.000,00	0,00	16.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania	07.954.480/00 01-79	O.B não emitida. Execução não iniciada.
1	577402		08016.001 765/2006-01	013/06	22/12/06	22/08/07	Arca das Letras - CE	26/12/06	33.000,00	30.000,00	3.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceara	07.954.480/00 01-79	Recebeu a 1ª parcela em 28/12/2006
1	577387		08016.001 043/2006-49	020/06	22/12/06	22/10/07	Projeto " Brinquedoteca - A Arte de Brincar" - CE	26/12/06	54.992,56	49.294,20	5.698,36	Creche Amadeu Barros Leal	12.360.434/00 01-81	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577460		08016.003 589/2006-34	067/06	22/12/06	22/05/07	Projeto Político Pedagógico e Financeiro - Escola de Gestão Penitenciária e Formação para Ressocialização - CE	26/12/06	150.000,00	0,00	15.000,00	Secretário da Justiça e Cidadania	07.954.480/00 01-79	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	588449		08016.003 596/2006-36	021172 9-56	28/12/06	28/12/07	Construção da Cadeia Pública de Crateús - CE	10/01/07	3.648.126,31	0,00	331.647,84	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará	07.954.530/00 01-18	CAIXA: obra não iniciada.
1	539242		08016.003 116/2005-56	027/05	27/12/05	27/12/06	Projeto Novo Sol - UCB - DF	29/12/05	324.622,56	80.000,00	74.671,45	Universidade Católica de Brasília	00.331.801/00 01-30	Prestando Contas
1	577358		08016.007 548/2006-17	069/06	22/12/06	22/12/06	Formação de Agentes Penitenciários em Educação a Distância - DF	26/12/06	29.820,00	0,00	4.360,00	Universidade de Educação Profissional - SENAI	33.564.543/00 01-90	Em fase de implantação
2	542568		08016.003 560/2005-71	018463 4-24	21/12/05	30/12/07	Construção do Bloco de Administração da Penitenciária II - DF	26/12/06	1.722.378,56	1.577.926,04	144.452,52	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa	00.394.718/00 01-00	CAIXA: 64,19% de execução.

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
												Social do Distrito Federal		
2	576268		08016.001985/2006-27	0207140-62	28/11/06	31/12/07	Construção do Bloco de Recepção e Revista da Penitenciária II - DF	14/12/06	1.460.544,34	0,00	146.054,43	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	00.394.718/0001-00	CAIXA: obra não iniciada.
2	586474		08016.006382/2006-11	0209265-18	28/12/06	30/12/07	Obras Diversas - 2006 - DF	14/12/06	757.260,57	0,00	75.726,06	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	00.394.718/0001-00	CAIXA: obra não iniciada.
2	584910		08016.007347/2006-10	0211731-98	29/12/06	30/12/07	Substituição da Cobertura do Centro de Progressão Penal - DF	10/01/07	112.372,06	0,00	11.237,20	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	00.394.718/0001-00	CAIXA: obra não iniciada.
1	577562		08016.006513/2006-61	036/06	22/12/06	22/12/08	Projeto "Maria - Marias" - ES	26/12/06	909.461,03	0,00	90.947,00	Secretario de Estado da Justiça	08016.001539/2004-51	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577853		08016.003719/2006-39	014/06	22/12/06	26/12/07	Operacionalização e Manutenção da Central de Penas e Medidas Alternativas e dos Núcleos Instalados no Interior do Estado de Goiás - GO	27/12/06	227.034,00	0,00	83.034,00	Tribunal de Justiça de Goiás - 4ª Vara Criminal - Execução Penal	02.292.266/0001-80	O.B emitida em 08/03/2007. Execução iniciada
1	577548		08016.003624/2006-15	023/06	22/12/06	22/09/07	Projeto Criação do Centro Excelência do Sistema de Execução Penal - GO	26/12/06	166.297,83	0,00	16.629,78	Agência Goiana do Sistema Prisional	08.160.168/0001-76	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577381		08001.004130/2006-17	031/06	22/12/06	27/12/08	Projeto Curso de Formação Específica em Gestão do Sistema Prisional - GO	26/12/06	271.259,82	0,00	71.259,82	Fundação Universitária do Cerrado	08.001.004130/2006-17	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577531		08016.003623/2006-71	037/06	22/12/06	22/09/07	Qualificação Profissional do Reeducando - GO	26/12/06	86.328,00	77.695,20	8.632,80	Secretaria de Estado da Justiça	08.160.168/0001-76	Recebeu a 1ª parcela em 28/12/2006
1	577517		08016.004068/2006-02	040/06	22/12/06	22/09/07	Projeto de Modernização na Gestão de Segurança Prisional - GO	26/12/06	444.400,00	399.960,00	44.400,00	Secretário de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em execução.
1	577476		08016.003625/2006-	061/06	22/12/06	22/09/07	Projeto Justiça com Justiça	26/12/06	73.996,20	66.566,20	7.440,00	Secretário de Segurança	08.160.168/0001-76	Recebeu a 1ª parcela em

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
			60				- GO					Pública e Justiça		28/12/2006
1	577436		08016.003 712/2006-17	019/06	22/12/06	22/12/07	Projeto "Libertas - do Outro Lado do Muro" - MA	26/12/06	43.740,00	0,00	4.374,00	Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão	06.354.468/00 01-60	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577351		08016.001 774/2006-94	046/06	22/12/06	22/08/07	Projeto Educação profissional /SENAC - MA	26/12/06	64.568,46	0,00	6.456,85	Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão	06.354.468/00 01-60	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577470		08016.003 713/2006-61	051/06	22/12/06	22/09/07	Projeto Arca das Letras - MA	26/12/06	19.162,10	0,00	1.916,21	Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão	06.354.468/00 01-60	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577441		08016.004 544/2006-87	017/06	22/12/06	22/12/07	Aquisição de Equipamentos de Saúde para 9 Unidades Prisionais do Estado - MG	26/12/06	273.426,00	0,00	60.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.615/00 01-60	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	588001		08016.004 572/2006-02	021327 8-47	29/12/06	30/11/08	Construção da Cadeia Pública de Ribeirão das Neves - MG	17/01/07	15.305.041,19	0,00	3.061.008,24	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	18.715.540/00 01-17	CAIXA: obra não iniciada.
1	539220		08016.002 129/2004-27	024/05	27/12/05	27/06/07	Implantação de Unidades de Panificação em Estabelecimentos Penais de Mato Grosso do Sul - MS	29/12/05	93.544,00	84.187,50	9.356,50	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/00 01-28	Prorrogado até 27/06/2007
1	568253		08016.004 385/2006-11	003/06	25/08/06	25/12/06	Aquisição de Equipamentos de Segurança para o Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul - MS	14/09/07	1.525.780,00	1.373.202,00	152.578,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/00 01-28	Em execução.
1	577355		08016.006 236/2006-96	021/06	22/12/06	22/03/07	Aquisição de Veículos para Transporte de presos do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul - MS	26/12/06	650.400,00	0,00	65.040,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/00 01-28	Em execução.
2	567095		08016.002 752/2006-41	019372 6-21	30/06/06	31/07/08	Recuperação do Presídio Harry Amorim Costa - Dourados - MS	06/07/06	2.616.655,00	2.354.989,50	261.665,50	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	03.015.475/00 01-40	CAIXA: 72,20% de execução.
2	570700		08016.004	020624	25/08/06	30/08/08	Construção de	30/08/06	3.403.178,58	3.062.860,72	340.317,86	Secretaria de	03.015.475/00	CAIXA: obra não

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
			386/2006-65	1-65			Cadeia Linear Lateral no Presídio Harry Amorim Costa - Dourados - MS					Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	01-40	iniciada.
2	570699		08016.002753/2006-96	0204700-70	23/08/06	31/08/08	Recuperação do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande - MS	30/08/06	2.352.519,00	2.117.267,10	235.251,90	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	03.015.475/0001-40	CAIXA: 29,15% de execução.
2	570698		08016.003618/2006-68	0204699-49	25/08/06	30/08/08	Construção de Cadeia Linear Lateral no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande - MS	30/08/06	2.995.396,18	2.696.565,75	298.830,43	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	03.015.475/0001-40	CAIXA: obra não iniciada.
1	538443		08016.002248/2005-61	017/05	27/12/05	27/06/07	Projeto de Implantação de Escola Penitenciária no Estado de Mato Grosso - MS	28/12/05	85.306,51	85.306,51	9.478,50	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.015.475/0001-40	Prorrogado até 27/06/2007
1	577447		08016.003734/2006-87	034/06	22/12/06	22/12/07	Implantação de Fábricas de Artefatos de Concretos Pré-Moldados nas Unidades Prisionais de Mato Grosso - MT	26/12/06	65.655,00	0,00	6.565,50	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577537		08016.006447/2006-29	043/06	22/12/06	22/11/07	Capacitação para Agentes de Escolta - MT	26/12/06	59.200,00	0,00	8.200,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577408		08016.003754/2006-58	044/06	22/12/06	22/11/07	Treinamento Básico para Docentes - MT	26/12/06	21.027,71	0,00	3.014,30	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	578830		08016.003621/2006-81	048/06	22/12/06	22/11/07	Projeto Fábrica de saneantes para o Sistema Prisional de Mato Grosso - MT	26/12/06	196.929,68	0,00	43.585,68	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	3.507.415/0001-44	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	581532		08016.004535/2006-96	0207802-79	19/12/06	08/07/08	Construção do Centro de Detenção Provisória de Juína - MT	28/12/06	4.995.254,92	0,00	499.525,49	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso	00.301.547/0001-40	CAIXA: obra não iniciada.
2	581533		08016.004520/2006-28	0207803-83	19/12/06	08/07/08	Construção do Centro de Detenção Provisória de Pontes Lacerda - MT	28/12/06	4.995.254,92	0,00	499.525,49	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso	00.301.547/0001-40	CAIXA: obra não iniciada.

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
2	581534		08016.004 519/2006-01	020857 6-56	19/12/06	08/07/08	Construção do Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra - MT	28/12/06	4.995.254,92	0,00	499.525,49	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso	00.301.547/00 01-40	CAIXA: obra não iniciada.
1	539224		08016.002 733/2005-34	005/05	27/12/05	27/12/06	Recomeçar - Desinternação Progressiva - Ano 2005/2006 - PA	29/12/05	192.568,40	86.609,00	19.350,40	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	04.567.897/00 01-90	Prestando Contas
1	538535		08016.002 251/2005-84	013/05	27/12/05	27/12/06	Projeto de Implantação de Escola Penitenciária no Estado do Pará - PA	28/12/05	99.848,28	90.000,00	9.848,28	Secretaria Especial de Defesa Social	05.054.861/00 01-76	Prestando Contas. Cumprimento do Objeto Diligenciado
1	577468		08016.003 733/2006-32	039/06	22/12/06	22/08/07	Projeto Penas Alternativas Ano 2006 - PA	26/12/06	386.797,00	0,00	76.682,00	Tribunal de Justiça do Estado	04.567.897/00 01-90	O.B não emitida. Execução não iniciada.
2	589451		08016.004 533/2006-05	020748 5-36	28/12/06	30/11/07	Construção do Centro de Recuperação Social de Breves - PA	08/01/07	3.246.902,51	0,00	324.690,26	Secretaria Especial de Defesa Social do Estado do Pará	05.054.895/00 02-41	CAIXA: obra não iniciada.
2	589773		08016.004 534/2006-41	020780 4-97	28/12/06	30/12/07	Construção do Centro de Recuperação Social de São Felix do Xingu - PA	05/01/07	3.246.902,51	0,00	324.690,26	Secretaria Especial de Defesa Social do Estado do Pará	05.054.895/00 02-41	CAIXA: obra não iniciada.
1	540932		08016.002 727/2005-87	009/05	27/12/05	27/07/07	Projeto Político Pedagógico da Escola de Administração Penitenciária - PB	28/12/05	73.520,00	55.520,00	18.000,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	08.761.124/00 01-00	Prorrogado até 27/06/2007
1	539221		08016.001 281/2005-73	025/05	27/12/05	27/11/07	Arca das Letras II - PE	29/12/05	66.600,00	59.130,00	7.470,00	Secretaria de Ressocialização do Estado	02.960.040/00 01-00	Prorrogado até 27/11/2007
1	571197		08016.001 120/2006-61	001/06	13/10/06	13/02/07	Apoio Técnico Operacional as Medidas Alternativas de Combate a Violência Doméstica em Pernambuco - PE	18/10/06	82.020,00	70.000,00	12.020,00	Secretaria de Justiça do Estado	10.571.982/00 01-25	Vigência terminou em 11/03/2007. Aguardando Relatório Final do Estado.
1	577513		08016.001 507/2006-17	008/06	22/12/06	22/12/07	Operacionalização da Vara de Execução de Penas Alternativas na Região Metropolitana do Recife - PE	26/12/06	62.149,30	0,00	9.000,00	Tribunal de Justiça de Pernambuco	11.431.327/00 01-34	O.B não emitida. Execução não iniciada.
1	577500		08016.002 424/2006-45	058/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Escola Penitenciária de Pernambuco - PE	26/12/06	253.371,30	0,00	45.680,00	Secretaria Executiva de Ressocialização	06.290.858/00 01-14	Inscrito em restos a pagar não processado.
2	589892		08016.004 545/2006-21	020748 6-40	29/12/06	29/11/07	Ampliação da Penitenciária de Igarassu - PE	12/01/07	3.647.318,98	0,00	364.731,90	Secretaria de Defesa Social do Estado do	02.960.040/00 01-00	CAIXA: obra não iniciada.

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
1	538400		08016.002 252/2005-29	006/05	27/12/05	27/06/06	Implantação de Escola de Administração Penitenciária - PI	28/12/05	81.130,00	73.017,00	8.113,00	Pernambuco Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	06.553.481/00 01-49	Cumprimento do Objeto aprovado. Prestando Contas
2	581025		08016.002 625/2006-42	020926 7-36	14/12/06	08/12/08	Construção da Cadeia Pública de Altos - PI	18/12/06	3.307.971,76	0,00	330.797,18	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado do Piauí	07.217.342/00 01-07	CAIXA: obra não iniciada.
1	577444		08001.004 158/2006-54	059/06	22/12/06	22/05/07	Projeto Edhucar - PI	26/12/06	43.650,00	0,00	4.365,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	07.217.342/00 01-07	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	538439		08016.002 444/2005-35	014/05	27/12/05	27/07/07	Projeto Curso Grupo de Apoio as Ações Penitenciárias - PR	28/12/05	114.768,00	45.907,20	22.953,60	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	76.416.940/00 01-28	Prorrogado até 27/06/2007
1	577409		08016.007 939/2006-31	072/06	22/12/06	22/12/07	Assistência a Saúde dos Presos da Penitenciária Federal de Catanduvas - PR	26/12/06	1.131.159,72	0,00	36.000,00	Prefeitura Municipal de Catanduvas	76.208.842/00 01-03	Pago em 23/02/2007, R\$ 273.789,93
2	542646		08016.001 450/2004-94	017576 6-47	21/10/05	31/07/07	Conclusão da Construção da Penitenciária de Regime Semi Aberto de Maringá - PR	30/12/05	2.941.227,10	2.352.981,68	588.245,42	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná	76.416.932/00 01-81	CAIXA: obra não iniciada.
2	572084		08016.002 189/2006-21	020780 5-01	26/10/06	31/03/08	Construção da Penitenciária de Cruzeiro do Oeste - PR	31/10/06	13.100.000,00	0,00	2.620.000,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná	76.416.932/00 01-81	CAIXA: obra não iniciada.
2	550227		08016.002 509/2005-42	018463 5-39	29/12/05	30/07/07	Construção da Cadeia Pública de Magé - RJ	11/01/06	12.692.034,89	10.153.627,89	2.538.407,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/00 01-71	CAIXA: obra não iniciada.
1	579400		08016.003 608/2006-22	062/06	22/12/06	22/12/07	Projeto KK Trabalho e Cidadania. Universidade Fluminense - RJ	26/12/06	218.895,26	0,00	21.889,53	Universidade Federal Fluminense	28.523.215/00 01-20	Recebeu apenas parte da 1ª parcela.
1	577415		08016.001 786/2006-19	009/06	22/12/06	22/12/07	Projeto de Fiscalização e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas - RN	26/12/07	201.688,60	0,00	55.938,60	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	08.546.459/00 01-05	O.B não emitida. Execução não iniciada.
1	577410		08016.005 901/2006-24	022/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Nascer da Terra - RN	26/12/06	248.727,70	0,00	24.872,77	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/00 01-05	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577556		08016.003	026/06	22/12/06	22/06/07	Projeto Arca das	26/12/06	26.010,00	23.400,00	2.610,00	Secretário da	08.241.739/00	Recebeu a 1ª

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
			731/2006-43				Letras - RN					Justiça e da Cidadania	01-05	parcela em 28/12/2006
1	577478		08016.003 806/2006-96	055/06	22/12/06	22/09/07	Projeto Mente Livre: Yoga nas Prisões - RN	26/12/06	41.847,92	0,00	5.672,00	Secretário da Justiça e da Cidadania	08.241.739/00 01-05	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577458		08016.004 609/2006-94	056/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Implantação da Escola Penitenciária do Rio Grande do Norte - RN	26/12/06	149.221,41	0,00	15.148,00	Secretário da Justiça e da Cidadania	08.241.739/00 01-05	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	584909		08016.004 493/2006-93	020926 0-68	29/12/06	29/04/08	Construção de Cadeia Pública de Nova Cruz - RN	08/01/07	4.529.595,15	0,00	452.959,55	Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte	40.799.652/00 01-52	CAIXA: obra não iniciada.
1	517524		08016.001 147/2004-91	028/04	20/12/04	12/12/06	Curso de Pós-Graduação: Especialização em Gestão Penitenciária - RO	30/12/04	165.316,14	50.390,97	14.143,22	Superintendência de Assuntos Penitenciários	00.619.461/00 01-47	Prestando Contas. Cumprimento do Objeto ainda não analisado
1	577538		08016.004 579/2006-16	029/06	22/12/06	22/04/07	Unidades de Saúde no Estado de Rondônia - RO	26/12/06	210.725,74	0,00	35.121,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/00 01-71	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577417		08016.002 877/2006-71	042/06	22/12/06	22/12/07	Plantando Mudanças Para Mudar Vidas - RO	26/12/06	63.995,20	0,00	12.799,04	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/00 01-71	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577431		08016.002 875/2006-82	047/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Arca das Letras - RO	26/12/06	42.690,00	0,00	4.269,00	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/00 01-71	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577535		08016.002 876/2006-27	060/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Reconstruindo a Dignidade - RO	26/12/06	109.703,99	0,00	10.970,40	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/00 01-71	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	589646		08016.004 379/2006-63	021173 0-84	30/12/06	30/12/07	Construção da Penitenciária de Ariquemes - RO	17/01/07	5.477.189,41	0,00	497.926,31	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária de Rondônia	04.564.498/00 01-76	CAIXA: obra não iniciada.
2	589647		08016.007 540/2006-51	021327 9-52	30/12/06	30/12/07	Construção da Penitenciária Feminina de Porto Velho - RO	17/01/07	3.715.974,75	0,00	337.815,89	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária de Rondônia	04.564.498/00 01-76	CAIXA: obra não iniciada.
1	488241		08016.002 460/2003-66	092/03	22/12/03	22/03/07	Reforma da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - RR	26/12/03	511.292,42	61.909,63	51.129,24	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Roraima	84.012.012/00 01-26	Obra paralisada. 88% de execução

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
1	539227		08016.003 267/2005-12	026/05	27/12/05	27/10/06	Manutenção da Central Estadual de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas - RR	29/12/05	165.066,56	72.588,21	19.890,15	Presidência do Tribunal de Justiça	34.812.669/0001-08	Vigência terminou em 27/10/2006. Em Prestação de Contas.
2	589452		08016.002 690/2003-25	021328 0-80	29/12/06	26/06/08	Construção do Presídio Provisório Masculino de Rorainópolis - RR	11/01/07	5.756.951,56	0,00	575.695,15	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Roraima	84.012.012/0001-26	CAIXA: obra não iniciada.
1	538442		08016.003 089/2005-11	016/05	27/12/05	27/01/07	Projeto Observatório em Direitos Humanos no Estado do Rio Grande do Sul - RS	28/12/05	131.915,00	109.915,00	22.000,00	Instituto de Acesso à Justiça	05.493.004/0001-72	Objeto concluído. Em fase de prestação de contas.
1	577486		08016.004 501/2006-00	038/06	22/12/06	22/09/07	Equipamentos de Segurança para o Sistema Prisional do Rio Grande do Sul - RS	26/12/06	2.584.695,00	0,00	2.067.756,00	Secretário de Estado da Justiça e da Segurança	87.958.583/0001-46	Em execução.
1	577454		08016.003 633/2006-14	054/06	22/12/06	22/05/07	Projeto de Reaparelhamento da Escola Penitenciária do Rio Grande do Sul - RS	26/12/06	26.988,00	0,00	5.397,60	Secretário de Estado da Justiça e da Segurança	87.958.583/0001-46	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	579205		08016.004 503/2006-91	020748 7-55	14/12/06	30/12/07	Construção do Albergue P78 em Porto Alegre - RS	21/12/06	650.503,26	0,00	237.247,18	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA: obra não iniciada.
2	579206		08016.004 505/2006-80	020748 8-69	14/12/06	30/12/07	Construção do Albergue P78 em Caxias do Sul - RS	21/12/06	644.656,65	0,00	229.244,54	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA: obra não iniciada.
2	579208		08016.004 506/2006-24	020749 0-00	14/12/06	30/12/07	Construção do Albergue P78 em Charqueadas - RS	21/12/06	607.278,41	0,00	208.924,53	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA: obra não iniciada.
2	579207		08016.004 504/2006-35	020748 9-73	14/12/06	30/12/07	Construção do Albergue P78 em Venâncio Aires - RS	21/12/06	618.327,59	0,00	214.858,58	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA: obra não iniciada.
2	579209		08016.004 500/2006-57	020749 1-14	14/12/06	30/12/07	Construção da Penitenciária Regional de Passo Fundo - RS	21/12/06	10.666.124,70	0,00	2.208.217,33	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA: obra não iniciada.
2	579212		08016.004 508/2006-	020780 8-33	14/12/06	30/12/07	Reforma da Ala Oeste de alojamen-	21/12/06	158.927,80	0,00	31.785,56	Secretaria da Justiça e da	87.958.583/0001-46	CAIXA: obra não iniciada.

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
			13				tos do instituto Penal de Viamão IPV - RS					Segurança do Rio Grande do Sul		
2	579211		08016.004 507/2006-79	020780 7-29	14/12/06	30/12/07	Reforma Geral do Presídio Estadual de Espumoso - RS	21/12/06	156.812,27	0,00	31.362,45	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/00 01-46	CAIXA: obra não iniciada.
2	579210		08016.004 502/2006-46	020780 6-15	14/12/06	30/12/07	Reforma do Alojamento "F" da casa do Albergado Padre Pio Buck - RS	21/12/06	127.388,73	0,00	25.477,75	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/00 01-46	CAIXA: obra não iniciada.
1	577396		08016.006 514/2006-13	030/06	22/12/06	22/12/08	Projeto Novos Horizontes - SC	26/12/06	550.000,00	0,00	50.000,00	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	04.310.564/00 01-81	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
2	581535		08016.000 449/2006-12	020926 1-72	22/12/06	30/11/08	Construção da Penitenciária de Itajaí - SC	02/01/07	19.259.258,64	0,00	6.018.187,53	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina	82.951.302/00 01-00	CAIXA: obra não iniciada.
1	577510		08016.003 610/2006-00	027/06	22/12/06	22/12/07	Programa de Qualificação Profissional no âmbito da Justiça e Cidadania do estado de Sergipe - SE	26/12/06	122.056,50	0,00	12.205,65	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/00 05-46	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	485378		08016.002 681/2003-34	042/03	21/11/03	21/04/07	Aquisição e Instalação de Equipamentos de Raio-X para 33 Unidades Prisionais - SP	04/12/03	3.156.000,05	1.905.897,24	650.102,81	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/00 01-50	91,00% de execução.
1	538445		08016.002 592/2005-50	021/05	27/12/05	27/10/07	Projeto de Fomento à Aplicação de Penas e Medidas Alternativas com Recorte de Gênero - SP	28/12/05	385.957,38	308.765,91	77.191,47	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/00 01-50	Em execução. 1º Termo Aditivo (prazo)
1	564830		08016.004 453/2006-41	002/06	10/08/06	10/05/07	Aquisição e Instalação de Equipamentos de Segurança e Inteligência nas Unidades Prisionais do Estado - SP	11/08/06	47.125.374,26	44.733.105,56	2.356.268,70	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	46.379.400/00 01-50	Em execução.
1	574492		08016.004 862/2006-48	004/06	28/11/06	28/06/07	Aquisição de Equipamentos de Informática e Inteligência destinados a SAP do Estado de São	06/12/06	5.383.925,01	5.114.728,75	269.196,26	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	46.379.400/00 01-50	Em execução.

Tipo*	Código		Identificação do Termo Inicial e Aditivos				Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Valor da Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi	Siasg	Nº Processo	Nº termo	Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
							Paulo - SP							
1	577545		08016.002882/2006-36	028/06	22/12/06	22/12/07	Projeto Em Defesa dos Direitos do Sentenciado - SP	26/12/06	364.600,00	0,00	40.000,00	Defensoria Pública do Estado de São Paulo	08.036.157/0001-89	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	578840		08016.005582/2006-57	071/06	22/12/06	22/06/08	Aquisição de Equipamentos para os Serviços de Saúde nas Unidades Prisionais do Estado - SP	26/12/06	897.077,97	0,00	180.000,00	Secretário da Administração Penitenciária	46.379.400/0001-50	Aguardando para receber os recursos da primeira parcela
1	577451		08016.007938/2006-97	073/06	22/12/06	22/08/07	Concurso de Produção Literária - SP	26/12/06	81.961,40	36.882,63	8.196,14	Associação Alfabetização Solidária	02.871.771/0001-80	Recebeu a 1ª parcela em 27/12/2006
1	514770		08016.002016/2004-21	019/04	20/12/04	20/06/07	Reforma, Adequação, e Ampliação da Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" de Avaré I - SP	21/12/04	18.389.464,13	3.542.082,48	4.708.293,33	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	Em fase de licitação
2	550228		08016.003367/2005-31	0184633-10	26/12/05	26/01/08	Construção da Penitenciária Compacta Dupla de Presidente Alves - SP	29/12/05	41.521.508,49	22.200.000,00	19.321.508,49	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	CAIXA: obra não iniciada.
2	570872		08016.004472/2006-78	0205937-59	29/09/06	29/09/07	Construção do Centro de detenção Provisória de Franca - SP	04/10/06	18.900.931,87	0,00	1.867.944,15	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	CAIXA: obra não iniciada.
2	570873		08016.004473/2006-12	0205939-77	29/09/06	29/09/07	Construção do Centro de detenção Provisória de Serra Azul - SP	04/10/06	18.900.931,87	16.811.497,32	1.867.944,15	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	CAIXA: obra não iniciada.
2	579213		08016.007944/2006-44	0213703-91	20/12/06	04/12/07	Reforma da Penitenciária de Presidente Bernardes - SP	22/12/06	8.854.212,36	0,00	1.054.212,36	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	CAIXA: obra não iniciada.

* 1 – convênio; 2 – contrato de repasse

6.2 Contratos

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2006:
01/2003	08016.002040/2003-80	Prestação de Serviços Referente ao Gerenciamento da Construção das Penitenciárias Federais	Caixa Econômica Federal - CAIXA	00.360.305 /0001-04	22/08/2003 a 20/08/2007	2.875.000,00	534.719,71
02/2004	08016.000418/2004-91	Construção da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS	Palma Engenharia Ltda	06.593.156 /0001-00	06/10/2004 a 14/02/2007	19.062.315,19	3.182.616,67
03/2004	08016.000934/2004-16	Prestação de serviços na operacionalização do Programa, lastreado com recursos do Orçamento Geral da União, destinado à construção de estabelecimentos penais nos Unidades da Federação	Caixa Econômica Federal - CAIXA	00.360.305 /0001-04	27/12/2004 a 24/12/2007	5.000.000,00	784.588,37
04/2004	08016.001384/2004-52	Construção da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR	Jota Ele Construções Civis Ltda.	77.591.402 /0001-32	23/12/2004 a 11/08/2006	18.243.727,90	2.729.045,61
04/2005	08016.001315/2005-20	Construção da Penitenciária Federal de Mossoró/RN	Construtora Venâncio Ltda	12.574.539 /0001-33	31/10/2005 a 10/04/2007	17.914.238,43	9.572.315,91
02/2005	08008.002500/2005-31	Aquisição de veículos tipo sport utility, para patrulhamento urbano	General Motors do Brasil Ltda	59.275.792 /0001-50	23/08/2005 a 22/11/2006	529.550,00	529.550,00
07/2005	08016.000309/2005-55	Fornecimento de refeições para os detentos e corpo de servidores que irão ocupar a Penitenciária Federal do município de Campo Grande – MS.	Maria Natália de Souza Alves	57.609.398 /0001-85	29/12/2005 a 28/12/2007	645.840,00	-
08/2005	08016.000326/2005-92	Fornecimento de Refeições para os detentos e corpo de servidores que irão ocupar a Penitenciária Federal do município de Catanduvas - PR.	Izida Maria da Conceição & Cia Ltda/ Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.	96.216.429 /0001-90	29/12/2005 a 28/12/2007	631.800,00	67.299,45

Contrato N°/SIAFI/ SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfere-rido em 2006:
09/2005	08016.000826/ 2005-24	Serviços continuados de limpeza e conservação com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para o asseio, conservação, higienização e ajardinamento das instalações administrativas da Penitenciária Federal do Município de Campo Grande - MS.	ForteSul-Serviços, Construções e Saneamento Ltda.	03.059.584 /0001-69	28/12/2005 a 27/12/2007	138.000,00	-
10/2005	08016.000825/ 2005-80	serviços continuados de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para o asseio, conservação, higienização e ajardinamento das instalações administrativas no âmbito da Penitenciária Federal do Município de Catanduvas - PR.	Tolimp Serviços Ltda	02.816.554 /0001-97	28/12/2005 a 27/12/2007	208.754,16	93.966,16
11/2005	08016.003113/ 2005-12	Aquisição de Projetor Multimídia	Compsupri Inform. Telecom Ltda	02.410.718 /0001-81	29/12/2005 a 28/12/2008	115.200,00	115.200,00
12/2005	08016.003113/ 2005-12	Aquisição de Impressora laser monocromática	TN Industrial S/A	00.329.379 /0001-88	29/12/2005 a 28/12/2007	139.339,52	139.339,52
13/2005	08016.003113/ 2005-12	Aquisição de Nobreak	Informatic Com. Repr. Ltda	03.596.103 /0001-54	29/12/2005 a 28/12/2006	56.240,00	56.240,00
14/2005	08016.003113/ 2005-12	Aquisição de Impressoras jato de tinta, aparelhos de Vídeo Cassete e Aparelhos de DVD, incluindo a instalação, o suporte de serviços e a assistência técnica durante o período de garantia.	Microtécnica Informática Ltda	01.590.728 /0001-83	29/12/2005 a 28/12/2006	33.847,00	26.967,00
15/2005	08016.003113/ 2005-12	Aquisição de Switch	Netway Datacom	37.096.286 /0001-60	29/12/2005 a 28/12/2007	82.000,00	82.000,00

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2006:
16/2005	08016.003204/2005-58	Aquisição de Estações de trabalho tipo desktop	Itautec Philco S/A	54.526.082/0004-84	29/12/2005 a 28/12/2009	1.060.880,00	1.060.880,00
17/2005	08016.003213/2005-49	Aquisição de Servidor de rede Tipo I e II	Itautec Philco S/A	54.526.082/0004-84	29/12/2005 a 28/12/2008	247.520,00	247.520,00
31/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Medval Produtos Hospitalares Ltda.	04.813.932/0001-04	30/12/2005 a 29/12/2006	62.300,00	62.300,00
32/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Melo & Vieira - Comércio e Representação de Produtos	05.266.896/0001-79	30/12/2005 a 29/12/2006	4.224,80	4.224,80
33/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Sistemas Eletrônicos Tack	02.423.803/00012-84	30/12/2005 a 29/12/2006	16.300,00	16.300,00
34/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Sociedade Mercantil Centro Norte Ltda.	01.989.691/0001-60	30/12/2005 a 29/12/2006	8.500,00	8.500,00
35/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades	Tiradentes Medico Hospitalar Ltda.	01.536.135/0001-39	30/12/2005 a 29/12/2006	22.748,00	22.748,00

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2006:
		de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários					
36/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Life-Medical Comercial Ltda Me	04.604.763/0001-00	30/12/2005 a 29/12/2006	96.430,00	96.430,00
37/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Erwin Guth Ltda.	61.585.824/0001-65	30/12/2005 a 29/12/2006	22.218,40	22.218,40
38/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Gnatus Equipamentos Medico Odontologicos Ltda.	48.015.119/0001-64	30/12/2005 a 29/12/2006	184.800,00	184.800,00
39/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Max-Fer Comercial Ltda.	53.458.022/0001-66	30/12/2005 a 29/12/2006	65.280,00	65.280,00
40/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Phoenix Industria e Comércio de Equipamentos Científicos Ltda.	44.239.382/0001-86	30/12/2005 a 29/12/2006	80.300,00	80.300,00
41/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumen-	Dental Roma Ltda.	02.269.466/0001-12	30/12/2005 a 29/12/2006	25.244,00	25.244,00

Contrato N°/SIAFI/ SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe-rido em 2006:
		tos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários					
42/2005	08016.000861/2005-43	Aquis. de materiais de consumo, equipamentos, instrumentos médicos e odontológicos para aparelhamento de unidades de atenção à saúde em estabelecimentos penitenciários	Biosan Comercio de Produtos Para - Laboratórios Ltda.	02.902.707/0001-19	30/12/2005 a 29/12/2006	107.000,00	107.000,00
020/2006	08016.001034/2005-77	Aquisição de coletes multi-ameaça	Companhia Brasileira de Cartuchos	57494031/0001-63	19/01/2006 a 18/01/2007	355.120,00	338.804,30
021/2006	08016.001034/2005-77	Aquisição de capacetes anti-tumulto e bastão anti-tumulto	Incoseg Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda	06973196/0001-87	19/01/2006 a 18/01/2007	20.634,36	18.963,04
024/2006	08016.000914/2005-26	Aquisição de mobiliário (mesas, cadeiras, poltronas, sofás, gaveteiro, armários e painel) necessários ao funcionamento das Penitenciárias Federais	Giroflex S/A	56992902/0001-06	19/01/2006 a 19/07/2007	573.677,42	573.677,42
025/2006	08016.000914/2005-26	Aquisição de armários necessários ao funcionamento das Penitenciárias Federais	Comercial Lutz de Móveis Ltda – ME	01864885/0001-30	19/01/2006 a 18/07/2007	18.120,00	18.120,00
030/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de TV.	T.E.L Telecomunicações e Eletrônica Ltda	69054930/0001-24	23/01/2006 a 23/01/2007	183.200,00	183.200,00
031/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de TV.	AZ Tecnologia Ltda	04759978/0001-92	23/01/2006 a 23/01/2007	8.178,00	8.178,00
032/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de TV.	Associated Industries do Brasil Ltda	01720027/0001-11	23/01/2006 a 23/01/2007	57.560,00	57.560,00
035/2006	08016.001146/2005-28	Aquisição de 40 (quarenta) frigobar.	Distribuidora Muralha Ltda	02457490/0001-85	23/01/2006 a 22/01/2007	33.500,00	33.500,00

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2006:
036/2006	08016.001146/2005-28	Aquisição de mesas e cadeiras.	Liliane Soares Evangelista – ME	04131529/0001-03	23/01/2006 a 22/01/2007	69.392,00	69.392,00
039/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de caixas de som e amplificadores.	Criativa Comércio e Serviços Ltda	05637412/0001-50	25/01/2006 a 25/01/2007	65.760,00	65.760,00
044/2006	08016.000857/2005-85	Aquisição de equipamentos de segurança e detecção (raios-X fixos, pórticos detectores de metais e detectores portáteis de explosivos, substâncias químicas e narcóticos), a serem utilizados nas Penitenciárias Federais.	Ebco Systems Ltda	40235871/0001-09	27/01/2006 a 26/04/2007	1.054.000,00	1.054.000,00
050/2006	08016.002388/2005-39	Aquisição de munições (cartuchos calibres 40, 12 e 5,56) para treinamento de agentes penitenciários.	Companhia Brasileira de Cartuchos	57494031/0001-63	06/02/2006 a 05/02/2007	856.333,00	856.333,00
051/2006	08016.000857/2005-85	Aquisição de detectores de metais portáteis, a serem utilizados nas Penitenciárias Federais.	Politerm Instrumentos de Medição Ltda	62723838/0001-60	06/02/2006 a 05/05/2007	1.152,00	1.152,00
057/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de televisão, com entrega descentralizada, a serem instalados nas Penitenciárias Federais de Segurança Máxima.	Brasconnect Telecomunicações e Informática Ltda	01341156/0001-07	08/02/2006 a 07/02/2007	247.700,00	247.700,00
001/2006	08016.002989/2005-41	Execução das obras, serviços de construção com fornecimento dos materiais, mão-de-obra e equipamentos destinados à construção de 01 (uma) unidade de Penitenciária Federal no Município de Porto Velho- RO.	PB Construções e Comercio Ltda	03701380/0001-80	05/07/2006 a 30/04/2007	18.856.681,37	3.144.576,59

Contrato N°/SIAFI/ SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe-rido em 2006:
002/2006	08016.004375/ 2006-85	Serviço de locação de ônibus tipo convencional, com motorista habilitado.	Alfa Luz Viação Transpor-tes Ltda.	04192453/ 0001-18	23/08/2006 a 22/02/2007	149.480,00	52.939,70
003/2006	08016.002925/ 2006-21	Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para atender a Penitenciária Federal de Catanduvas- PR.	Empresa Brasileira de Te-lecomunicações S.A. – Embratel	33530486/ 0001-29	06/09/2006 a 05/09/2007	11.228,00	45,82
004/2006	08016.002925/ 2006-21	Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para atender a Penitenciária Federal de Catanduvas- PR.	Brasil Telecom S/A	76535764/ 0001-43	30/08/2006 a 29/08/2007	377.400,00	1.833,97
006/2006	08016.004378/ 2006-19	Aquisição de 02 (dois) micro-ônibus	Marcopolo S.A.	88611835/ 0001-29	22/12/2006 a 21/12/2007	262.000,00	-
007/2006	08016.004378/ 2006-19	Aquisição de 08 (oito) veículos motocicleta.	Moto Honda da Amazônia Ltda	04337168/ 0001-48	06/12/2006 a 05/12/2007	129.600,00	-
008/2006	08016.004378/ 2006-19	Aquisição de 64 (sessenta e quatro) veículos furgão.	Brasilia Motors Ltda	38034898/ 0001-91	30/11/2006 a 29/11/2007	7.033.600,00	7.033.600,00
009/2006	08016.006133/ 2006-26	Fornecimento de combustíveis de forma parcelada (gasolina, álcool e óleo diesel), no Complexo Penitenciário Federal de Catanduvas-PR.	Laurindo & Ribeiro Fabio Ltda.	07865914/ 0001-64	29/12/2006 a 28/12/2007	41.598,00	-
010/2006	08016.001778/ 2006-72	Prestação de serviços de lavanderia (lavar e passar) para atender as necessidades da Penitenciaría Federal, localizada no Município de Campo Grande/MS, conforme o Termo de Referência.	Toalheiro MS Ltda. EPP	01575034/ 0001-77	20/12/2006 a 19/12/2007	281.265,60	-
012/2006	08016.005586/ 2006-35	Aquisição de microcomputadores de gerenciamento remoto.	Itautec Informática S.A.	51.764.058 /0001-42		1.494.300,00	-

6.3. Dispensas e Inexigibilidades

Nº Dispensa	Contrato Nº/ SIA-FI/SIAS G	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2006:
01/2005	03/2005	08016.0004075/2005-92	Disponibilização da mão-de-obra formada por reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF	00.495.108/0001-90	01/09/2005 a 05/02/2007	525.765,60	359.336,56
03/2005	06/2005	08016.001892/2005-11	Execução do Projeto Plataforma de Inteligência das Penitenciárias Federais	Consórcio Interpen	07.583.033/0001-50	19/12/2005 a 18/12/2006	5.965.637,21	4.965.636,71
01/2006	-	08016.001172/2006-37	Aquisição de brita, lona plástica, spray (color jet), grampeador e grampos, para curso de formação dos Agentes Penitenciários Federais do DE-PEN/MJ.	Item 1 – brita – Silvino Monteiro de Carvalho	00.479.048/000124	-	5.343,16	5.343,16
				Item 2 – lona – Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda	24.907.602/0001-95	-		
				Item 3 – spray de tinta – Madermack Comércio de Tintas Ltda	04.539985/0001-89	-		
				Item 4 e 5 – grampeador e grampos – AFL Comércio de	05.000.683/0001-09	-		

Nº Dis- pensa	Contrato Nº/ SIA- FI/SIAS G	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe- rido em 2006:
				Papéis Ltda				
002/2006	-	08016.001231/ 2006-77	Confecção de 800 (oitocentos) unidades de bonés para alunos do curso de formação de agente penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional	Rosane Vieira de Bastos – (Garancinha)	04.795.22 3/0001-43	-	5.440,00	5.440,00
003/2006	-	08016.001441/ 2006-65	Confecção de 03 (três) placas de agradecimento pela cooperação dispensada pelos Departamentos PRF, PF e Secretaria de Segurança Pública do DF.	EBR Comercio e Serviços Ltda	72.593.22 1/0001-21	-	330,00	330,00
004/2006	-		Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medição e demarcação da área localizada no Setor Policial Sul, Quadra 03, Área 05, Brasília - DF.	infra-solo Engenharia de Solos e - Infra Estruturas Ltda	00.334.36 7/0001-41	-	2.400,00	2.400,00
	-	08016.001921/ 2006-26	Contratação de empresa especializada para prestação	TEC-RAD Tecnologia em Radioproteção Lt-	65.716.99 5/0001-37	-	7.810,00	7.810,00

Nº Dis- pensa	Contrato Nº/ SIA- FI/SIAS G	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe- rido em 2006:
005/2006			de Serviços de Assessoria e Consultoria Técnica na área de Segurança Radiológica	da				
006/2006	-	08016002273/2006-25	Aquisição de 01 (um) aparelho de ar condicionado do tipo Split de parede, para o Complexo Penitenciário Federal de Catanduvas -PR	Ambiente Ar Condicionado Ltda	06.211.664/0001-86	-	4.150,00	4.150,00
007/2006	-	08016.002418/2006-98	Aquisição de materiais para teste psicológico a serem aplicados nos Agentes Penitenciários Federais, visando o registro de porte de arma.	CENOPP - Sonia Maria Hueb	00544205/0001-38	-	3201,00	3201,00
008/2006	-	08016.002344/2006-90	Aquisição de 1 (um) aparelho Medidor de Radiação com maleta e certificado de calibração reconhecido pelo Conselho Nacional de Energia Nuclear – CNEN.	M R A Industria De Equipamen- tos -Eletrônicos Ltda	59.657.874/0001-69	-	4.697,00	4.697,00

Nº Dis- pensa	Contrato Nº/ SIA- FI/SIAS G	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe- rido em 2006:
009/2006	-	08016.002655/ 2006-59	Aquisição de mate- riais de higiene pessoal para os detentos da Peni- tenciária Federal de Catanduvas – PR.	Benedeti & Genguini Ltda	01.116.28 3/0001-02	-	2.566,00	2.566,00
010/2006	-	08016.003289/ 2006-55	Locação de 2 (dois) televisores de plasma "42" pole- gadas para integrar sistema de monito- ramento do Com- plexo Penitenciário Federal de Catan- duvas-PR, pelo período de 30 dias corrido.	Webcom Tecno- logia e Comuni- cacao - Ltda	04.527.08 3/0001-22	-	4.100,00	4.100,00
012/2006	-	08016.004574/ 2006-93	Emplacamento de veículos	Detran/MS		-	403,68	403,68

Nº Dis- pensa	Contrato Nº/ SIA- FI/SIAS G	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe- rido em 2006:
013/2006	-	08016.005641/ 2006-97	Aquisição de 25 alergias em aço para pro ver o aparelhamen- to da Coordenação Geral de Inclusão Classificação e Remoção do Siste- ma Penitenciário Federal nas opera- ções de transporte de presos, por via aérea, para as Peni- tenciárias Federais do Departamento Penitenciário Na- cional.	Rubens Louren- co Brandalise Me	01.522.89 8/0001-20	-	6.640,00	6.640,00
014/2006	-	08016.005612/ 2006-25	Aquisição de cofres de segurança para a tender as necessi- dades das Peniten- ciárias Feder ais, localizadas nos Municípios de Campo Grande , estado do Mato Grosso do Sul e Catanduvas-PR	Riazor Comer- cio De Moveis Ltda. -Me	61146585/ 0001-47	-	7.800,00	7.800,00

Nº Dis- pensa	Contrato Nº/ SIA- FI/SIAS G	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe- rido em 2006:
015/2006	-	08016.004566/ 2006-47	Confecção e insta- lação de placas de indicação no terre- no onde será cons- truída a Escola Penitenciária Na- cional.	Arte Screen Pla- cas Letreiros Ltda-Me	01585140/ 0001-31	-	798,00	798,00
020/2006	011/2006	08016.007530/ 200615	Contratação de empresa especiali- zada pa ra fornecimento de combustíveis de forma parcelada (gasolina, álcool e óleo diesel), em posto de abasteci- mento próprio, com vistas ao atendi- mento das necessi- dades de abasteci- mento dos veículos automotores ofici- ais e do gerador de energia do Com- plexo Penitenciário Federal de Campo Grande -MS.	Posto Capital Ltda	02.762.22 7/0001-08	28/12/06 a 27/06/07	33.264,00	-

Contrato	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transfe-
-----------------	--------------------	---------------	-------------------	-------------	-----------------	--------------------	-----------------------

Nº Inexigibilidade	nº/ SIA-FI/SIAS G							Valor em 2006:
090/2006	005/2006	08016.005838/2006-26	Aquisição de munições e lançador não-letais	Welser Itage Participações e Comércio S/A	31.138.225/0001-32	30/11/06 a 29/11/07	494.583,40	465.650,28

7. Outras Informações

7.1 Tomada de Contas Especial – TCE

Item	Técnico	UF	SIAFI	Objeto	Convênio	Assinatura	Parc.	Dt. Vigência	Valor Conc.	Observação
01		RO	335916	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Guajará Mirim	056/1997	23/12/1997	01 02	23/6/1998	188.433,84 360.928,04	- Foi instaurada a Tomada de Contas Especial, encontrando-se na SFCI/CGU desde 17/02/2003. - O Convênio está inscrito na Conta Inadimplência Suspensa no SIAFI. TCE 020.476/2004-0
02		RO	335926	Construção da Casa de Detenção de Porto Velho	053/1997	23/12/1997	01	23/5/1998	630.337,02	- Foi instaurada a Tomada de Contas Especial, encontrando-se na SFCI/CGU desde 19/11/2002. - O Convênio está inscrito na Conta Inadimplência Suspensa no SIAFI. TCE 006.547/2003-6.
03		RO	350315	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Guajará-mirim	045/1998	2/7/1998	01	2/4/2000	308.094,37	- Foi instaurada a Tomada de Contas Especial, e encontra-se na SFCI/CGU desde 07/03/2003. Está inscrito na conta Inadimplência Suspensa no SIAFI. TCE 020.479/2004 – 2
04		RS	355040	Apoio e Aplicação de Penas Alternativas - FADE	089/1998	1/6/1998	01	2/1/1999	80.000,00	- Foi concluída a Tomada de Contas Especial. O Processo encontra-se na Secretaria de Controle Externo - RS desde 02/05/2003, o fato de ainda estar inscrito na Conta Inadimplente se dá devido à falta de comunicação do Tribunal de Contas da União à Setorial de Contabilidade deste Ministério, para que seja providenciada a baixa no Sistema. TCE 003.992/2002 – 01

Item	Técnico	UF	SIAFI	Objeto	Convênio	Assinatura	Parc.	Dt. Vigência	Valor Conc.	Observação
05	Andréia	GO	336113	Construção da Cadeia Pública do Município de Jussara	064/1997	23/12/1997	01	20/08/1999	60.000,00	- Foi instaurada a Tomada de Contas Especial, por determinação do TCU em Acórdão 051/2005 – 1ª Câmara, de 25/01/2005, encontrando-se na SFCI/CGU desde 05/06/2006. TCE nº 022/2006
06	Andréia	GO	351803	Reforma da Cadeia Pública Municipal de Alvorada do Norte	054/1998	02/07/1998	01 02	02/07/1999	50.000,00 14.000,00	- Foi determinada a instauração de TCE pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 051/2005 – 1ª Câmara, de 25/01/2005. - Depois de iniciada a instrução ao processo de Tomada de Contas Especial, o Departamento Penitenciário Nacional, bem como a Coordenação de Contabilidade não identificou ter havido prejuízo ao erário. - Após dar ciência ao TCU sobre a situação o DEPEN aprovou as contas do convênio.
07	Andréia	GO	350783	Construção da Cadeia Pública do Município de Flores de Goiás	056/1998	02/07/1998	01 02	02/11/1999	40.000,00 14.000,00	- Foi determinada a instauração de TCE pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 051/2005 – 1ª Câmara, de 25/01/2005. - Trata-se de Tomada de Contas Especial Simplificada nº 01/2007, conforme arts. 6º e 7º da E nº 13/1996. - Valor atualizado até 30/11/2006 – R\$ 9.371,58. - Contas aprovadas no SIAFI em razão de restituição aos cofres públicos em 29/11/2006.
08	Andréia	GO	350787	Reforma e Ampliação da Cadeia Pública Municipal de Estrela do Norte	062/1998	02/07/1998	01	02/11/1999	70.000,00	- Foi determinada a instauração de TCE pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 051/2005 – 1ª Câmara, de 25/01/2005. - Trata-se de Tomada de Contas Especial Simplificada nº 01/2007, conforme arts. 6º e 7º da E nº 13/1996. - Valor atualizado até 30/12/2006 – R\$ 8.100,29.

Item	Técnico	UF	SIAFI	Objeto	Convênio	Assinatura	Parc.	Dt. Vigência	Valor Conc.	Observação
										- Contas aprovadas no SIAFI em razão de restituição aos cofres públicos em 13/12/2006.
09	Andréia	SC	380125	Recuperação e Adequação das Instalações do Presídio de Lajes	049/1999	15/12/1999	01	15/07/2000	30.695,68	- Foi determinada a instauração de TCE pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 051/2005 – 1ª Câmara, de 25/01/2005. - O processo encontra-se na SFCI/CGU desde 02/06/2006. -TCE nº 021/2006
10	Andréia	PE	375317	Qualificação e Requalificação Profissional de Trabalhadores Detentos	026/1999	20/10/1999	01	07/06/2000	100.000,00	- Foi determinada a instauração de TCE pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 051/2005 – 1ª Câmara, de 25/01/2005. - Trata-se de Tomada de Contas Especial Simplificada nº 01/2007, conforme arts. 6º e 7º da IN/TCU nº 13/1996. - Valor atualizado até 30/11/2006 – R\$ 5.085,41. - O Convênio encontra-se com uma parcela em inadimplência suspensa no SIAFI, no valor de R\$ 1.963,92, referente ao débito, em valores históricos.
11	Andréia	PI	393751	Construção da Penitenciária de Teresina	007/2000	27/6/2000	01 02 03	27/6/2002 27/6/2002 27/6/2002	356.584,00 768.416,00 398.872,30	- Foi instaurada a Tomada de Contas Especial, o processo encontra-se na SFCI/CGU desde 19/07/2006. - O Convênio encontra-se com uma parcela em inadimplência suspensa no SIAFI, no valor de R\$ 256.949,77, referente ao débito, em valores históricos. - TCE complementar nº 02/2006
12	Andréia	RJ	403743	Reforma da Penitenciária Alfredo Tranjan – Bangu III	106/2000	18/12/2000	01	18/12/2004	718.703,95	-Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
13	Andréia	RJ	403764	Reforma da Cozinha da Penitenciária Es-	107/2000	18/12/2000	01	18/10/2002	335.564,00	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.

Item	Técnico	UF	SIAFI	Objeto	Convênio	Assinatura	Parc.	Dt. Vigência	Valor Conc.	Observação
				meraldino Bandeira						
14	Andréia	RJ	403765	Reforma da Cozinha da Penitenciária Milton Dias	108/2000	18/12/2000	01	18/07/2003	215.958,92	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
15	Andréia	RJ	403766	Reforma da Cozinha da Penitenciária Plácido de Sá	109/2000	18/12/2000	01	18/01/2003	257.482,56	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
16	Andréia	RJ	403767	Ampliação de Vagas e Oferecimento de Melhores Condições para os Detentos	110/2000	18/12/2000	01	18/07/2003	272.896,82	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
17	Andréia	RJ	403768	Reforma da Cozinha da Penitenciária Plácido de Sá	111/2000	18/12/2000	01	18/08/2003	166.237,84	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
18	Andréia	RJ	404940	Construção de Um Galpão Industrial	126/2000	22/12/2000	01	22/12/2002	729.328,14	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
19	Carlos	ES	415675	Construção do Presídio Feminino de Viana	050/2001	31/05/2001	01	30/11/2002	2.614.197,96	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
20	Carlos	ES	415676	Construção do Presídio de Colatina	051/2001	31/05/2001	01	28/05/2003	2.734.516,78	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
21	Carlos	ES	418355	Construção da Unidade de Saúde Prisional	099/2001	28/08/2001	01 02 03	28/09/2002	80.150,07 418.701,58 300.685,55	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
22	Carlos	ES	418356	Cercamento do Complexo Penitenciário de Viana	100/2001	28/08/2001	01 02 03	28/11/2002	175.600,92 1.368.431,83 687.112,79	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
23	Andréia	RR	423192	Instalação do Centro de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas	146/2001	04/10/2001	01	04/05/2002	60.000,00	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
24	Andréia	RJ	426698	Reforma da Penitenciária Talavera Bruce	189/2001	29/11/2001	01 02	29/08/2003	236.762,15 236.762,14	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.

Item	Técnico	UF	SIAFI	Objeto	Convênio	Assinatura	Parc.	Dt. Vigência	Valor Conc.	Observação
25	Carlos	RJ	426704	Reforma e Ampliação do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho	190/2001	29/11/2001	01 02	29/01/2004	1.758.017,96 1.231.808,54	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
26	Andréia	RJ	427198	Reforma da Penitenciária Lemos de Brito	195/2001	29/11/2001	01 02	29/07/2003	534.395,82 534.395,82	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
27	Andréia	RR	426208	Ampliação da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	199/2001	29/11/2001	01 02	28/02/2003	320.586,00 213.724,00	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
28	Carlos	RR	427201	Construção do Presídio Provisório Feminino da Comarca de Boa Vista	208/2001	15/12/2001	01 02	15/12/2003	1.198.871,00 274.942,57	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
29	Andréia	MT	430772	Construção do Centro de Recuperação para Reeducandos em Cuiabá	221/2001	26/12/2001	01	26/12/2002	1.245.925,62	- Foi instaurada a Tomada de Contas Especial, o processo encontra-se na SFCI/CGU desde 19/07/2006. - O Convênio encontra-se com uma parcela em inadimplência suspensa no SIAFI, no valor de R\$ 727.620,57, referente ao débito, em valores históricos. - TCE nº 014/2006
30	Andréia	RR	465297	Projeto de Manutenção do Programa de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas no Estado de Roraima	047/2002	03/09/2002	01 02	03/07/2003	51.732,00 51.732,00	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
31	Carlos	RJ	479551	Construção de Cinturão das Unidades de Segurança Máxima de Bangu – RJ	001/2003	08/05/2003	01 02	08/03/2005	478.080,00 478.080,00	- Em fase de instrução ao processo de instauração da Tomada de Contas Especial.
32	Andréia	MA	480837	Fiscalização e Acompanhamento de Penas Alternativas	012/2003	21/08/2003	01 02	21/11/2003	9.750,00 9.750,00	- Trata-se de Tomada de Contas Especial Simplificada nº 03/2007, conforme arts. 6º e 7º da IN/TCU nº 13/1996. - Valor atualizado até 31/12/2006 –

Item	Técnico	UF	SIAFI	Objeto	Convênio	Assinatura	Parc.	Dt. Vigência	Valor Conc.	Observação
										R\$ 3.313,19. - O Convênio encontra-se na situação de Inadimplente junto ao SIAFI.
33	Carlos	RO	487626	Mutirão na Execução Penal	073/2003	18/10/2004	1	19/08/2004	25.200,00	- Foi autuado o processo e iniciada a fase de instrução à Tomada de Contas Especial, havendo recolhimento do Débito durante esta fase, anterior ao encaminhamento à Coordenação de Contabilidade do Ministério da Justiça e ao TCU. - O convênio encontra-se aprovado no SIAFI.

7.2 Prestação de Contas Aprovada

Conv.	Objeto	Valor	Parecer	Parcela	Assinatura	Dt.Vigência
086/00	CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL PADRÃO DE CAMPINA GRANDE	740.000,00	097/2006	PARCIAL	10/10/200	10/10/2003
030/02	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE MURIAÉ	3.177.205,80	096/2006	FINAL	28/6/2002	28/4/2006
047/03	PROJETO RE-VIVENDO A LIBERDADE	50.150,00	095/2006	FINAL	10/12/2003	17/9/2004
007/04	OPERACIONALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DA VARA DE PENAS ALTERNATIVAS DA COMARCA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA	117.628,80	093/2006	FINAL	20/10/2004	20/12/2005
045/03	ASSISTÊNCIA JURÍDICA À POPULAÇÃO CARCERÁRIA	18.800,00	092/2006	FINAL	16/12/2003	16/6/2004
038/03	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO ESTABELECIMENTO PENAL DE SEGURANÇA MÉDIA DE TRÊS LAGOAS	3.860.812,60	089/2006	FINAL	29/10/2003	28/12/2005
060/04	AUXÍLIO SOCIAL E PSICÓLOGO P/ AGENTES PENITENCIÁRIOS	125.150,00	088/2006	FINAL	23/12/2004	23/4/2006
109/01	AMPLIAÇÃO DO REGIME FECHADO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA "Dº.MÁRIO NEGÓCIO" - MOSSORÓ - RN	588.695,64	087/2006	FINAL	28/8/2001	28/10/2003
078/03	DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICOS DOS FAMILIARES DO APENADO E EGRESSO PARA A FORMAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO	83.226,60	085/2006	FINAL	19/12/2003	13/2/2006
001/04	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODALIDADE DE TRATAMENTO PENAL E GESTÃO PRISIONAL	143.686,90	084/2006	FINAL	17/8/2004	28/2/2006

074/03	NÚCLEO DE ATENDIMENTO PENITENCIÁRIO - NAPEN	36.369,00	083/2006	FINAL	19/12/2003	11/6/2005
059/03	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE BLOQUEADOR DE CELULAR P PENITECIÁRIA NELSON HUNGRIA	778.666,00	082/2006	FINAL	17/12/2003	17/5/2006
038/02	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PATROCÍNIO	3.177.205,80	081/2006	FINAL	7/8/2002	7/4/2006
091/03	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL DE SINOP	7.591.692,78	080/2006	FINAL	22/12/2003	22/12/2005
043/04	ARCA DAS LETRAS	11.700,00	078/2006	FINAL	20/12/2004	19/12/2005
088/03	CONSTRUÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	541.768,59	077/2006	PARCIAL	22/12/2003	22/1/2007
066/02	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PARATIBE	1.273.095,53	076/2006	PARCIAL	23/10/2006	23/6/2007
028/02	CONSTRUÇÃO DA COLÔNIA PENAL DE VESPASIANO	1.759.559,40	075/2006	FINAL	28/6/2002	28/4/2006
133/01	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS	46.564,73	074/2006	FINAL	27/9/2001	21/11/2003
053/03	PROJETO PROFISSIONALIZAÇÃO DE REEDUCANDOS	68.468,00	073/2006	FINAL	16/12/2003	22/6/2005
093/03	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL DE AGUA BOA	7.264.979,60	073/2006	FINAL	22/12/2003	22/12/2005
033/04	AUXÍLIO A FAMÍLIA DE DETENTOS DO PIAUÍ	132.800,00	072/2006	FINAL	21/12/2004	9/9/2005
035/04	PROJETO ARCA DAS LETRAS	11.700,00	071/2006	FINAL	20/12/2004	10/6/2006
042/04	ARCA DAS LETRAS	15.100,00	070/2006	FINAL	21/12/2004	25/12/2005

069/02	OFICINA DE COSTURA PARA REEDUCANDOS	79.445,45	069/2006	FINAL	21/11/2002	21/5/2004
012/04	PERFIL DA POPULAÇÃO EGRESSA PENITENCIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ	38.666,06	067/2006	FINAL	29/11/2004	29/11/2005
078/01	PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECUPERANDOS	300.000,00	066/2006	FINAL	10/8/2006	10/12/2003
035/03	PROJETO AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE CAMPO GRANDE	421.105,22	065/2006	FINAL	15/10/2003	15/12/2004
038/04	PROJETO PENAS ALTERNATIVAS	63.190,00	064/2006	FINAL	20/12/2004	31/12/2005
016/02	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE UBERABA	3.177.205,80	063/2006	FINAL	7/6/2002	7/4/2006
034/04	IMPLANTAÇÃO DE ESTUFAS DE PLASTICULTURA P/ PRODUÇÃO DE OLERÍCOLAS E UM VIVEIRO DE MUDAS NA COLÔNIA PENAL ÊNIO PINHEIRO	48.610,00	062/2006	FINAL	20/12/2004	30/4/2006
074/03	NÚCLEO DE ATENDIMENTO PENITENCIÁRIO - NAPEN	36.369,00	061/2006	FINAL	19/12/2003	11/6/2005
045/04	REINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS DA COMARCA DE PORTO VELHO	184.279,57	060/2006	FINAL	20/12/2004	30/12/2005
069/03	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COLONIA AGRÍCOLA MAJOR CÉSAR DE OLIVEIRA/PI	2.043.133,29	059/2006	FINAL	19/12/2006	19/1/2006
054/03	PROJETO EDUCAR PARA REINTEGRAR	184.279,57	058/2006	FINAL	16/12/2003	30/7/2005
082/03	CONCLUSÃO DA PENITENCIÁRIA MODELO EDVAM MARINO ROZENDO	3.735.979,00	057/2006	PARCIAL	19/12/2006	19/9/2006
037/04	CAPACITAR P/ RESSOCIALIZAR	54.889,86	055/2006	FINAL	20/12/2006	30/4/2006

062/03	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE LAURO FREITAS	4.680.759,54	054/2006	PARCIAL	17/12/2006	19/1/2006
022/03	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRESÍDIO SENADOR LEITE NETO	1.038.638,31	053/2006	FINAL	22/9/2003	22/8/2005
009/04	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DR. JOSÉ MÁRIO ALVES DA SILVA - URSO BRANCO	1.312.757,70	051/2006	FINAL	24/11/2004	24/11/2005
060/03	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO SIATEMA DE CICUITO FECHADO DE TELEVISÃO - CFTV	1.108.499,56	050/2006	FINAL	17/12/2003	17/8/2005
049/03	PROJETO EDUCAÇÃO PARA A VIDA	39.450,45	049/2006	FINAL	16/12/2003	16/9/2005
008/01	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA MODELO DE JOÃO PESSOA I	1.500.000,00	048/2006	PARCIAL	29/3/2001	28/6/2006
009/01	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA MODELO DE JOÃO PESSOA	1.500.000,00	047/2006	PARCIAL	29/3/2001	28/6/2006
143/01	EXECUÇÃO DE REPAROS GERAIS NO PRÉDIO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL EM PIRAQUARA	756.916,29	044/2006	FINAL	4/10/2001	31/12/2003
181/01	CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL DE TIMON	1.581.858,49	043/2006	FINAL	29/11/2001	29/12/2003
080/01	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE CELAS DA PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO - PLB	2.348.977,43	042/2006	FINAL	7/11/2003	9/2/2004
042/02	AMPLIAÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA	488.020,62	041/2006	FINAL	3/9/2002	3/12/2004
076/03	PROJETO DOCE CIDADANIA	9.472,00	040/2006	FINAL	19/12/2003	19/11/2004

107/01	AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE	1.267.936,00	039/2006	FINAL	28/8/2001	30/3/2004
024/04	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DETECTORES DE METAL NOS PRESÍDIOS	43.155,07	038/2006	FINAL	23/12/2004	23/10/2005
184/01	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSQUIÁTRICO	4.444.570,73	037/2006	FINAL	29/11/2001	29/10/2004
086/03	CONSTRUÇÃO DE UM BLOCO CARCERÁRIO NA CADEIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA	999.086,99	035/2006	FINAL	22/12/2003	22/7/2005
052/02	PROJETO TELECURSO 2000	92.070,00	034/2006	FINAL	26/9/2002	26/12/2003
003/03	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CEAPA	52.920,00	033/2006	FINAL	15/5/2003	3/11/2003
026/01	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PARANAMIRIM	1.612.892,72	032/2006	FINAL	30/4/2001	28/1/2004
005/02	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE BAURÚ	6.596.342,54	031/2006	FINAL	2/4/2002	2/12/2003
131/00	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRESÍDIO DE ITAMARACÁ	1.026.304,33	030/2006	FINAL	27/12/2000	27/11/2003
036/01	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA PENITENCIÁRIA BARRETO CAMPELO	1.196.128,91	020/2006	FINAL	23/5/2001	23/9/2003
097/03	PROJETO ARCA DAS LETRAS	10.789,20	019/2006	FINAL	19/12/2003	19/4/2005
063/03	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA INDUSTRIAL DA PENITENCIÁRIA HARRY AMORIM COSTA DOURADOS	179.100,00	018/2006	FINAL	17/12/2003	17/5/2004
068/03	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE MÉDIO PORTE	945.446,98	016/2006	PARCIAL	17/12/2003	17/1/2006

016/04	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS E DOS NÚCLEOS INSTALADOS EM GOIÁS E CRIAÇÃO DE NOVOS NÚCLEOS NO INTERIOR DO ESTADO	153.974,00	015/2006	FINAL	30/11/2004	12/8/2005
031/03	CONSTRUÇÃO DO PREDÍCIO ESTADUAL METROPOLITANO III	11.980.778,46	014/2006	FINAL	17/10/2003	1/10/2004
089/03	CONSTRUÇÃO NA CADEIA DE 12 CELAS EM BUÍQUE	238.586,46	013/2006	PARCIAL	22/12/2003	22/3/2006
007/02	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE DIADEMA	896.420,11	012/2006	PARCIAL	2/4/2002	2/2/2006
054/03	PROJETO EDUCAR PARA REINTEGRAR	122.854,00	011/2006	PARCIAL	16/12/2003	30/7/2005
211/01	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA COZINHA INDUSTRIAL E UMA PADARIA NAS DEPENDÊNCIAS DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL AGRÍCOLA "DR. MÁRIO NEGÓCIO"	131.003,10	010/2006	FINAL	20/12/2001	20/9/2004
022/03	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRESÍDIO SENADOR LEITE NETO	756.147,91	009/2006	PARCIAL	22/9/2003	22/8/2005
182/01	CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL DE PEDREIRAS	1.581.858,49	006/2006	FINAL	29/11/2001	29/12/2003
058/03	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA NO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA	452.760,84	004/2006	PARCIAL	17/12/2003	17/4/2006
014/01	CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO PENAL DE JUAZEIRO	2.524.271,49	001/2006	FINAL	27/4/2001	27/4/2004

8. Ações Disciplinares – Correicionais

Os relatórios sintéticos relativos a procedimentos correicionais instaurados no exercício de 2006 são abordados em tópico próprio inserido no processo de Tomada de Contas Anual do Departamento.

9. Considerações Finais

O Departamento Penitenciário Nacional é um órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210, de 11/07/1984 e as diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

O ano de 2006 representou um marco institucional para o Departamento à medida que passou a gerenciar o Sistema Penitenciário Federal. A inauguração da primeira Penitenciária Federal, em Catanduvas/PR, simboliza a implementação de uma estratégia de apoio aos Estados, já que proporciona o isolamento de presos de alta periculosidade, contribuindo para a desarticulação de facções criminosas.

A implementação do Sistema Penitenciário Federal terá seqüência em 2007 com o funcionamento da recém inaugurada unidade de Campo Grande/MS e a conclusão das obras das unidades penais federais de Mossoró/RN e Porto Velho/RO. O terreno para edificação da quinta Penitenciária Federal está sendo buscado junto a Estados da Região Sudeste.

Para operacionalizar as Penitenciárias Federais, em 2006 o Departamento capacitou 490 Agentes Penitenciários Federais, distribuídos em três turmas. Gestões junto ao Ministério do Planejamento já foram deflagradas com o intuito de ampliar o contingente de Agentes Penitenciários e para criação de carreira técnica penitenciária.

A superlotação prisional é um dos mais graves problemas que assolam os sistemas penitenciários dos Estados. Buscando atenuar esse problema e a partir de uma sólida política de financiamento de projetos baseada nas realidades regionais, o Departamento Penitenciário Federal investiu cerca de R\$ 170,0 milhões na contratação de 7.720 novas vagas. Nesse contexto, merece destaque a criação de mais 6.992 novas vagas fruto de convênios celebrados em anos anteriores.

A política de fomento à aplicação de penas e medidas alternativas vem angariando ótimos resultados. Hoje no País, há a estimativa de aplicação de cerca de 170.000 Penas e Medidas, envolvendo 39 Centrais, 56 Núcleos de Apoio no interior dos Estados e 7 varas judiciais especializadas.

O módulo “Gestão” do Sistema de Informações Penitenciárias – Infopen – está em franco processo de evolução, e, quando concluído, representará para os Estados uma importante ferramenta de gestão penitenciária. Já o módulo “Estatística” é periodicamente alimentado

pelos Estados, possibilitando ao Departamento a identificação de parâmetros que subsidiam a elaboração de políticas penitenciárias.

No campo da reintegração social do preso, grande avanços foram registrados em 2006, merecendo destaque o fortalecimento de Parcerias Interministeriais que contribuem na reintegração do preso à sociedade e na redução dos índices de reincidência criminal:

- **Ministério da Saúde:** Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777/2003 - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. São 140 equipes cadastradas em 10 Estados, promovendo o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos. Cada equipe possui: médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário;

- **Ministério da Educação:** Protocolo de Intenções - visando à alfabetização e à elevação de escolaridade da população presa e egressa. A Resolução nº 23/2005 do Programa Brasil Alfabetizado consolidou a população prisional como um de seus públicos prioritários. Os alfabetizadores atuantes no Sistema Penitenciário recebem incentivos específicos e a abordagem metodológica é diferenciada. São 5.954 alfabetizandos matriculados em 20 estados e no Distrito Federal. A UNESCO incorporou o tema da educação prisional na agenda de duas iniciativas internacionais das Nações Unidas: a “Educação para Todos” e a “Década das Nações Unidas para a Alfabetização”;

- **Ministério do Trabalho:** Elaboração de Termo de Referência para a promoção de ações conjuntas voltadas à inclusão de presos, egressos e seus familiares em iniciativas de economia solidária, oferecendo uma alternativa de trabalho e renda;

- **Ministério de Desenvolvimento Agrário:** Articulações para capacitação profissional em temas como desenvolvimento rural sustentável, técnicas agropecuárias, agroindústria e agricultura familiar. Os primeiros pilotos dessa idéia, denominado de Projeto “Nascer da Terra”, já está em implementação nos Estados do Rio grande do Norte e de Alagoas;

- **Secretaria de Políticas para Mulheres:** Política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à atenção à saúde, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares.

No ano de 2006, os servidores do Sistema Penitenciário não foram esquecidos. Importa registrar a consolidação de uma política pública de educação em serviços penais de caráter permanente e articulada com as unidades da Federação. Além de inúmeros cursos de formação por todo país e da formação do Cadastro Nacional de Especialistas no Conhecimento e no Ensino dos Temas da Execução Penal, o Departamento incentivou a instalação de escolas penitenciárias em todo país. Em 2006, foram financiadas a instalação de 5 escolas, totalizando 19 escolas penitenciárias entre as 27 unidades da federação.

O tema “execução penal” é muito complexo, assim como é complexa a tarefa de elaborar e implementar políticas públicas envolvendo a população prisional. O Departamento Penitenciário Nacional vem gradativamente superando dificuldades de todas as ordens – políticas, estruturais e operacionais – na busca contínua de aprimorar seus instrumentos de gestão. Norteados acima de tudo pelo interesse público, encerramos mais um exercício na certeza de ter contribuído para atenuar os flagelos dos sistemas penitenciários locais e para construir um caminho propício à reintegração social do preso no Brasil.

MAURÍCIO KUEHNE

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

Anexo I

Passagens e Diárias iniciadas no final de semana (incluindo a sexta-feira e excluindo do domingo) ou feriados

(Em atendimento à alínea “d” do item 3.3.3.4 da Norma de Execução nº 03, de 28.12.2006)

PROPOSTO	TRECHO	PERÍODO	VALORES EM R\$ 1,00		OBJETIVO
			PASSAGEM	DIÁRIAS	
Fábio Costa Sá e Silva	BSB/SÃO/BSB	24/03 a 25/03	635,24	270,29	Participar do encerramento do Treinamento Módulo III no Estado de São Paulo do Projeto "Melhoria da Gestão Penitenciária".
Heidi Anncernecka	SÃO/BSB/SÃO	17/02 a 19/02	703,24		Seminário em Conjunto DEPEN/Pastoral Carcerária Nacional
Helena Maria da Silva	SÃO/BSB/SÃO	17/02 a 19/02	703,24		Seminário em Conjunto DEPEN/Pastoral Carcerária Nacional
Kenia Resende de Lima	SÃO/BSB/SÃO	17/02 a 19/02	703,24		Seminário em Conjunto DEPEN/Pastoral Carcerária Nacional
José de Jesus Filho	SÃO/BSB/SÃO	17/02 a 19/02	703,24		Seminário em Conjunto DEPEN/Pastoral Carcerária Nacional
Marcelo Fernandes de Nardi	SÃO/BSB/SÃO	17/02 a 19/02	703,24		Seminário em Conjunto DEPEN/Pastoral Carcerária Nacional
Alfredo Carlos Carneiro de Araujo	MAO/BSB/MAO	24/03 a 20/08	530,62	17.188,84	Colaboração com este Departamento Penitenciario Nacional no curso de formação dos agentes penitenciários.
Fábio Costa Morais Sá e Silva	BSB/SAO/BSB	12/05 a 13/05	638,24	270,30	Participar do fórum Público no estado
Fábio Costa Morais de Sá e Silva	BSB/NAT/BSB	02/06 a 03/06	1.038,24	257,92	Participar da reunião com o grupo gestor do projeto nascer da terra no rio Grande do norte
Edson Collet Ibiapina	BSB/SAO/BSB	02/06 a 03/06	361,24	262,94	Participar de audiência com o Senhor Procurador Regional da União em São Paulo
Marlene Angelina Brito dos Santos	JPA/BSB/JPA	03/06 a 10/06		773,13	A servidora foi solicitada por este Departamento para correção dos testes psicologicos dos agente penitenciários.
Mauricio Kuehne	BSB/CWB/CAC/CW B/SÃO/BSB	09/06 a 12/06	1.960,56	286,31	09/06 Reunião com o Diretor do Hospital de Cascavel, dia 12 no Paraná proferir palestra em São Paulo reunião na SAP
Alexandre Cabana de Queiroz Andrade	BSB/IGU/BSB	09/06 a 11/06	1.473,54	352,90	Inspeccionar os trabalhos de montagem dos equipamentos integrantes da Plataforma de inteligencia do sistema Penitenciário Federal

Maurício Kuehne	BSB/SÃO/BSB	14/07 a 14/07	1.108,24	121,85	Acompanhar o Sr. Ministro da Justiça em uma audiência com o governador do estado de São Paulo e reunião com o Secretario de Administração Penitenciária.
Alexandre Vieira Filho	BSB/IGU/BSB	21/7 a 22/7	2.534,04	202,24	Entregar material de uso controlado nas dependências da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
José Wellington Ferreira	BSB/IGU/BSB	21/7 a 22/7	2.534,04	202,24	Entregar material de uso controlado nas dependências da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
Francisca Das Chagas Oliveira Cardoso	BSB/Catanduvas-PR	21/7 a 17/10	1.994,04	6.965,94	Fazer parte do corpo médico para atuar na Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
Bruno Luz Caixeta	BSB/Catanduvas-PR	21/7 a 19/8	2.815,28	2.264,04	Fazer parte do corpo médico para atuar na Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
Lilian Maria De Castro	BSB/Catanduvas-PR	21/7 a 17/10	1.994,04	8.484,60	Fazer parte do corpo médico para atuar na Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
Ivonice Setubal Mourão	BSB/Catanduvas- PR	21/7 a 17/09	1.994,04	4.546,90	Fazer parte do corpo médico para atuar na Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva	BSB/GYN/BSB	11/08 a 11/08	153,04	117,72	Participar no estado de Goiás de reunião com representantes da Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Justiça e Secretaria Municipal de saúde de Goiania
Kenarik Boujikian Felipe	SÃO/POA/SÃO	11/08 a 12/08	668,24	240,53	Participar dos Trabalhos que estão sendo realizados pela Coordenação Geral de Reintegração Social e Ensino
Alexandre Vieira Filho	BSB/IGU/BSB	11/08 a 12/08	2.264,04	202,24	Entregar material de uso controlado nas dependências da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
Tacyana Bezerra Segovia	BSB/IGU/BSB	11/08 a 12/08	2.154,04	202,24	Entregar material de uso controlado nas dependências da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
Renata Helena Coelho Sousa	BSB/CGR/BSB	05/08 a 09/08	1.254,04	431,33	Realização dos exames de sanidade mental e físicos nos Agentes Penitenciários em Campo Grande
Dalmir Florencio Pedra	BSB/CGR/BSB	05/08 a 09/08	1.254,04	558,59	Realização dos exames de sanidade mental e físicos nos Agentes Penitenciários em Campo Grande
Andre Medeiros Varanda	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 14/9		3.065,61	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande
Bruno Telles	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 14/9		3.065,61	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande

Claudir Camacho Mendes	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 14/9		3.065,61	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande
Marcelo C. A. Macintyre	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 14/9		3.065,61	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande
Renato Bacchi C. Da Costa	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 9/10		5.291,86	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande
Ricardo Yojoy Ogawa	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 9/10		5.291,86	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande
Roberto Arruda N. Lima	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 9/10		5.291,86	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande
Ricardo Marques Sarto	Catanduvas-PR/CGR-MS	11/8 a 14/9		3.065,61	Auxiliar na Segurança da Penitenciária Federal de Campo Grande
Julio Cesar Barreto	Catanduvas-PR/BSB	19/8 a 15/11		8.742,68	Monitorar novos agentes no 2º curso de capacitação de agente penitenciários federais
Rafael De Lima Chaves	Catanduvas-PR/BSB	19/8 a 15/11		8.742,68	Monitorar novos agentes no 2º curso de capacitação de agente penitenciários federais
Maurício Kuehne	BSB/IGU/BSB	07/09 a 08/09	1.882,66	325,04	O Diretor Geral irá tratar de rotina administrativas, procedimentos da comissão técnica de classificação e reunião com a comissão disciplinar da unidade na penitenciária de Catanduvas.
Itacy Silva Bazanelli Bicudo	JPA/BSB/JPA	29/09 a 08/10	1.394,04	1.992,62	Avaliação Psicológica dos Agentes Penitenciários Federais
Cristiane Lorena do Castro Peixoto	FOR/BSB/FOR	29/09 a 08/10	948,24	1.617,35	Avaliação Psicológica dos Agentes Penitenciários Federais
Salvador Juliano Neto	RIO/BSB/RIO	29/09 a 08/10	658,24	2.012,38	Avaliação Psicológica dos Agentes Penitenciários Federais
Carla Poliane Leite Fabrício Vieira	BSB/RBR/BSB	12/10 a 15/10	1.330,04	178,69	Realizar visita de inspeção na Unidade de Recuperação Social "Manoel Néri da Silva" bem como vistoriar a fábrica de móveis planos e velas e acompanhar o projeto "Pintando a Liberdade" no Estado do Acre no dia 13/10/06
Lásaro Moreira da Silva	BSB/CGR	20/10 a 20/10	1.293,54	106,03	Ministrar palestras para a 3ª turma de Agentes Penitenciários Federais, em Campo Grande - MS, visando a capacitação dos mesmos

Maurício Kuehne	BSB/CWB/BSB	12/10 a 16/10	818,24		Audiência no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Grecio Nogueira Grecio	VIX/BSB/VIX	6/10/2006	1.134,04		Participar de reunião no dia 06/10 de outubro de 2006, neste ministério
Herbert José Almeida Carneiro	BH/BSB/BH	6/10/2006	398,24		Participar de reunião no dia 06/10 de outubro de 2006, neste ministério
Alexandre Cabana de Queiroz Andrade	BSB/CGB/BSB	27/10 a 30/10	1.973,54	530,96	Instalação de equipamentos relacionados á tecnologia da informação para utilização no curso de capacitação da III turma de agentes penitenciários
Márcia de Alencar Araujo Matos	BSB/REC/BSB	12/10 a 14/10	1.318,24	418,75	Participar de reunião na secretaria de justiça de pernambuco referente ao II CONAPA
Ivo da motta Azevedo Corrêa	BSB/SANJOSÉ/BSB	13/10 a 21/10		2.774,74	Participar de Oficina do projeto : Sistemas Penitenciários e Direitos Humanos
André Luiz de Almeida e Cunha	BSB/PVH/FOZ/BSB	13/10 a 16/10	1.479,00	489,74	Missão Sigilosa
Luiz Flavio Gomes	REC/SSA	24/11/2006	329,12		Participar do II Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas - II CONEPA
Euclides Calil Filho	REC/BVB	25/11/2006	1.589,62		Participar do II Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas - II CONEPA
Tatiana de Almeida Caldeira	CGB/CGR/CGB	02/11 a 04/11	549,84	347,03	Ministrar aulas no III curso de formação de agentes penitenciários
Daise Beckmann Morel Luck	CGB/CGR/CGB	02/11 a 04/11	549,84	347,03	Ministrar aulas no III curso de formação de agentes penitenciários
Maurício Kuehne	CWB/CAC/CWB	17/11 a 17/11	771,20	121,77	Visando cumprimento de missão na penitenciária federal de canduvas
Mauricio Kuehne	BSB/CWB/BSB	15/11 a 19/11	1.606,24		Ministrar palestra na escola penitenciária do estado do paraná
Ana Cristina de Alenca Bezerra	BSB/SAO/BSB	14/11 a 14/11	403,74	116,83	Participar da Assenbléia Nacional da Pastoral Carcerária
Francisco de assis Guimarães Sbrinho	BSB/GYN/BSB	24/11 a 26/11		250,34	Participar de forum de psicologia jurídica na cidade de rio verde
Raul José dos Santos Grumbsch	BSB/REC/BSB	24/11 a 25/11	869,24	240,53	Participar da solenidade de encerramento do II CONEPA

Alfredo Carlos Carneiro de Araujo	FOZI-GU/BEL/FOZIGU	24/11 a 25/11	3.202,54	233,17	Realizar Transferência de preso do complexo Penitenciário de catanduvas para Belem
Adalberto Brambila	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Curso de Capacitação
Adriano Furlan Rodrigues	CGR/BSB	19/08 a 02/09	594,92	7.787,46	Curso de Capacitação
Adriano de Queiroz Andrade	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Curso de Capacitação
Alex Andrade Rios	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.294,04	7.584,52	Curso de Capacitação
Alexandre Balas	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Curso de Capacitação
Andre Carlos Nery	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.294,04	7.787,46	Curso de Capacitação
Andre chagas Moraes da Costa	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.374,04	7.787,46	Curso de Capacitação
Andre José da Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.374,04	7.685,99	Curso de Capacitação
André Pantar Pinheiro	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Curso de Capacitação
Antonio Justino Vasconcelos Vigna	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Curso de Capacitação
Bruno Cesar de Lima Barbosa	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,02	7.685,99	Curso de Capacitação
Bruna Rios Muniz	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.685,99	Curso de Capacitação
Bruno Araujo Lobo	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.374,04	7.787,46	Curso de Capacitação
Claudio Vinicius Vieira Masson	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Curso de Capacitação
Cristiano Tavares Torquato	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Curso de Capacitação

Clayton se Sousa Galdino	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Curso de Capacitação
Cintia Rangel Assunção	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.314,04	7.787,46	Curso de Capacitação
Cristian Veiga Dantas	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Curso de Capacitação
Cristiano Cruz Carneiro	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Curso de Capacitação
Cristovaldo Alves Rocha	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.733,04	Curso de Capacitação
Italo Araujo Lamb	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Jader Pompeu Mendes	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.685,99	Participação no curso de capacitação
Juliana Lopes Costa	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participação no curso de capacitação
Jander Santiago da Frota	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participação no curso de capacitação
Marcos Vinicius Mugnol	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participação no curso de capacitação
José Afrânio Fernandes Al- coforado Filho	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Jorge Moreira Melo	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Josy Cristina da Silva Rodri- gues	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participação no curso de capacitação
Juliana Estácio Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
João Batista Catalano	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participação no curso de capacitação
José Carlos Garcia Bueno Junior	CGR/BSB	19/08 a01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação

Joao André Gimes	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participação no curso de capacitação
Jackline Martins Oviedo	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participação no curso de capacitação
João Cléverson Pereira	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
João Batista de Souza Junior	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.685,99	Participação no curso de capacitação
Karen Cristina Cordova Costa	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Leonardo Rosa Maia	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.685,99	Participação no curso de capacitação
Marcos Camargo Fontes	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Marcelo Giacomini Padilha	CGR/BSB	19/08 a 01/11	699,12	7.732,10	Participação no curso de capacitação
Marco José Pereira da Boa Hora Junior	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Marcelo Gustavo de Matos Carvalho	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Marcia Valeria G. da Silva Amorim	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participação no curso de capacitação
Marcelo Marques Miranda	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participação no curso de capacitação
Márcia Lourdes Nunes	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.631,01	Participação no curso de capacitação
Marcel Motta Vieira	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participar do curso de capacitação
Miguel Carneiro Dias Junior	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Milenna Santana Lima	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação

Maria Alice Telles Mizuno	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Nestor Gonçalves de Amorim Neto	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Nilson Roberto da Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Nilton Soares de Azevedo	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Patrícia Andrey Gimenes Kobus Conrado	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Paulo Henrique Medeiros de Amorim	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Paulo Ricardo Bezerra da Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Paulo Roberto Camargo	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participar do curso de capacitação
Pedro Paulo Valença de Andrade	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.685,99	Participar do curso de capacitação
Pércio Baldi	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Peter Gondin da Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Ricardo Pizi Bonini	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Ricardo Francisco de Castro	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Rogério de Arruda Baicere	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.294,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Roberto Pereira da Cruz	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Paulo Roberto de Sousa Batista	CAC/BSB	18/08 a 01/11	824,92	7.888,93	Participar do curso de capacitação

Raidon Paulo Rodrigues	CAC/BSB	18/08 a 01/11	824,92	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Ralph Almeida de Oliveira	CAC/BSB	18/08 a 01/11	824,04	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Reginaldo de Oliveira Luiz	CAC/BSB	18/08 a 01/11	824,92	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Reinero Rocha Costa Filho	CAC/BSB	18/08 a 02/11	1.774,04	7.997,76	Participar do curso de capacitação
Rildo Santos de Oliveira	CAC/BSB	18/08 a 01/11	824,92	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Robson de Oliveira	CAC/BSB	18/08 a 01/11	824,92	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Rodolfo lopes Pereira	CAC/BSB	18/08 a 01/11	824,92	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Rodrigo Castro Cesca	CAC/BSB	18/08 a 02/11	1.774,04	7.997,76	Participar do curso de capacitação
Rogério Antonio Vidotte	CAC/BSB	18/08 a 01/11		7.833,95	Participar do curso de capacitação
Samuel Felipe Maia	CAC/BSB	18/08 a 01/11	704,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Sandro Abel Sousa Barradas	CAC/BSB	18/08 a 02/11	1.653,54	7.997,76	Participar do curso de capacitação
Carlos Henrique da Silva	CAC/BSB	18/08 a 01/11	933,20	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Carlos Luis Vieira Pires	CAC/BSB	18/08 a 01/11	421,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Cassio Arantes do Nascimento	CAC/BSB	18/08 a 01/11	421,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Chistiane Mourão Bezerra	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Claudio Roberto Tropp	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.787,46	Participar do curso de capacitação

Clayton de Oliveira Marreiros	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,56	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Daniela Paganelli Rodrigues	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Evaldo Santos Rocha	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Evandro Bitencourt Guedes	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Fabiano Moza do Nascimento	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Fabio Rodrigo Geroldini	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.685,99	Participar do curso de capacitação
Fabricio arocco Alves Correa	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Felipe dos Santos Bezerra	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Fernando Braulio Goulart	CAC/BSB	18/08 a 02/11	1.452,70	7.997,76	Participar do curso de capacitação
Flávio Cedraz da Silva	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Gesi Vieira Nascimento Filho	CAC/BSB	18/08 a 01/11	1.115,20	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Guilherme Alexandre ramos	CAC/BSB	18/08 a 01/11	1.015,20	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Humberto lima rosa Junior	CAC/BSB	18/08 a 01/11		7.833,95	Participar do curso de capacitação
Ignez Kazue Sette Silva	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
João Carlos fresatto	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação
João Gabriel lopes dos Santos	CAC/BSB	18/08 a 01/11	503,58	7.888,93	Participar do curso de capacitação

Roberto Cesar Campos Souza	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participar do curso de capacitação
Renato de Azevedo do Nascimento	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Rodrigo Almeida Morel	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Richard Rodrigues Baranski	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Sandra Aparecida Pereira Pallaro	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Sergio Alexandre Lima	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Staine Tavares de Barros	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Juliana Estácio Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Stephenson Adolpho Athayde de Siqueira	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.294,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Silvia Cristina de Mello Bottega	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.294,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Thiago Mele de Andrade	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	6.330,08	Participar do curso de capacitação
Thiago Luis de Sousa Amaral	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Thiago Silva Leonel	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participar do curso de capacitação
Thiago Borges Rodrigues	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Thiago Aluísio de Sousa	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Tony Fabrício Aleixo Farias	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.294,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação

Wendel MarcosGaidargi dos Santos	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Wagner Fernandes	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Wesley Vasconcelos Lopes	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participar do curso de capacitação
Wendell Klimpel do Nascimento	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.294,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Wesley Machado Pereira	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Wisdon Calado Barbosa	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Daniela Geumarci Rodrigues	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.314,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Docimar José Pinheiro de Assis	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Daniel Otsubo de Paula	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Denislei Luiz da Costa	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Daniel Aparecido Lopes Aguiar	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
Diana Mara Cruz lima	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.787,46	Participar do curso de capacitação
David Rodrigues Menezes	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.383,54	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Dennis Wilber Rodrigues da Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Elcio Lincoln kogachi	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Flavio Espindola Rezende	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.544,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação

Francisco Tadeu Erthal da Silva	CGR/BSB	19/08 a 30/08	594,92	1.247,65	Participar do curso de capacitação
Flavio Parrilha	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.732,48	Participar do curso de capacitação
Felipe Oliveira Cortez	CGR/BSB	19/08 a 02/10	594,92	2.907,97	Participar do curso de capacitação
Gilman Pereira de Macedo	CGR/BSB	19/08 a 01/11		7.631,01	Participar do curso de capacitação
Gilmar Rodrigues de Oliveira	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.685,99	Participar do curso de capacitação
Gisele Pereira Peres	CGR/BSB	19/08 a 01/11	599,12	7.732,48	Participar do curso de capacitação
Gerson Gomes Gameiro	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Gelson Luiz Antunes	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Gilberto Elias da Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	699,12	7.732,48	Participar do curso de capacitação
Henri Charle Gama e Silva	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.787,46	Participar do curso de capacitação
Henrique Batista Abreu	CGR/BSB	19/08 a 01/11	1.194,04	7.733,04	Participar do curso de capacitação
Humberto Cleydson Fontinele Alencar	CGR/BSB	19/08 a 01/11	594,92	7.483,05	Participar do curso de capacitação
Sérgio Roberto Mele Junior	CAC/BSB	18/08 a 01/11	704,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Susana Portilho Troncoso	CAC/BSB	18/08 a 01/11	704,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Vagner Correia de Mello	CAC/BSB	18/08 a 15/10	1.653,54	7.997,76	Participar do curso de capacitação
Vangela Silva Avelar	CAC/BSB	18/08 a 01/11	704,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação

Vicente César Stabile Gravi- na	CAC/BSB	18/08 a 01/11	704,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Vladmir Pereira Simões de Sousa	CAC/BSB	18/08 a 01/11	704,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Washington do Nascimento Perreira	CAC/BSB	18/08 a 02/11	654,42	7.997,76	Participar do curso de capacitação
William Marques	CAC/BSB	18/08 a 1/11	654,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Eduardo Tadeu Guimarães Alves	CAC/BSB	18/08 a 01/11	704,42	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Guilherme da Luz Mattos	CAC/BSB	18/08 a 1/11	1.216,04	7.888,93	Participar do curso de capacitação
Luis Antonio dos Santos	CAC/BSB	18/08 A 01/11		7.833,95	Participar do curso de capacitação
Diego Montovaneli do Mon- te	CAC/CGR/CAC	15/12 a 22/12	395,00	699,83	Apoiar as atividades referentes á inauguração da penitenciária federal de Campo Grande/MS
Francisca das Chagas Olivei- ra Cardoso	BSB/CAC	22/12 a 02/1/2007	950,62	1.017,86	Fazer parte do corpo médico para atuar na penitenciária federal de catanduvras
André Luiz de Almeida e Cunha	BSB/VIX/IGU/BEL	29/12 a 31/12	1.399,54	123,71	Missão Sigilosa
Márcia de Alencar Araujo Matos	BSB/CAC/BSB	01/12 a 02/12	538,24	270,30	Reunião com a Coordenação de Penas Alternativas da Vara de Execução Criminal de estado do Rio de Janeiro

Anexo II
Obras Inspeccionadas

UF	Conv. nº	Objeto	Data	Técnico	Situação	Providências
AM	036/03	Construção da Penitenciária de Manaus	24/1	Viviane Bahia	Relatório de Vistoria de Obra nº 007, de 31/1/2006. Conclusão Técnica: Parede externa de algumas celas falta acabamento e segurança, placa de obra com valores diferentes do conveniado.	Of. 230, de 9/2/2006, solicitando saneamento da pendências e mencionando o Relatório anteriormente enviado ao Estado.
			2/3	Augusto Cristiano	Relatório de Viagem nº 020, de 10/3/2006. Conclusão Técnica: A obra está em fase de conclusão, o Estado deverá providenciar ajustes nos serviços citados no referido relatório ; e documentação técnica	Of. 476, de 16/3/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
			17//5		Relatório de Viagem nº 045, de 23/5/2006. Conclusão Técnica: Obra em fase de conclusão; o Estado deverá apresentar nova solicitação de adequação da obra em virtude das alterações identificadas e outras, se houverem,.	Of. 948, de 26/5/2006, para conhecimento e saneamento da pendências. Of. 1288, de 6/7/06 reiterando. Of. 1895, de 15/9/2006, ressalta que ainda existem diligências a serem cumpridas pela Secretaria.
BA	062/02	Construção do Conjunto Penal de Itabuna	30/5	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 049, de 5/6/2006. Conclusão Técnica: Foram detectadas incongruências na documentação técnica conveniada e ainda deverão ser ajustadas. O Estado deverá solicitar TA de adequação.	Of. 1036, de 6/6/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.

			11/8		Relatório de Vistoria de Obra nº 076, de 23/8/2006. Conclusão Técnica: Permanecem incongruências na documentação técnica conveniada e ainda alterações na obra efetivadas sem consulta ao DEPEN, que deverão ser ajustadas; Deverá ser solicitado TA de adequação.	Of. 1769, de 31/8/2006, para conhecimento e saneamento de pendências. Of. 2429, de 14/11/2006, solicita saneamento de pendências para formalização de aditivo.
			8/11		Parecer Técnico nº 578/2006, de 14.11.2006. Conclusão Técnica: Houve o atingimento dos objetivos, tendo sido geradas as vagas e construída a área conveniada.	Lavrado o Termo de Declaração de Execução de Serviços, no total de 99,45%, em 14/11/2006.
BA	062/03	Construção da Penitenciária de Lauro de Freitas	29/5	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 048, de 5/6/2006. Conclusão Técnica: Foram detectadas diversas alterações na obra que deverão ser ajustadas. O Estado deverá solicitar TA de adequação.	Of. 1035, de 7/6/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
			9/8		Relatório de Vistoria de Obra nº 075, de 23/8/2006. Conclusão Técnica: Foram detectadas diversas alterações na obra efetivadas sem consulta ao DEPEN que deverão ser ajustadas.	Of. 1770, de 31/8/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
			14/11		Parecer Técnico nº 577/2006, de 14.11.2006. Conclusão Técnica: Houve o atingimento dos objetivos, tendo sido geradas as vagas e construída a área conveniada.	Lavrado o Termo de Declaração de Execução de Serviços, no total de 99,66%, em 14/11/2006.
CE	039/03	Ampliação do Instituto Penal Feminino - IPF - Auri Moura Costa	23/1	Augusto Cristiano	Relatório de vistoria nº 029/2006, de 4/4/2006. Obra recebida parcialmente (obra civil originalmente conveniada). Em execução aumento de metas (equipamentos de segurança).	Lavrado Termo de Aceitação Parcial em 6/3/2006.

			31/8			Lavrado Termo de Aceitação Definitivo em 31/8/2006.
DF	017/04	Infra Estrutura Penitenciária PIII e PIV - Setor C - DF	19/7	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 65, de 19/7/2006. Conclusão Técnica : Obra concluída, o Estado deverá providenciar correção das pendências constantes de IV - Vistoria.	Of. 1448, de 27/7/2006, solicitando saneamento das pendências. Of. 1951, de 21/9/2006 solicitando saneamento da pendências.
			12/12		Relatório de Vistoria de Obra nº 136, de 12/12/2006. Conclusão Técnica : Obra concluída, o Estado deverá providenciar correção das pendências constantes de IV - Vistoria.	Of. 2823, de 15/12/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
DF	027/04	Construção do Módulo de Vivência - Bloco "F" - PIV - Setor C - DF	3/5	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 40, de 5/5/2006 Conclusão Técnica: Obra concluída, mas o Estado deverá providenciar correção de algumas pendencias.	Of. 821, de 11/5/2006, solicitando saneamento da pendências. Of. 1950, de 21/9/2006, solicitando novamente saneamento da pendências.
			12/12		Relatório de Vistoria de Obra nº 137, de 12/12/2006. Conclusão Técnica: Obra concluída, mas o Estado deverá providenciar correção de algumas pendencias.	Of. 2828, de 15/12/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
ES	012/00	Objetivo: Prestar apoio técnico ao Estado, na avaliação arquitetônica da Casa de Custódia de Viana e na proposição de soluções físicas	14/6	Augusto Cristiano	Relatório de Viagem nº 056, de 16/6/2006. Situação: Trata-se de Unidade ocupada com a capacidade máxima e em condições pós-rebelião com todos os presos concentrados em apenas um dos quatro pavilhões.	Of. 1143 , de 20/6/2006, encaminhando cópia ao Estado para conhecimento.

GO	033/02	Construção da Cadeia Pública de Posse	6/10	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 092, de 11/10/2006. Conclusão: A obra encontra-se paralisada, e o objeto não atingiu os objetivos descritos no Convênio, já que a Unidade Penal não é operacional.	Of. 2234, de 20/10/2006, encaminha relatório para conhecimento.
					Parecer Técnico nº 412, de 6/10/2006. Situação: obra com percentual de 75% dos serviços executados. Obra não concluída	Declaração de Serviços Executados lavrada em 3/10/2006.
GO	041/03	Construção do Presídio Regional de Itumbiara	16/11	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 124, de 29/11/2006. Conclusão: A obra encontra-se paralisada. O Estado deverá enviar Ofício, prazo máximo de 30 dias, comunicando reinício da obra.	Of. 2706, de 06/12/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
MG	146/00	Construção da Penitenciária Padrão de Uberlândia (obra recebida em 11/3/2004)	21/8	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 080, de 28/8/2006. Conclusão Técnica: É de obrigação da empresa construtora sanar todas as pendências apresentadas no relatório.	obra recebida em 11/3/2004 Objetivo: Vistoriar o referido objeto com vistas ao cumprimento da sentença proferida nos Autos da Ação Pública nº 2003.38.03.007623-6, ajuizada em face da União.
			22/11		Relatório de Vistoria de Obra nº 005, de 12/01/2007. Conclusão Técnica: Serviços estão sendo executados de maneira morosa, devido Unidade estar ocupada.	Of. 94, de 16/01/2007: ao Estado para conhecimento e saneamento pendências.
MG	016/02	Construção da Penitenciária Regional de Uberaba	25/1	Wanilde Gabriela	Relatório de Vistoria de Obra nº 009, de 3/2/2006 Conclusão Técnica: O Estado deverá encaminhar todas as pendências relacionadas nos itens 6 e 7.	Of. 332, de 21/2/2006, solicitando saneamento da pendências.

			16/2		Relatório de Vistoria de Obra nº 012, de 1º/3/2006. Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 17/2/2006.
MG	028/02	Construção da Colônia Penal de Vespasiano	21/2	Viviane Bahia	Relatório de Vistoria de Obra nº 019, de 7/3/2006. Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 10/3/2006.
MG	030/02	Construção da Penitenciária Regional de Muriaé	22/2	Wanilde Gabriela	Relatório de Vistoria de Obra nº 014, de 3/3/2006. Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 3/3/2006.
MG	031/02	Construção da Penitenciária Regional de Formiga	26/5	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 052, de 7/6/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá apresentar ARTs de fiscalização e execução devidamente quitadas; qualquer alteração de projeto deve ser previamente consultada ao DEPEN p/ análise e se for o caso a aprovação; obra com percentual de 12,06%.	Of. 1083 , de 14/6/2006, solicitando saneamento da pendências.
			21/11		Relatório de Vistoria de Obra nº 129, de 06/12/2006. Conclusão Técnica: Obra em andamento e ritmo normal. Percentual de 74%. O Estado deverá encaminhar ART de fiscalização e execução quitadas.	Of. 2790, de 13/12/2006, solicitando saneamento da pendências.
MG	037/02	Construção da Penitenciária Regional de Três Corações	23/2	Wanilde Gabriela	Relatório de Vistoria de Obra nº 016, de 3/3/2006. Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 3/3/2006.
MG	036/02	Construção da Penitenciária Regional de Santa Luzia	20/2	Viviane Bahia	Relatório de Vistoria de Obra nº 021, de 7/3/2006. Conclusão Técnica: Após o saneamento das pendências da obra, o Estado deverá comunicar ao DEPEN para que nova vistoria seja feita.	Of. 467, de 14/3/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
			23/3	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 026/2006, de 4/4/2006.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 24/3/2006.

MG	038/02	Construção da Penitenciária Regional de Patrocínio	23/1	Wanilde Gabriela	Relatório de Vistoria de Obra nº 008, de 3/2/2006. Conclusão Técnica: o Estado deverá sanar todas as pendências, para que a obra possa ser recebida.	Of. 280, de 16/2/2006, solicitando saneamento da pendências.
			16/2		Relatório de Vistoria de Obra nº 013, de 1º/3/2006. Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 23/2/2006.
MG	015/03	Aquisição e Instalação de Sistema de CFTV para as Penitenciárias de São Joaquim de Bicas, Pará de Minas e Uberlândia	10/1	Viviane Bahia	Relatório de Vistoria nº 004, de 17/1/2006. Conclusão Técnica: foram constatadas pendências na central de monitoramento, no CFTV das três penitenciárias e falta enviar cópia da planilha vencedora da licitação.	Of. 091, de 20/1/2006, solicitando saneamento da pendências.
			22/5	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria nº 050, de 9/6/2006. Conclusão Técnica: detectada má visibilidade na incidência de luz e ã funcionamento de algumas cameras; deverá enviar laudo de aterramento; justificativa técnica p alteração dos monitores;	Of. 1171, de 22/6/2006, dando um prazo de 30 dias para saneamento das pendências, caso contrário "inadimplência"
			25/9		Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 105, de 27/10/2006. Convênio recebido.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 17/10/2006
MG	060/03	Aquisição e Instalação do Sist de Circuito Fechado de Telefonia CFTV, digital para Penitenciárias de Juiz de Fora e Francisco de Sá	24/5	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 051, de 16/6/2006. Conclusão Técnica: detectada má visibilidade na incidência de luz e ã funcionamento de algumas cameras; deverá enviar laudo de aterramento; justificativa técnica p alteração dos monitores;	Of. 1169, de 22/6/2006, dando um prazo de 30 dias para saneamento das pendências, caso contrário "inadimplência"
			16/10		Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 104, de 27/10/2006. Convênio recebido.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 17/10/2006

MS	115/00	Construção do Presídio Federal de Segurança Máxima em Dois Irmãos do Buriti	31/3	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria nº 028/2006, de 10/4/2006. Conclusão Técnica: não foi possível destacar as pendências devido à indisponibilidade de acesso à obra. Obra paralisada	Of. 671, de 18/4/2006, solicitando retomada da obra.
			24/10		Relatório de Vistoria nº 125/2006, de 28/11/2006. Conclusão Técnica: Executados 93%. Estado deverá solicitar maior empenho da Construtora para conclusão da obra.	Of. 2914, de 27/12/2006, solicitando saneamento da pendência.
MS	193/01	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí		Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria nº 027/2006, de 10/4/2006. Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 31/3/2006.
MS	063/03	Aquisição de Equipamentos para Cozinha Industrial da Penitenciária Harry Amorim Costa Dourados	-	Viviane Bahia	Parecer Técnico nº 070/2006, de 6/6/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 6/3/2006.
MT	093/03	Construção da Unidade Prisional de Água Boa	2/2	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 010, de 9/2/2006. Conclusão Técnica: Para lavrar o Termo de Aceitação o Estado deverá apresentar planta geral de arquitetura mostrando todas as atualizações; relatório sucinto se houve acréscimo de área construída ao total do empreendimento; informar planilhas integrantes do quinto TA.	Of. 269, de 14/2/2006, solicitando saneamento da pendências. Documentação encaminhada com vistas ao saneamento por meio do Ofício 438/06/GAB/SEJUSP, de 24/2/2006. Parecer Técnico 090/2006, de 10/3, não aprovou. Chegou Ofício nº 586/06/GAB/SEJUSP, de 15/3/2006.
			-		Parecer Técnico nº 102/2006, de 16/3/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 16/3/2006.

MT	025/04	Aquisição e Instalação Sistema de Controle de Acesso , CFTV e Perimetral na Penitenciária Pascoal Ramos	7/11	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 131/2006, de 11/12/2006. Conclusão Técnica: o Estado deverá encaminhar documentação para Adequação do Convênio e sanar pendência apontada.	Of. 2820, de 15/12/2006, solicitando saneamento da pendências.
PA	184/01	Construção do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	-	Wanilde Gabriela	Parecer Técnico nº 074/2006, de 13/3/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 3/3/2006.
PA	086/03	Construção de 01 Bloco Carcerário na Cadeia Pública de Mocajuba	-	Wanilde Gabriela	Parecer Técnico nº 150/2006, de 10/3/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 10/3/2006.
PB	086/00	Construção do Presídio Regional de Campina Grande	19/4	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 038, de 26/4/2006 Conclusão Técnica: obra em ritmo normal.	Of. 729, de 27/4/2006, solicitando saneamento da pendências.
			7/6	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 059, de 21/6/2006 Conclusão Técnica: sanar as pendências do RVO anterior; deverá tratar as fissuras; reparar as infiltrações; encaminhar doc. para TA de adequação; enviar relatório técnico descrito no item IV - Vistoria.	Of. 1200, de 28/6/2006, solicitando saneamento das pendências.
			12/7		Relatório de Vistoria de Obra nº 067, de 21/7/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá sanar pendências constantes do RVO 059, e remeter documentação necessária descrita no item Vistoria.	Of. 1450, de 27/7/2006, solicitando saneamento das pendências.
			8/11		Relatório de Vistoria de Obra nº 119, de 13/11/2006. Conclusão Técnica: Não foi possível efetuar vistoria com vistas a emitir o Termo de Aceitação Definitiva.	Of. 2569, de 23/11/2006, solicitando saneamento das pendências.

PB	112/00	Construção do Instituto Penal de Reeducação Social em Catolé do Rocha	6/6	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 054, de 19/6/2006. Conclusão Técnica: sanar as pendências do RVO anterior; deverá tratar as fissuras; reparar as infiltrações; encaminhar doc. para TA de adequação.	Of. 1175, de 22/6/2006, solicitando saneamento das pendências.
PB	008/01	Construção da Penitenciária Modelo de João Pessoa - PB I	19/4	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº036, de 25/4/2006. Conclusão Técnica: obra em ritmo lento.	Of. 729, de 27/4/2006, solicitando saneamento da pendências.
			8/6	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 061, de 23/6/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá sanar as pendências e remeter documentação conforme Relatório nº 036/2006; e providenciar instalação imediata das placas da obra constantes do objeto conveniado.	Of. 1201, de 28/6/2006, solicitando saneamento da pendências.
			26/9		Relatório de Vistoria de Obra nº 087, de 9/10/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá sanar as pendências constantes do Relatório de Vistoria.	Of. 2182 , de 16/10/2006, solicitando saneamento da pendências.
PB	009/01	Construção da Penitenciária Modelo de João Pessoa - PB II	19/4	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 037, de 25/4/2006. Conclusão Técnica: obra em ritmo lento.	Of. 729, de 27/4/2006, solicitando saneamento da pendências.
			8/6	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 062, de 23/6/2006 Conclusão Técnica: O Estado deverá sanar as pendências e remeter documentação conforme Relatório nº 037/2006; e providenciar instalação imediata das placas da obra constantes do objeto conveniado.	Of. 1202 , de 28/6/2006, solicitando saneamento da pendências.

			26/9		Relatório de Vistoria de Obra nº 088, de 9/10/2006 Conclusão Técnica: O Estado deverá sanar as pendências constantes do Relatório de Vistoria.	Of. 2183 , de 16/10/2006, solicitando saneamento da pendências.
PB	022/01	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Patos	7/6	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 057, de 14/6/2006. Conclusão Técnica: Providenciar instalação da placa de obra; sanar as pendências do RVO anterior; deverá tratar as fissuras; reparar as infiltrações.	Of. 1170, de 22/6/2006, solicitando saneamento da pendências.
			20/7		Relatório de Vistoria de Obra nº 066, de 20/7/2006 Conclusão Técnica: O Estado deverá providenciar instalação imediata das placas de obra; devera sanar pendencias do RVO 057 e remeter documentação necessária para TA de adequação.	Of. 1449, de 27/7/2006, solicitando saneamento das pendências.
			7/11		Relatório de Vistoria de Obra nº 114, de 13/11/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá providenciar correção das pendências apontadas e enviar relatório fotográfico das pendências corrigidas e o Termo de Recebimento Definitivo.	Of. 2568, de 23/11/2006, solicitando saneamento das pendências.
PB	013/04	Conclusão da Penitenciária Regional Padrão de Cajazeiras	6/6	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 055, de 14/6/2006. Conclusão Técnica: o Estado deverá: tratar as fissuras; as infiltrações; as alterações de projeto deverão ser remetidas à CEF, p a devida readequação;	Of. 1142, de 20/6/2006, encaminhando cópia a CEF.

			8/11		Relatório de Vistoria de Obra nº 118, de 13/11/2006. Conclusão Técnica: A CEF deverá tomar providências, para sanar as impropriedades constatadas na vistoria.	Of. 2.550, de 21/11/2006, enviando cópia à CEF.
PE	131/00	Ampliação e Recuperação do Presídio de Itamaracá	-	Augusto Cristiano	Parecer Técnico nº 002/2006, de 02/01/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada. Declaração será de 78,88% executado.	Lavrado Termo de Aceitação Parcial Definitivo em 14/4/2006.
PE	036/01	Ampliação e Recuperação da Penitenciária Professor Barreto Campelo	-	Augusto Cristiano	Parecer Técnico nº 132/2006, de 10/4/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 13/4/2006.
PE	066/02	Construção da Penitenciária de Paratibe	24/7	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 081, de 31/8/2006. Conclusão Técnica : O Estado deverá substituir as venezianas de madeira; executar junta de dilatação nas proteções mecânicas. Obra em ritmo normal : 41%.	Of. 1821, de 6/9/2006, solicitando saneamento das pendências.
PE	011/03	Reforma, Recuperação e Ampliação do Presídio Professor Aníbal Bruno	6/3	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 022, de 20/3/2006. Conclusão Técnica : O Estado deverá solicitar aditivo p adequação do objeto conveniado; 70% de execução;.	Of. 518, de 23/3/2006, solicitando saneamento da pendências.
			9/5		Relatório de Vistoria de Obra nº 043, de 18/5/2006. Conclusão Técnica : Obras em fase de acabamento e em ritmo lento. O Estado deverá apresentar os projetos e planilhas das alterações nas obras retro-citadas; 95% de execução.	Of. 910, de 24/5/2006, solicitando saneamento da pendências.

			24/7		Relatório de Vistoria de Obra nº 070, de 3/8/2006. Conclusão Técnica : O Estado deverá enviar projetos com a readequação do bloco da administração, projetos e planilhas dos serviços executados. Obra em fase de acabamento e com ritmo lento.	Of. 1565, de 10/8/2006, solicitando saneamento da pendências.
PE	087/03	Construção da Cadeia de 12 Celas - Lajedo	8/3	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 025, de 22/3/2006. Conclusão Técnica : Foram detectadas pequenas alterações na obra, efetivas sem consulta ao DEPEN, portando irregularidades que deverão ser ajustadas.	Of. 525, de 24/3/2006, solicitando saneamento da pendências.
			11/5	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 047, de 24/5/2006. Conclusão Técnica : As fissuras deverão ser tratadas, a grelha deverá ser substituída, ou o Estado devolver a diferença de custo. Obra parcialmente recebida.	Of. 946, de 26/5/2006, solicitando saneamento da pendências. Lavrado Termo de Aceitação Parcial em 7/8/2006.
PE	088/03	Construção da Cadeia Pública de Afogados da Ingazeira	7/3	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 023, de 20/3/2006. Conclusão Técnica : Foram detectadas pequenas alterações na obra, efetivas sem consulta ao DEPEN, portando irregularidades que deverão ser ajustadas.	Of. 524 , de 24/3/2006, solicitando saneamento da pendências.
			10/5		Relatório de Vistoria de Obra nº 044, de 19/5/2006. Conclusão Técnica : Foram detectadas pequenas alterações na obra, efetivas sem consulta ao DEPEN, portando irregularidades que deverão ser ajustadas; o Estado deverá apresentar projeto com as Built. Obra parcialmente recebida.	Of. 911, de 24/5/2006, solicitando saneamento da pendências. Lavrado Termo de Aceitação Parcial em 7/8/2006.

PE	089/03	Construção da Cadeia de 12 Celas - Buíque	7/3	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 024, de 22/3/2006. Conclusão Técnica : Foram detectadas pequenas alterações na obra, efetivas sem consulta ao DEPEN, portando irregularidades que deverão ser ajustadas.	Of. 525, de 24/3/2006, solicitando saneamento da pendências.
			11/5		Relatório de Vistoria de Obra nº 046, de 22/5/2005. Conclusão Técnica : Foram detectadas fissuras na laje de cobertura, interna e externa; infiltração e pintira deverão ser reparadas. Obra parcialmente recebida.	Of. 926, de 25/5/2006, solicitando saneamento da pendências. Lavrado Termo de Aceitação Parcial em 7/8/2006.
PI	069/03	Reforma e Ampliação da Colônia Agrícola Major César Oliveira	26/4	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 39, de 4/5/2006 Conclusão Técnica : a obra se encontra concluída porém em péssimo estado devido à depreciação decorrente do uso, intempéries e má conservação. Para ser recebida a obra o Estado deverá corrigir todos os defeitos e impropriedades, repor todos os itens faltantes e pintar a obra em toda a sua extensão, internamente e externamente.	Of. 820, de 11/5/2006, solicitando saneamento das pendências. Of. 1107, de 16/6, reiterando e dando prazo de 30 dias, caso contrário inadimplência.
			17/8		Relatório de Vistoria de Obra nº 79, de 24/8/2006. Conclusão Técnica: Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Definitivo em 18/8/2006
RJ	004/01	Construção da Penitenciária de Bangu VI	3/7	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 69, de 1º/8/2006. Conclusão Técnica: Obra reiniciada e está em ritmo normal. Empresa cumpre fielmente o cronograma de obras. Previsão de entrega é para o final de outubro.	Nada providenciado.

			7/8		Relatório de Vistoria de Obra nº 72, de 24/8/2006. Conclusão Técnica: O Estado está descumprindo o TAC.	Of. 1780, de 31/8/2006, encaminhando cópia ao Estado para conhecimento.
			18/9		Relatório de Vistoria de Obra nº 85, de 6/10/2006. Conclusão Técnica: Obra com pequeno atraso, porém ã fere a Cláusula 4ª do TAC; o Estado deverá fornecer: cópia do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.	Of. 2145, de 10/10/2006, encaminhando cópia ao Estado para conhecimento e saneamento de documentação.
			1/12		Relatório de Vistoria de Obra nº 127, de 06/12/2006. Conclusão Técnica: Obras substancialmente concluídas.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva 3m 30/11/2006.
RJ	229/01	Construção da Casa de Custódia Federal no Complexo Penitenciário de Bangu	3/7	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 68, de 1º/8/2006. Conclusão Técnica: Obra reiniciada e está em ritmo acelerado. Empresa cumpre fielmente o cronograma de obras. Previsão de entrega é para o final de agosto.	Nada providenciado.
			7/8		Relatório de Vistoria de Obra nº 71, de 11/8/2006. Conclusão Técnica: O Estado está descumprindo a Cláusula 2ª do TAC ; e de acordo com o novo cronograma apresentado a previsão de entrega é para o início do mês de setembro.	Of. 1709, de 25/8/2006, solicitando saneamento da pendências.
			18/9		Relatório de Vistoria de Obra nº 83, de 4/10/2006. Conclusão Técnica: Obra com pequeno atraso, mas não fere o TAC. Estado deverá instalar concertina.	Of. 2179, de 16/10/2006, encaminhando cópia ao Estado para conhecimento.

			10/10		Relatório de Vistoria de Obra nº 111, de 6/11/2006. Conclusão Técnica: Para lavratura do Termo de Aceitação o Estado deverá fornecer: cópia do Termo de Recebimento Definitivo da Obra; e As Built.	Of. 2434, de 14/11/2006, encaminhando cópia ao Estado para conhecimento.
			18/10		Relatório de Vistoria de Obra nº 113, de 7/11/2006. Conclusão Técnica: Aceitação parcial das obras correspondentes ao Bloco da Administração, Bloco Masculino, Redes Externas e Pavimentação, ficando pendentes o Passadiço/Guaritas, Guaritas Baixas e Bloco Feminino. Recebidas 282 das 336 vagas.	Lavrado Termo de Aceitação Parcial em 19/10/2006.
			17/11		Relatório de Vistoria de Obra nº 126, de 28/11/2006. Conclusão Técnica: Obras substancialmente concluídas.	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 17/11/2006.
RO	068/03	Construção da Penitenciária de Médio Porte de Rondônia	9/1	William de Oliveira	Relatório de Vistoria de Obra nº 001, de 16/1/2006. Conclusão Técnica: Obra paralisada pelo abandono da empresa executora.	Of. 110, de 20/1/2006, solicitando saneamento das pendências.
			7/4	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 035, de 18/4/2006. Conclusão Técnica: Obra paralisada e abandonada.	Of. 687, de 20/4/2006, solicitando retomada da obra.
			13/6	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 058, de 20/6/2006. Conclusão Técnica: obra reiniciada em 15/5/2006; encontra-se em plena atividade e com ritmo normal.	Of. 1174, de 22/6/2006, para conhecimento.

RO	082/03	Conclusão da Penitenciária Modelo Edvan Mariano Rozendo de Porto Velho	12/1	William de Oliveira	Relatório de Vistoria de Obra nº 002, de 16/1/2006. Conclusão Técnica: A Fiscalização da obra deverá providenciar junto à Empresa regularização do Diário de Obras; A SAP deverá providenciar que a fiscalização da obra, p/ que a mesma corrija as irregularidades apontadas no item vistoria.	Of. 128, de 24/1/2006, solicitando saneamento da pendências.
			6/4	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 33, de 12/4/2006. Conclusão Técnica: ritmo normal; algumas imperfeições na obra;	Of. 682, de 19/4/2006, solicitando saneamento da pendências.
			13/6		Relatório de Vistoria de Obra nº 060, de 22/6/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá apresentar doc. supra citada para análise e, se for o caso, a aprovação de TA de readequação de projeto.	Of. 1281 , de 5/7/2006, solicitando saneamento da pendências.
			21/9		Relatório de Vistoria de Obra nº 086, de 6/10/2006. Obra recebida.	Lavrado Termo de Aceitação Parcial em 22/9/2006
RO	009/04	Recuperação e Ampliação da Penitenciária Dr. José Mário Alves da Silva "Urso Branco".	11/1	William de Oliveira	Relatório de Vistoria de Obra nº 003, de 16/1/2006. Conclusão Técnica: Falta o TRD da obra.	Of. 128, de 24/1/2006, solicitando saneamento da pendências.
			5/4	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 031, de 11/4/2006. Conclusão Técnica: foram novamente encontradas impropriedades relativas às aberturas das janelas no que se diz à iluminação, onde ã obedece as normas do CNPCP.	Of. 728, de 26/4/2006, Informa que o Estado está na inadimplência e que será Instaurada Tomada de Contas Especial no prazo de 30 dias caso não seja sanadas as pendências.

			12/6		Relatório de Vistoria de Obra nº 064, de 23/6/2006. Conclusão Técnica: As impropriedades encontradas na última vistoria foram corrigidas.	Of. 1.382, de 20/7/2006, para conhecimento.
			12/7		Nota Técnica nº 217/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada.	Lavrado Termo de Aceitação Definitivo em 21/7/2006.
RO	Contrato 001/06	Construção da Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Porto Velho	20/9	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 084, de 3/9/2006. Conclusão Técnica: Por se tratar de uma Penitenciária de Segurança Máxima, a obra deverá ter barreira (cerca, tapume, etc); Há um pequeno atraso no cronograma.	Encaminhada para a Divisão de Fiscalização, responsável pelas penitenciárias federais.
RR	092/03	Reforma da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	7/6	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 053, de 9/6/2005. Conclusão Técnica: O Estado deverá providenciar nova solicitação de adequação da obra em virtude das alterações identificadas; obra paralisada.	Of. 1113, de 19/6/2006, encaminha RVO e solicita esclarecimento sobre a paralisação
RS	019/00	Reforma e Ampliação do Presídio Central de Porto Alegre	7/4	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 030, de 3/5/2006. Conclusão Técnica: Obra paralisada com perspectivas distantes de conclusão.	Of. 764, de 3/5/2006, solicitando saneamento de pendências.
			20/6	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 063, de 22/6/2006. Conclusão Técnica: a obra não será retomada e qualquer vistoria neste momento (sem a doc. Adequada) se torna inviável; será aditado em 60 dias para adequar objeto.	Of. 1280, de 5/7/2006, para conhecimento e saneamento das pendências.

				Augusto Cristiano	Parecer Técnico nº 542/06, de 10/11/2006. Conclusão Técnica: Poderá ser lavrada declaração de serviços executados.	Lavrada Declaração de Serviços Executados em 14/11/2006.
RS	061/03	Ampliação do Presídio Central de Porto Alegre	7/4	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 32, de 12/4/2006. Conclusão Técnica: Obra paralisada.	Of. 681, de 19/4/2006, solicitando retomada da obra.
			22/11	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 001, de 04/01/2007. Conclusão Técnica: Obra paralisada.	Of. 035, de 09/01/2007, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade possível.
RS	085/03	Construção da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul	6/4	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 34, de 12/4/2006. Conclusão Técnica: A obra se encontra em ritmo de normal p/ lento com perspectivas de conclusão em seis meses.	Of. 673, de 18/4/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
SC	030/04	Construção da Penitenciária de Criciúma	16/10	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 098, de 30/10/2006. Conclusão Técnica: A obra se encontra com o cronograma atrasado e com o ritmo lento. Deverá ser providenciado aditivo visando prorrogação da vigência; foram constatadas alterações executadas e previstas que deverão integrar o objeto.	Of. 2368, de 8/11/2006, para conhecimento e possíveis providências.
PR	031/04	Construção do Centro de Detenção e Ressocialização de Foz do Iguaçu	18/10	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 099, de 30/10/2006. Conclusão Técnica: A obra se encontra com o cronograma atrasado e com o ritmo lento. Deverá ser providenciado aditivo visando prorrogação da vigência; foram constatadas alterações executadas e previstas que deverão integrar o objeto.	Of. 2374, de 8/11/2006, para conhecimento e possíveis providências.

SE	021/03	Reforma da Penitenciária Estadual de Areia Branca	30/10	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 117/2006. Obra recebida.	Lavrada Declaração de Serviços Executados em 30/10/2006.
SE	022/03	Reforma e Ampliação do Presídio Senador Leite Neto	-	Augusto Cristiano	Parecer Técnico nº 166/2006, de 22/5/2006. Conclusão Técnica: A documentação apresentada foi aprovada.	Lavrado Termo de Aceitação em 13/6/2006.
SE	024/03	Construção da Penitenciária de São Cristóvão	16/1	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 006, de 20/1/2006. Conclusão Técnica: Deverá ser aditado p/conclusão da execução dos serviços.	Of. 192, de 31/1/2006, solicitando saneamento da pendências.
			9/5		Relatório de Vistoria de Obra nº 042, de 10/5/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá solicitar aditamento com vistas a adequação das metas conveniadas.	Of. 853, de 17/5/2006, solicitando saneamento da pendências.
			30/10	Antônio Cláudio	Relatório de Vistoria de Obra nº 112, de 6/11/2006. Conclusão Técnica: Obra com pequeno atraso, devido as chuvas, previsão para conclusão : março/2007.	Of. 2384, de 9/11/2006, para conhecimento..
SE	023/04	Construção do Complexo Penitenciário da Grande Aracaju	16/1	Augusto Cristiano	Relatório de Vistoria de Obra nº 005, de 20/1/2006. Conclusão Técnica: Deverá fazer um aditivo de adequação do objeto conveniado.	Of. 194, de 31/1/2006, solicitando saneamento da pendências.
			8/5		Relatório de Vistoria de Obra nº 041, de 10/5/2006. Conclusão Técnica: O Estado promoveu alterações no projeto que deverão ser aditadas.	Of. 854, de 17/5/2006, solicitando saneamento da pendências junto a Caixa do Estado.

SP	177/01	Construção da Penitenciária Compacta de Marabá Paulista	29/11	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 128, de 04/12/2006. Conclusão Técnica: O Estado está finalizado apresentando depredações devido ao tempo em que obras se concluíram e rebelião de maio/2006. Estado deverá sanar pendências apontadas.	Of. 2.761, de 11/12/2006, solicitando saneamento da pendências.
SP	178/01	Construção do Centro de Detenção Provisória Horizontal de Suzano	6/2	Wanilde Gabriela	Relatório de Vistoria de Obra nº 017, de 3/3/2006 Conclusão Técnica:	Of. 494, de 20/3/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
			11/10	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 091, de 11/10/2006 Conclusão Técnica: Objeto do Convênio finalizado apresentando depredações devido ao tempo em que as obras se encerraram. Serviços conveniados no 12ºTA ainda ã se iniciaram. O Estado deverá sanar as pendências relatadas no item IV - Vistoria.	Of. 2177, de 16/10/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
SP	179/01	Construção do Centro de Detenção Provisória de São Bernardo do Campo	6/2	Viviane Bahia	Relatório de Vistoria de Obra nº 011, de 14/2/2006. Conclusão Técnica: Deverá ser encaminhada justificativa p/mudança de implantação, bem como o projeto, as supostas infiltrações deverão ser sanadas, deverá ser encaminhado doc. Sobre o tombamento do CFTV.	Of. 333, de 21/2/2006, solicitando saneamento da pendências.
			13/11	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 115, de 13/11/2006. Conclusão Técnica: Obra em fase de conclusão, apresentando algumas pendências que deverão ser sanadas.	Of. 2.537, de 21/11/2006, solicitando saneamento da pendências.

SP	003/02	Aquisição e Instalação do Sistema de CFTV Digital em Unidades Prisionais do Tipo Compacta	17/10	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 100, de 24/10/2006. Lavínia. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, , sendo lavrado somente 01 termo.	Of. 2311, de 31/10/2006. para conhecimento e saneamento de pendências com a maior brevidade.
			17/10		Relatório de Vistoria de Obra nº 101, de 24/10/2006. Dracena. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, , sendo lavrado somente 01 termo.	Of. 2311, de 31/10/2006. para conhecimento e saneamento de pendências com a maior brevidade.
			18/10		Relatório de Vistoria de Obra nº 102, de 24/10/2006. Pracinha. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.	Of. 2311, de 31/10/2006. para conhecimento e saneamento de pendências com a maior brevidade.
			19/10		Relatório de Vistoria de Obra nº 103, de 24/10/2006. Osvaldo Cruz. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.	Of. 2311, de 31/10/2006. para conhecimento e saneamento de pendências com a maior brevidade.

			30/10	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 106, de 03/11/2006.</p> <p>Serra Azul I. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. O sistema de CFTV não se encontra devidamente emplaquetado; TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2367, de 8/11/2006, para conhecimento e saneamento da pendências apontadas com a maior brevidade possível.
			30/10	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 107, de 03/11/2006.</p> <p>Serra Azul II. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. Relatório; TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2367, de 8/11/2006, para conhecimento e saneamento da pendências apontadas com a maior brevidade possível.
			16/11	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 120, de 20/11/2006.</p> <p>Paraguaçu Paulista. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2.570, de 23/11/2006, para conhecimento e saneamento da pendências apontadas com a maior brevidade possível.

			14/12		<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 138, de 18/12/2006.</p> <p>Potim I. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2.901, de 27/12/2006, para conhecimento e saneamento da pendências apontadas com a maior brevidade possível.
					<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 139, de 18/12/2006.</p> <p>Potim II. Conclusão Técnica: Estado deverá sanar pendências. TA será lavrado qdo o CFTV Digital das 09 Unidades Prisionais do Tipo Compacta estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2.901, de 27/12/2006, para conhecimento e saneamento da pendências apontadas com a maior brevidade possível.
SP	005/02	Construção do Centro de Detenção Provisória CDP Bauru	-	Augusto Cristiano	<p>Parecer Técnico nº 100/2006, de 9/3/2006.</p> <p>Conclusão Técnica: Havia uma pendência referente a um entendimento do cumprimento total ou ã do objeto perante as normas vigentes, que foi levada a Consultoria Jurídica , que informou que não era impedimento para a lavratura do TA.</p>	Lavrado Termo de Aceitação Definitiva em 9/3/2006.
SP	006/02	Construção da Penitenciária Compacta de Reginópolis I e II	16/8	Simone Almeida	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 073, de 21/8/2006.</p> <p>Conclusão Técnica: Deverá ser solicitado TA de readequação do projeto; o Estado deverá enviar Relatórios Justificativos referentes a modificações observadas na vistoria</p>	Of. 1740, de 30/8/2006, solicitando doc para formalização de TA de readequação, tendo em vista alterações sofridas no projeto arquitetônico.

SP	007/02	Construção do Centro de Detenção Provisória - CDP Vertical de Diadema	8/2	Wanilde Gabriela	Relatório de Vistoria de Obra nº 018 , de 3/3/2006 Conclusão Técnica : O Estado deverá encaminhar a documentação mencionada, e deverá ser feita adequação pois a planilha conveniada foi alterada.	Of. 494, de 20/3/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
			9/11	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 116, de 13/11/06. Conclusão Técnica : Obra em fase de conclusão, apresentando algumas pendências que deverão ser sanadas.	Of. 2539, de 21/11/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
SP	025/03	Construção da penitenciária Compacta de Tupi Paulista	21/11	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 121, de 27/11/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá remeter documentação solicitando aditivo de Readequação de Projetos. Obra se encontra concluída.	Of. 2.717, de 07/12/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
SP	026/03	Construção da Penitenciária Compacta de Irapuru	22/11	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Obra nº 122, de 29/11/2006. Conclusão Técnica: O Estado deverá remeter documentação solicitando aditivo de Readequação de Projetos. Obra se encontra concluída.	Of. 2.680, de 04/12/2006, para conhecimento e saneamento da pendências.
SP	028/03	Construção da Ala de Progressão Penitenciária de Bauru Unidades I e II	26/9	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 090, de 10/10/2006. Conclusão Técnica: O objeto do Convênio esta finalizado apresentando depredações devido ao tempo em que as obras se encerraram. O objeto do Termo Aditivo ainda não se iniciou.	Of. 2198, de 17/10/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.

SP	042/03	Aquisição e Instalação de Equipamentos de Raio-X para 33 Unidades Prisionais	15/8	Simone Almeida	Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 074, de 23/8/2006. Bauru. Conclusão Técnica: Deverão ser sanadas impropriedades apontadas no Relatório. A aceitação definitiva será lavrada quando os 33 equipamentos de Raio X estiverem em consonância com todas especificações conveniadas, sendo lavrado somente 1 termo.	Of. 1773, de 31/8/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.
			15/8		Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 077, de 23/8/2006. Pirajuí. Conclusão Técnica: Deverão ser sanadas impropriedades apontadas no Relatório. A aceitação definitiva será lavrada quando os 33 equipamentos de Raio X estiverem em consonância com todas especificações conveniadas, sendo lavrado somente 1 termo.	Of. 1773, de 31/8/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.
			15/8		Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 078, de 23/8/2006. Getulina. Conclusão Técnica: Deverão ser sanadas impropriedades apontadas no Relatório. A aceitação definitiva será lavrada quando os 33 equipamentos de Raio X estiverem em consonância com todas especificações conveniadas, sendo lavrado somente 1 termo.	Of. 1773, de 31/8/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.

			16/10	<p>Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 093, de 25/10/2006. São Vicente. Conclusão Técnica: Deverão ser sanadas impropriedades apontadas no Relatório. A aceitação definitiva será lavrada quando os 33 equipamentos de Raio X estiverem em consonância com todas especificações conveniadas, sendo lavrado somente 1 termo.</p>	Of. 2310, de 31/10/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.
			17/10	<p>Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 094, de 25/10/2006. São José dos Campos. Conclusão Técnica: Deverão ser sanadas impropriedades apontadas no Relatório. A aceitação definitiva será lavrada quando os 33 equipamentos de Raio X estiverem em consonância com todas especificações conveniadas, sendo lavrado somente 1 termo.</p>	Of. 2310, de 31/10/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.
			25/10	<p>Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 096, de 25/10/2006. Mogi das Cruzes. Conclusão Técnica: Deverão ser sanadas impropriedades apontadas no Relatório. A aceitação definitiva será lavrada quando os 33 equipamentos de Raio X estiverem em consonância com todas especificações conveniadas, sendo lavrado somente 1 termo.</p>	Of. 2310, de 31/10/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.

			18/10	<p>Relatório de Vistoria de Equipamentos nº 097, de 25/10/2006. Tremembé. Conclusão Técnica: A plaqueta de tombamento deverá ser recolocada, com o nº correto; falta instalar estabilizador de tensão que deverá acompanhar o Raio X.</p>	Of. 2310, de 31/10/2006, para conhecimento e saneamento das pendências com a maior brevidade.
			30/10	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 108, de 30/10/2006. Ribeirão Preto. Conclusão Técnica: TA será lavrado qdo os 33 equipamentos de Raio X estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2366, de 8/11/2006, para conhecimento..
			30/10	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 109, de 3/11/2006. Ibirapina. Conclusão Técnica: TA será lavrado qdo os 33 equipamentos de Raio X estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2366, de 8/11/2006, para conhecimento.
			30/10	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 110, de 3/11/2006. Casa Branca. Conclusão Técnica: Deverá ser sanada impropriedade apontado no referido relatório. TA será lavrado qdo os 33 equipamentos de Raio X estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2366, de 8/11/2006, para conhecimento e saneamento da pendências apontadas com a maior brevidade possível.

			20/11	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 123, de 29/11/2006.</p> <p>Casa Branca. Conclusão Técnica: TA será lavrado qdo os 33 equipamentos de Raio X estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2.679, de 04/12/2006, para conhecimento.
			5/12	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 132, de 11/12/2006.</p> <p>Assis. Conclusão Técnica: TA será lavrado qdo os 33 equipamentos de Raio X estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2.819, de 15/12/2006, para conhecimento.
			7/12	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 133, de 11/12/2006.</p> <p>Avaré I. Conclusão Técnica: TA será lavrado qdo os 33 equipamentos de Raio X estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2.819, de 15/12/2006, para conhecimento.
			6/12	<p>Relatório de Vistoria de Obra nº 134, de 11/12/2006.</p> <p>Iaras. Conclusão Técnica: TA será lavrado qdo os 33 equipamentos de Raio X estiverem de acordo com as especificações conveniada, sendo lavrado somente 01 termo.</p>	Of. 2.819, de 15/12/2006, para conhecimento.

SP	019/04	Reforma, Adequação e Ampliação da Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" Avaré I	8/2	Viviane Bahia	Relatório de Vistoria de Obra nº 015, de 2/3/2006 Conclusão Técnica: As alterações no projeto em relação ao conveniado deverão ser readequadas neste Departamento .	Of. 432, de 8/3/2006, solicitando saneamento da pendências.
			27/9	Ana Carla	Relatório de Viagem nº 089, de 9/10/2006. Conclusão Técnica: Obras em fase de conclusão, Estado deverá sanar as pendências apontadas no Relatório.	Of. 2178 de 16/10/2006, solicitando saneamento da pendências.
SP	026/04	Reforma da Penitenciária "Orlando Brando Filinto" Iaras	6/12	Ana Carla	Relatório de Vistoria de Obra nº 135, de 13/12/2006. Conclusão Técnica: Recomendações à CEF (mandatária da União na obras) para corrigir pendências verificadas.	Of. 2.913 de 27/12/2006, para conhecimento e possíveis providências.